

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**JORNALISMO**

**DESCRIÇÃO, VARIAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS**  
**BRASILEIRO NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX**

**LUÍS GUILHERME MARINHO BARRUCHO**

**RIO DE JANEIRO**

**2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FLOSOFA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**JORNALISMO**

**DESCRIÇÃO, VARIAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS**  
**BRASILEIRO NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
Como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo.

**LUÍS GUILHERME MARINHO BARRUCHO**  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Jaguaribe

**RIO DE JANEIRO**  
**2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Descrição, variação e normatização do português brasileiro na imprensa do século XIX**, elaborada por Luís Guilherme Marinho Barrucho.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Jaguaribe

Doutor em Literatura Comparada pela Universidade de Stanford, Estados Unidos

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nízia Maria Villaça

Doutor em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof.<sup>a</sup> Cristina Rêgo Monteiro da Luz

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2009

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Beatriz Jaguaribe, pelo incentivo e colaboração neste trabalho

A Cristina Rêgo Monteiro, pela dedicação e apoio dispensados desde as primeiras aulas de telejornalismo.

A Nízia Villaça, por ter aceitado participar desta banca examinadora.

A todos os professores que tornaram a experiência universitária um convite de boas vindas à pesquisa acadêmica.

A meus amigos e colegas, por terem compartilhado manhãs de aprendizado e muitos risos.

A minha família, por fazer-me sentir a cada dia orgulhoso do caminho traçado nos últimos 23 anos.

A todos que possibilitaram que eu chegasse até aqui, com profissionalismo e honestidade.

“Os materiais impressos incentivavam uma adesão silenciosa a causas cujos defensores não se encontravam em nenhum local determinado, e que se dirigiam à distância a um público invisível”

(Elizabeth L. Eisenstein, “Some conjectures about the impact of printing on western society and thought”, *Journal of Modern History*, 40:1 (março 1968), p.42)

BARRUCHO, Luís Guilherme Marinho. **Descrição, Variação e Normalização do português brasileiro na imprensa do século XIX**. Orientadora: Beatriz Jaguaribe. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

O trabalho analisa a variação e a normalização do português brasileiro ao longo do século XIX a partir dos impressos que se seguiram à chegada da Corte ao Brasil. Com a transferência da família real para sua maior colônia, em 1808, a imprensa ganhou sua carta de alforria, já que até então era proibida pela metrópole. Jornais, livros e panfletos acompanharam o surgimento da tipografia nacional e contribuíram para a consolidação da palavra escrita. A pesquisa descreve a formação do português brasileiro desde a chegada dos primeiros colonizadores, sua variação ao longo do século XIX e sua diferenciação em relação ao português europeu atual, que culminou com a existência de gramáticas oficiais e ambas divergentes. Para entender essa dicotomia, são analisados jornais e livros do século XIX, que ora tendiam para uma aproximação à norma culta européia, ora para uma afirmação patriótica, através de regras distintas, como na colocação dos clíticos. A partir deste estudo, são abordadas as polêmicas ortográficas entre os autores da época e o papel da imprensa oitocentista na fundação de políticas educacionais no Brasil. O trabalho propõe um estudo interdisciplinar que pretende evidenciar o mutualismo entre a língua e a comunicação luso-brasileira.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	<b>07</b>
<b>2. A origem do português brasileiro</b>	<b>13</b>
2.1. Das caravelas ao Novo Mundo: perspectivas históricas sobre a língua de Camões	14
2.2. Português: língua oficial e nacional do Brasil	21
2.3. Há unidade lingüística no Português brasileiro?	27
<b>3. O nascimento da imprensa no Brasil</b>	<b>36</b>
3.1. A chegada da Corte Portuguesa e o fim da proibição às publicações nacionais	37
3.2. Os jornais independentes e o português brasileiro	43
3.3. Marcas de oralidade nos jornais oitocentistas	50
3.4. Imprensa e consciência nacional: diferenças entre a formação dos estados modernos europeu e brasileiro	57
<b>4. Jornalismo e educação no Brasil do século XIX</b>	<b>72</b>
4.1. Urbanização das cidades brasileiras e cosmopolitização	73
4.2. A gramática no Brasil de 1800	78
4.3. Políticas públicas do ensino do português brasileiro	83
<b>5. A literatura nos jornais</b>	<b>92</b>
5.1. Escritores e jornalistas	93
5.2. Folhetim: o romance no jornal	99
5.3. Polêmicas linguísticas	103
<b>6. Conclusões</b>	<b>114</b>
<b>7. Referências bibliográficas</b>	<b>117</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil nasceu sob o signo da pluralidade lingüística e da diversidade social. Assemelhá-lo a um ‘caldeirão de culturas’ não é mera coincidência. As tradições herdadas dos escravos africanos se costuraram aos rituais indígenas locais e contribuíram para o surgimento de uma identidade nacional, reforçada pelo ideal lusófono e instigada pelos primeiros meios de comunicação.

A língua portuguesa exerceu papel político-representativo na construção de uma identidade cultural no país e os primeiros jornais brasileiros, que se seguiram à chegada da Corte Portuguesa em 1808, abriram caminho em direção à uniformização lingüística, cujos padrões são atualmente revisitados, a todo o momento, nas gramáticas escolares, nos livros de estudo e nos artigos de opinião. O jornalismo do século XIX, simbolizado por periódicos nacionais como *Gazeta do Rio de Janeiro*<sup>1</sup> e *O Patriota*<sup>2</sup>, ancorou a tarefa de irradiar o conceito de lusofonia e lançou as bases para estabelecer um futuro código comum de escrita, com suas restritas particularidades.

Os primeiros jornais não apenas tornaram públicos o emprego de sinais ortográficos, a existência de hiatos ou a conformidade dos adjetivos, mas serviram de instrumentos para evidenciar leis régias, inflamar brigas políticas e modular o incipiente patriotismo nacional. No Brasil de 1800, a maior parte da população era analfabeta e o acesso à leitura e à escrita estava até então restrito aos ricos. Por essa razão, não houve políticas públicas sólidas para o ensino da língua até o governo de Getúlio Vargas, já no século XX.

No entanto, segundo lingüistas, a chegada da família real marcou a terceira fase da consolidação do português falado no Brasil, já que a recém-nascida imprensa permitiu

---

<sup>1</sup> A *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em 10 de setembro de 1808, foi o primeiro jornal impresso no Brasil, nas máquinas da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. Publicado duas vezes por semana (bi-hebdomandário), era um jornal oficial e consistia, basicamente, de comunicados do governo.

<sup>2</sup> Primeira publicação literária do Brasil, o jornal foi criado em 1813 e circulou até o ano seguinte, inicialmente a cada mês e depois passando à bimestralidade. Com mais de 100 páginas de texto, tinha como objetivos a divulgação e o desenvolvimento das letras, ciências e artes nacionais.



institucionalizar um código comum que regia desde a acentuação até a ortografia das palavras, além, é claro, de lançar as bases para o nacionalismo. O português falado por Dom João VI deu lugar ao vernáculo da capital da Corte, o Rio de Janeiro, que foi absorvido nas cartas, nos documentos oficiais e nas publicações. Essa aquisição imperfeita da língua de prestígio é vista, por exemplo, no aumento da ênclise nos textos brasileiros escritos depois de 1800, inclusive em contextos onde seu uso é impossível no português europeu moderno.

A adaptação do idioma falado à norma culta não minou a cadência fonética e os termos regionalistas do país, mas serviu para lançar mão de uma estrutura que permeia até hoje a prática jornalística. A atenção à escrita se entrecruza com a coesão e coerência textuais para garantir um canal sem ruídos junto ao interlocutor, seja nos impressos, no rádio ou na TV.

Este estudo pretende examinar o processo de institucionalização do português falado no Brasil como língua de um país quase independente à luz dos primeiros jornais do século XIX, que se seguiram à revogação da Carta Régia de 1747, documento que vetava a impressão de livros e avulsos na colônia. Neste sentido, a intenção é traçar um painel da incipiente indústria jornalística de 1800 até o aparecimento dos folhetins, que amalgamaram um grande público-leitor, ainda que pouco culto, e mostrar como o português falado nos trópicos se consolidou como idioma nacional, diferenciando-se do português europeu, o que culminou com a existência de normas ortográficas divergentes e ambas oficiais.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa interdisciplinar, que pretende expor a reciprocidade entre a língua e a comunicação luso-brasileiras. Desta forma, consiste em uma análise historiográfica dos primeiros jornais nacionais sob a ótica dos estudos sobre lingüística e nacionalismo. Segundo o historiador britânico Benedict Anderson, o capitalismo editorial, que teve início com a impressão do idioma local, o vernáculo, contribuiu para a invenção do nacionalismo e daí sua fundamental importância política e ideológica. No

entanto, se comparado aos seus vizinhos latino-americanos, ex-colônias espanholas, a formação do Estado brasileiro constitui um caso à parte, como veremos futuramente.

Para entender como surgiu o português brasileiro, o capítulo II analisa as principais teorias lingüísticas, bem como a descrição do português europeu ao longo dos séculos, proveniente de uma ramificação do galego espanhol. Neste contexto, investiga-se qual tipo de português veio nas caravelas e em relação a que gramática ocorreu a mudança sintática do português brasileiro, com base, por exemplo, na evolução da colocação dos clíticos (próclises e ênclises) em documentos oficiais. A partir deste estudo, pretende-se determinar que o português brasileiro se fixa, segundo Fernando Tarallo, como idioma institucionalizado a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, visto que já havia se afirmado como língua geral um século antes, por iniciativa de Marquês de Pombal, então ministro de Dom José I.

Neste mesmo capítulo, o trabalho dá margem aos questionamentos do pesquisador catarinense Emilio José Pagotto, que tenta solucionar o velho dilema: Há unidade lingüística no português do Brasil? A partir desta pergunta, traça-se um panorama da história social do idioma falado no país a partir das argumentações de F. Tarallo (1993) e Galves (1990) e evidenciam-se suas variações em relação ao português europeu (características fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas e lexicais). Para mostrar que a história do português brasileiro seria, na opinião de Pagotto, um “caleidoscópio de avanços e recuos, de rupturas radicais e acomodações”, levantam-se hipóteses sócio-lingüísticas como forma de entender como, já no século XX, elas vão produzir uma síntese no português urbano de notável unidade quanto ao seu núcleo gramatical.

O capítulo III trata do nascimento da imprensa no Brasil, com uma descrição detalhada dos primeiros jornais. A fuga da Corte Portuguesa para sua maior colônia, em 1808, por ocasião das guerras napoleônicas, motivou a adoção de diversas medidas, como a Abertura

dos Portos às Nações Amigas e a Revogação da Carta Régia, que proibia a impressão de publicações nacionais. Já nestes periódicos, comprova-se a ocorrência de fenômenos lingüísticos, que podem coincidir com os padrões observados em fontes de escrita cotidiana, e revelar o distanciamento em relação ao português europeu, como a colocação dos clíticos e a predominância da estrutura local “estar + verbo no gerúndio” sobre “estar + a + infinitivo”. A partir da análise deste material, incluindo documentos oficiais e impressos em geral, o estudo apresenta como a difusão dos periódicos, principalmente de jornais, teve implicações na formação de um público leitor brasileiro, na difusão de tradições discursivas e de modelos de norma.

Já na segunda metade do século XIX, o referencial de norma escrita para a sociedade oitocentista ganhará corpo com a proliferação das histórias folhetinescas, multiplicando as rodas de leitura que timidamente funcionavam com os jornais clandestinos no final do século XVIII. O ‘Correio do Rio de Janeiro’ é um bom exemplo para a popularização do vernáculo. Lançado em abril de 1822 pelo comerciante português José Soares Lisboa, o jornal era talvez o mais popular que circulava na cidade e mantinha uma seção de correspondência que, segundo Isabel Lustosa, “nos oferecem um *flash* das maneiras de pensar e de se comunicar gente simples”.

No último tópico, traça-se um paralelo entre a formação dos Estados nacionais europeus e o brasileiro. Inicialmente, esta linha de pesquisa aborda de que forma o nascimento da imprensa contribuiu para o surgimento da consciência nacional nos países europeus, sob a ótica de Benedict Anderson. Segundo o historiador britânico, o jornal e o romance foram indispensáveis para a criação do conceito de ‘comunidades imaginadas’, que, limitadas e ao mesmo tempo soberanas, instigaram a formação de países nos quais o vernáculo se tornou língua oficial. O objetivo é demonstrar como o capitalismo editorial lançou as bases para movimentos de independência no Velho Mundo, que no Brasil,

excepcionalmente, teve seu curso controlado pela ordem dinástica, apoiada pelos ricos proprietários de terra. A intenção é evidenciar que, nas colônias latino-americanas, a língua nunca se colocou como questão nas primeiras lutas de libertação nacional e também analisar os motivos pelos quais a América Portuguesa emergiu em uma entidade única - enquanto que a Espanhola se dividiu em 18 países. Essa coesão nacional do pós-independência, como veremos futuramente, está estritamente ligada aos interesses de classes e especificamente ao poder do estado. Na opinião do historiador norte-americano Richard Graham, dois fatores – a ameaça da desordem social e o apelo de uma monarquia legítima – explicam o porquê da aceitação de uma autoridade central, costurada a uma rede de vantagens especiais e individuais que os homens prósperos distantes do centro obtinham do estado que construíram.

Foi neste ambiente de lutas e divergências políticas que o Rio de Janeiro se consolidou como o centro exportador de modismos e ofícios da Corte. O capítulo IV revela que com a chegada da família real, o centro da cidade e seus arredores transformaram-se em um grande canteiro de obras para abrigar os luxos e as benesses trazidos da metrópole. Ruas foram criadas e casas demolidas. Todo o acervo de livros da Coroa foi reunido na Biblioteca Nacional, que data desta época. O Rio de Janeiro conheceu um período de ascensão cultural e cosmopolitização, com um instrumento direto de circulação, a imprensa, e a elite passou a consumir os primeiros periódicos nacionais. O debate estava aberto e as gazetas e os panfletos que agora faziam parte do cotidiano dos cariocas se digladiavam em torno das diversas tendências que começavam a emergir. O vernáculo ganha as páginas dos jornais e as primeiras gramáticas são lançadas.

Segundo o pesquisador paulista Eduardo Guimarães, a partir de 1826, o deputado José Clemente propõe que os diplomas dos médicos sejam redigidos em “linguagem brasileira”. Posteriormente, um sem número de discussões sobre se os professores devem ou não escrever utilizando a gramática da língua nacional denuncia a corruptela do português europeu e oficial

no país recém-independente. Neste capítulo, revelam-se também dados sobre a escolaridade dos brasileiros naquela época e evidencia-se que apenas uma pequena parcela da população possuía acesso à leitura, já que a maioria continuava analfabeta. As razões para não haver no Brasil políticas públicas sólidas de alfabetização até o século XX também são incluídas nesta linha de pesquisa.

No entanto, foi com a publicação das crônicas do cotidiano que o país viu seu público-leitor aumentar exponencialmente, como defende o capítulo V. Os folhetins, chamados de “romances no jornal”, eram escritos por autores conhecidos do público, como José de Alencar e Machado de Assis, e ganharam apelo popular pela ambientação, contextos e disputas. Vale lembrar que num tempo em que o acesso à educação era muito menos democrático, o jornalista se confundia com a figura do educador. Segundo Isabel Lustosa, “ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalísticos”. Além disso, como não havia regulamentação da profissão de jornalista, eram os escritores de renome que desenvolviam as atividades de redação, edição e checagem de notícias nos jornais, que no início do século XIX se assemelhavam a verdadeiros livros.

Com a literatura nacional articulada à produção noticiosa, os jornais serviram de cenário para evidenciar debates importantes sobre o uso do português brasileiro. E a polêmica travada entre Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet não poderia constituir melhor exemplo ao opor conservadores a representantes da nova geração no final do século XIX.

Espera-se que este trabalho ofereça informações suficientes para uma abordagem historiográfica da origem do português brasileiro e contribua para o entendimento do papel político da língua como instrumento construtor da identidade pessoal, cultural e social do sujeito no Brasil a partir dos primeiros jornais do século XIX.

## **2. A origem do português brasileiro**

O colorido institucional que tingiu o português brasileiro remete, sem dúvida, à chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1888. Mas foi um século antes que, segundo estudiosos, a variante européia ganhou merecida pompa no Brasil, por iniciativa de Marquês de Pombal, então ministro de Dom José I. Encarregado de fazer valer aqui os mandos da metrópole, Pombal proibiu o uso das línguas gerais e elevou o português à língua oficial da colônia. Para entender como se deu esse movimento, é necessário identificar, de antemão, qual variante do português europeu atravessou o Atlântico e em relação a que gramática ocorreu a mudança sintática do português brasileiro.

Neste sentido, o capítulo II enfatiza as principais teorias lingüísticas, bem como percorre a história do português europeu desde a época das ‘Grandes Navegações’. Além disso, lança-se mão de documentos oficiais datados do século XVI para, com base na evolução dos clíticos (próclises e ênclises), estabelecer a verdadeira origem de nosso idioma – notavelmente diversificada.

A prosódia levanta, quase que instantaneamente, um questionamento: Há unidade lingüística no português do Brasil? Para respondê-lo, optou-se por traçar um panorama da história social do idioma falado no país e evidenciar suas variações em relação ao português europeu (características fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas e lexicais). Levantam-se também hipóteses sócio-lingüísticas para entender como estas produzirão, já no século XIX, uma síntese no português urbano de notável unidade quanto ao seu núcleo gramatical.

## **2.1 Das caravelas ao Novo Mundo: perspectivas históricas sobre a Língua de Camões**

O português brasileiro nasceu da polissemia dos idiomas falados no país: a língua trazida por Pedro Álvares Cabral sofreu influências dos dialetos africanos e indígenas e, mais tarde, das pronúncias dos imigrantes alemães, espanhóis e italianos. A própria variante metropolitana já havia sido proveniente de um desmembramento do galego, uma colcha de retalhos do latim romano e do árabe. Toda essa costura lingüística aportou e se desenvolveu no Brasil durante as grandes navegações do final do século XV e XVI.

Muito antes de chegar ao país em 1500, o português falado na Corte ganhou contornos oficiais pela diferenciação a que o latim se submeteu na Península Ibérica. Os contactos entre o latim e as línguas ali existentes a partir da chegada dos romanos no século II a.C, por ocasião da segunda Guerra Púnica<sup>3</sup>, lançaram as bases para um novo idioma. Posteriormente, o latim já transformado e as línguas germânicas redesenharam o quadro lingüístico da região, durante a presença desses povos na península (de 409 a 711 d.C). Em seguida, com a invasão mulçumana, esse latim modificado e já em processo de divisão entra em contato com o árabe. Na primeira fase do processo de reconquista da Península Ibérica pelos cristãos, que haviam resistido no norte, os romances (latim modificado por anos de contato com outros povos e línguas) assumem um aspecto específico no Oeste da península, formando o galego-português e, finalmente, o português. Formou-se paralelamente o Condado Portugalense e, a partir dele, um novo país, Portugal. Toma-se como data de independência do condado do reino de Castela e Leão a batalha de São Mamede em 1128.

Para traçar um panorama das periodizações tradicionais da língua de Camões e entender como se consolidou a fonética do português brasileiro, vale à pena conhecer os novos caminhos delineados a partir da teoria lingüística de Noam Chomsky e desenvolver algumas idéias sobre a percepção das línguas naturais como sistemas complexos e dinâmicos.

---

<sup>3</sup> Guerras Púnicas foram as três guerras entre Roma e Cartago (os fenícios) que ocorreram entre 246 e 146 a.C

Em seu livro *Knowledge of Language*, o lingüista americano Noam Chomsky (1986) estabelece uma oposição entre dois conceitos: a Língua-Interna, ou Língua-I, e a Língua-Externa, ou língua-E. O primeiro trata da competência mental que possibilita ao falante o uso de sua língua materna, adquirida no processo estrutural de aquisição, enquanto que o segundo consiste nos enunciados produzidos pela Língua-I. Neste sentido, os textos que compõem a matéria-prima da Lingüística Histórica são amostras da Língua-Externa de sua época. O objetivo então é desvendar a Língua-Interna dos seus falantes. Assumindo que, num determinado período, os falantes de uma determinada comunidade compartilham da mesma Língua-I, considera-se que esta Língua-I é a gramática do período em questão. Segundo a pesquisadora francesa Charlotte Galves, é indispensável lançar mão da noção de “competição de gramáticas”, conceito introduzido pelo americano Anthony Kroch, para revelar a Língua-I de um autor e da sua época, a partir da Língua-E dos seus textos, já que, via de regra, os textos não são a expressão pura da Língua-I adquirida pelos seus autores no seu processo natural de aquisição, mas vêm misturados com elementos produzidos por uma outra gramática, de maior prestígio na comunidade (GALVES, 2007). Galves afirma que: “A tarefa do lingüista é separar o joio do trigo para, interpretando adequadamente a variação entre diferentes formas instanciada pelos textos, descobrir qual é a gramática, entendida como Língua-Interna, dos falantes de uma determinada época (idem, p. 513)”.

Esta teoria lingüística permite avaliar qual gramática chegou ao Brasil, reinterpretar as fases de transição que aparecem com frequência nas descrições da ortografia do português europeu e argumentar que o idioma trazido nas caravelas advém de uma forma “impoluta” do português clássico dos séculos 16 e 17, que não será afetado pelas mudanças ocorridas na língua portuguesa na metrópole durante o século 18.

Para muitos autores, do lado da história externa, o século 16 é um divisor de águas na história do português, já que é o século da expansão da tipografia e, conseqüentemente, da



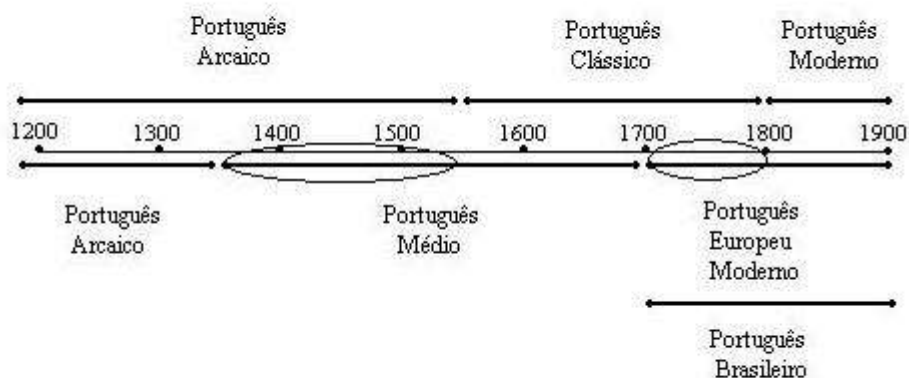
normatização da língua, com o surgimento das primeiras gramáticas; do lado da história interna, é o marco final da presença de traços da língua arcaica nos textos. Apesar de os estudiosos concordarem sobre a importância desta data, há divergências sobre a sub-divisão, e denominação, dos períodos que respectivamente precedem e seguem este marco. Segundo Charlotte Galves, alguns estudiosos, como Leite de Vasconcelos, Lima Coutinho e Matoso Câmara chamam de português “arcaico” ou “antigo” a fase da língua que vai dos primeiros documentos remanescentes ao século 16 (idem, p. 514). Outros subdividem esse período em duas fases, com uma linha divisória se situando entre a metade e o fim do século 14 (a produção lírica galego-portuguesa termina em 1350 e a Dinastia de Avis tem início em 1385). Para determinar a época anterior, pesquisadores cunharam termos como “português trovadoresco”, “galego-português”, ou simplesmente “português antigo”.

Enquanto as duas primeiras denominações fazem referência à língua dos trovadores, remanescente da época em que o português e o galego eram um só idioma, a terceira rotula esta fase de “português antigo”, termo usado por outros autores para um período bem maior. Para a segunda sub-divisão, que abrange o período compreendido entre a segunda metade do século 14 e meados do século 16, ocorrem mais opiniões conflitantes. Os autores que tratavam o período anterior como “lírica trovadoresca”, caracterizam esta nova fase como “prosa nacional”. Todos os outros parecem tratá-lo como um período de transição. Galves afirma que Lindley Cintra e Ivo Castro o chamam de “português médio”, embora Pilar Vasquez Cuesta vá mais longe, ao definir esta época em relação ao período seguinte: português pré-clássico. Os autores continuam a divergir quanto à sub-divisão relativa ao século 16. Segundo Silva Neto e Leite de Vasconcelos, este período é o marco do português moderno. Já na opinião de Pilar Vasquez Cuesta e Lindley Cintra, o português clássico se estende até o século 18, quando então tem início o português moderno (GALVES, 2007).

Esse emaranhado de opiniões conflitantes leva a pesquisadora Carolina Michaelis de Vasconcelos a afirmar que “uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de estado um a outro. Algumas transformações realizam-se devagar, outras muito depressa” (idem, pg. 520). Para embasar este pensamento, a autora verifica que certos fenômenos típicos do português arcaico desaparecem no fim do século 14, outros em meados do século 15, enquanto outros se estendem até o século 16. Este conceito se aplica, portanto, à análise da Língua-Externa, visto anteriormente, ou seja, o conjunto de enunciados produzidos num determinado momento por uma comunidade de fala. Em lingüística histórica, a Língua-Externa é constituída pelo conjunto de textos a que se tem acesso. E, de fato, o processo de declínio da língua arcaica inicia-se na segunda metade do século 14 e só se completa no século 16.

É com base neste pensamento que Galves retoma o conceito de competição de gramáticas, lançado por Kroch, e argumenta sobre a tenuidade das linhas divisórias do português ao longo dos séculos. Para ela, esse raciocínio revela que o início de uma nova gramática, representada pela Língua-I, é definido no momento em que aparece a competição de textos e não quando se dá a vitória desta gramática inovadora sobre a antiga. Neste sentido, na passagem do português clássico para o moderno, a emergência de novas formas e construções produzidas por uma nova gramática, que ao longo do tempo acabará vencendo e se impondo, acompanha o início da mudança dos textos. Na opinião da pesquisadora, a periodização das gramáticas portuguesas pode ser expressa pelo quadro a seguir, tomando como base a proposta de Paixão de Souza (2004) (idem, p. 521).

## **Quadro 1**



O quadro identifica a fase intermediária entre o português arcaico e o português moderno como *português médio*, que, segundo Galves, foi o idioma trazido ao Brasil. Ancestral comum às duas línguas modernas, o português médio tem seu início no decorrer do século 14, entrando em competição com o português antigo nos textos até o século 16. É justamente neste período e no seguinte, fase que corresponde ao português clássico, que o português médio aparece de maneira mais “impura” nos textos. Observa-se também que o português europeu moderno ganha força a partir da primeira metade do século 18.

Esta mudança ocorrida em Portugal depois de 1700, que só se torna dominante nos textos escritos ao longo do século 19, tem como efeito uma nova competição de gramáticas nos primeiros impressos produzidos no Brasil, devido aos sólidos laços econômicos mantidos com a metrópole. No entanto, muitos autores divergem quanto ao efeito desta nova política lingüística sobre o português brasileiro. Segundo certos historiadores, a proibição do uso da língua geral em 1758 por Marquês de Pombal marca o fim do “estágio do multilingüismo” no país. Com esta medida, a Corte obrigou oficialmente o uso da língua portuguesa em todo o território brasileiro. Por essa razão, a pesquisadora Ilza Ribeiro defende que o português falado no século 18, cuja gramática já é baseada no português europeu moderno, tem um papel relevante na formação do português brasileiro: “Ao menos duas gramáticas portuguesas,

que grosso modo podemos identificar como a dos séculos XVI-XVIII e a dos séculos XIX-XX, ofereceram dados pra a aquisição no Brasil (GALVES, 2007, p. 525)”.

Galves, entretanto, discorda desse ponto-de-vista. Segundo a lingüista, a fonética atual do português brasileiro foi consolidada somente 10 anos depois da implementação da política de Marquês de Pombal. Por outro lado, a variação oriunda da dupla colonização do sul do Brasil por paulistas e açorianos no século 18 mostra que traços fonéticos, como a palatalização do –t- e o uso de *você*, já diferenciavam os paulistas dos recém-chegados. A pesquisadora recorre ao historiador inglês Paul Teyssier para corroborar sua tese de que a influência do português moderno apenas se limitou aos enunciados da época, ou língua-E. Ele cita o gramático Frei Luís do Monte Carmelo, que, em 1767, “assinala pela primeira vez um traço fonético dos brasileiros, que é o de não fazer distinção entre as pretônicas abertas (ex: padeiro, prègar, còrar) e as fechadas (ex.: cadeira, pregar, morar).” Galves ainda explica o motivo pelo qual carecem estudos sobre a sintaxe brasileira desta época.

O fato dos estudos sintáticos serem menos conclusivos em mostrar a sintaxe brasileira já emergindo nos textos do século 18 se deve mais à natureza dos corpora utilizados pelos estudos diacrônicos até pouco tempo atrás. A produção de grandes corpora de textos escritos mais próximos da linguagem coloquial nos trará certamente grandes novidades. Encontramos em alguns estudos, contudo, a evidência da emergência da gramática brasileira em textos do século 18 (GALVES, 2007, p. 525).

Estas evidências sugerem que o português brasileiro atual já estava na mente dos brasileiros do século 18 e que a mudança em Portugal não chegará a afetar a aquisição das gerações futuras. Retomando o conceito de Chomsky, a transformação na gramática da metrópole se limitará a modificar a língua de prestígio, ou Língua-Externa, e não a língua-Interna desenvolvida no Brasil, além de introduzir um terceiro termo na competição de gramáticas instanciada nos textos. Paradoxalmente, é no século 19, quando a sintaxe do idioma falado no país já se mostra nitidamente nos textos, que se percebe um aumento das marcas da gramática do Português Europeu, como, por exemplo, o aumento da ênclise nos textos escritos a partir de 1800.

A colocação dos clíticos após o verbo é uma assinatura do português europeu moderno, como revela um estudo da historiadora Ana Maria Martins com base em documentos escritos em Portugal entre os séculos 13 e 16 (quadro 2) e textos literários entre os séculos 15 e 19 (quadro 3). A distribuição da ênclise (V-CI) e da próclise (CI-V) nesses contextos vai mudando ao longo do tempo. No começo, ou seja, nos textos do século 13, a ênclise é largamente dominante até desaparecer completamente no século 16. Contrariamente à tendência observada nos séculos anteriores, a ênclise volta a ganhar força nos períodos seguintes e torna-se marca registrada do português europeu moderno, que perdura até os dias de hoje (idem, p. 516).

**Quadro 2: Evolução da colocação de clíticos em textos notariais, de 1250 a 1550, por período de 50 anos (MARTINS, 1994, apud GALVES, 2007)**

	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-50
<b>CI-V</b>	6,7%	18,8%	37,8%	71,4%	94,4%	100%
<b>V-CI</b>	93,3%	81,2%	62,2%	26,8%	5,6%	0%

**Quadro 3: Evolução da colocação dos clíticos do século 15 ao século 19, em textos literários, por autor (MARTINS, 1994, apud GALVES, 2007)**

	CI-V	V-CI
Alfonso de Albuquerque (1462?-1515)	73,5%	26,5%
Damião de Góis (1502-1575)	97,1%	2,9%
Fernão Mendes Pinto (1510?-1583)	98,1%	1,9%
Diogo do Couto (1542-1616)	72,5%	27,5%
Francisco Manuel de Mello (1608-1666)	92,3%	7,7%

Antonio Vieira (1608-1697)	31,6%	68,4%
Luis Antonio Verney (1713-1792)	27,3%	72,7%
Almeida Garrett (1799-1854)	19,3%	80,7%
Oliveira Martins (1845-1894)	2,4%	97,6%

No Brasil, o aparecimento desta nova gramática em Portugal ao longo do século 18 gerará uma nova competição de gramáticas nos textos produzidos no Brasil. No entanto, diferentemente do português europeu, há uma reversão da tendência difundida pela metrópole, e o aumento da ênclise é seguido pelo seu decréscimo no idioma escrito no país. Segundo a lingüista brasileira Zenaide Carneiro, o efeito sobre o português brasileiro não se trata de uma mudança gramatical, mas de um empréstimo crescente, durante o século 19, de construções produzidas por uma gramática de maior prestígio, a do português europeu moderno. Após a análise de alguns documentos escritos no período, Carneiro constata que os mesmos impressos que apresentam taxas crescentes de ênclise também possuem construções típicas da gramática do português brasileiro, como a próclise em primeira posição absoluta e a próclise ao verbo não finito nas locuções verbais. A pesquisadora também revela que são nos textos em que se acha mais próclise brasileira que há paradoxalmente maior quantidade de ênclises, inclusive em contextos onde ela é impossível segundo os parâmetros gramaticais do português europeu moderno, como nas orações introduzidas por um operador (GALVES, 2007, p. 525).

Na opinião de Galves, “isso aponta para uma aquisição imperfeita da língua de prestígio, que se expressa principalmente nos autores menos cultos, exatamente os mesmos que mais deixam escapar o vernáculo” (idem, p. 526).

## **2.2. Português: Língua oficial e nacional do Brasil**

A epopéia lingüística do português brasileiro começa a ser escrita a partir do início efetivo da colonização portuguesa, em 1532. Na colônia, o idioma metropolitano entra em

relação, em um novo espaço-tempo, com as línguas tropicais e acaba por se tornar, nesse novo mundo, a língua oficial e nacional do Brasil. Segundo pesquisadores, a cronologia do português brasileiro pode ser dividida em quatro períodos distintos, se consideramos como ponto de partida o ano de 1532.

O primeiro momento vai desde o início da colonização até a saída dos holandeses do Brasil, em 1654. Nesse período, o português convive com as línguas indígenas, com as línguas gerais e com o holandês. As línguas gerais eram línguas tupi faladas pela maioria da população e serviam de contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus filhos e netos. A língua geral estava, assim, por toda a extensão da colônia, enquanto o português ficava restrito aos documentos oficiais e àqueles que estavam ligados à administração da colônia.

O segundo período começa com a saída dos holandeses do Brasil e se prolonga até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. A saída dos holandeses muda o quadro de relações entre línguas no Brasil na medida em que o português não tem mais a concorrência de uma outra língua de Estado (o holandês). A relação passa a ser, fundamentalmente, entre o português, as línguas indígenas, especialmente as línguas gerais, e as línguas africanas dos escravos. Esse momento é caracterizado, dentro de um processo mais sólido de colonização, pelas medidas diretas e indiretas tomadas por Portugal que levam ao declínio das línguas gerais. Além disso, a população do Brasil, que era composta predominantemente por índios, passa a receber um número crescente de portugueses, assim como de escravos. No século 16, por exemplo, 100 mil negros aportaram no litoral da maior colônia lusitana. Este número salta para 600 mil no século 17 e 1,3 milhão no século seguinte.

O espaço fonético do Brasil passa, então, a incluir uma nova cadência, estabelecendo uma relação entre as línguas africanas dos escravos e o português. Com o maior número de portugueses, cresce também o número de falantes específicos do idioma da Corte. Além disso,

vale à pena destacar que os imigrantes portugueses que chegam à colônia vêm de regiões diferentes em Portugal. Dessa forma, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, na terra natal, coexistiam como dialetos de localizações geográficas diferentes.

Nesse período, ainda, há dois fatos de extrema importância para o desenvolvimento do português brasileiro. O primeiro deles é a ação direta do império lusitano para proibir o ensino da língua geral nas escolas. Esta medida faz parte da política de línguas da Coroa com o intuito de tornar o português a língua mais falada do Brasil. A criação do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que impedia o uso da língua geral na colônia, protagoniza o cenário lingüístico da época no país. Dessa forma, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua senão a portuguesa. Essa ação, junto com o aumento da população portuguesa no Brasil, tem um efeito específico que contribui para o declínio definitivo da língua geral no país. O português que já era a língua oficial do Estado passa a ser, assim, a língua mais falada no Brasil.

O terceiro momento do português no Brasil tem início com a vinda da família real em 1808, como consequência da onda napoleônica na Europa, e termina com a independência. O ano de 1826 marca o final deste período, já que é nesta data que a língua nacional do Brasil ganha contornos oficiais no parlamento da recém-nascida nação.

A chegada da família real tem dois efeitos no cotidiano da maior colônia lusitana. O primeiro deles é um aumento, em curto espaço de tempo, da população portuguesa no Brasil. Em 1808, 15 mil portugueses desembarcam no porto do Rio de Janeiro. O segundo é a transformação da cidade em capital do Império, que traz novos aspectos para as relações sociais em território brasileiro, incluindo também a questão da língua. Com a instalação da Corte no Rio, Dom João VI revoga a Carta Régia, que proibia a impressão de publicações em



solo nacional, e funda a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira, e dando à língua portuguesa um instrumento direto de circulação, a imprensa.

O quarto período começa em 1826. Neste ano, o deputado José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em "linguagem brasileira". Em 1827, discussões se multiplicam sobre o fato de os professores ensinarem a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. Dessa forma, a língua portuguesa no Brasil, que já era língua oficial do Estado, perde o status de língua do colonizador para se legitimar como língua da nação brasileira. É neste momento que se constitui a sobreposição da língua oficial e da língua nacional.

Essas discussões invadem tanto as páginas dos livros, na literatura, quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português de caráter nacional. O escritor José de Alencar, por exemplo, critica alguns escritores portugueses que não aceitavam o modo como ele escrevia. No mesmo período, há a criação das primeiras gramáticas para o ensino do português brasileiro e seus dicionários. Dessa maneira, cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem o carimbo dos trópicos, dando voz ao patriotismo lingüístico, já no final do século 19.

Esse quarto período, no qual o português já se definira como língua oficial e nacional do Brasil, trará uma novidade: o início das relações entre o português e as línguas de imigrantes. A vinda de alemães para Ilhéus (1818) e Nova Friburgo (1820) redesenha o quadro lingüístico nacional. Esse processo de imigração terá um momento único na passagem do século XIX para o XX (1880-1930). A partir dessa data, o português passa a dividir espaço com o alemão, italiano, japonês, coreano, holandês, inglês. Conseqüentemente, o espaço de enunciação do Brasil passa a ter, em torno da língua oficial e nacional, duas relações significativamente distintas: de um lado as línguas indígenas (e num certo sentido as línguas africanas dos descendentes de escravos) e de outro as línguas de imigração.

Enquanto as línguas indígenas e africanas eram vistas como línguas de povos considerados primitivos a serem ou civilizados (no caso dos índios) ou escravizados (no caso dos negros), as línguas dos imigrantes faziam parte de uma ação de governo que procurava cooperação para desenvolver o país. Além disso, segundo o pesquisador Eduardo Guimarães<sup>4</sup> (GUIMARÃES, 2005), as línguas dos imigrantes eram, até certo ponto, nacionais ou oficiais nos seus países de origem, não só legitimadas no conjunto global das relações de línguas, mas vindas de povos considerados civilizados, em oposição aos índios e negros.

Com o intuito de mostrar a diferença entre o português europeu e o brasileiro, cito abaixo algumas estruturas, que não só expressam a distinção entre as duas variantes, quanto definem no Brasil diferenças regionais e sociais, segundo o lingüista brasileiro Emilio Pagotto<sup>5</sup> (PAGOTTO, 2005).

### **2.2.1. Fonologia**

Segundo Mateus et alii (ibidem), teríamos seis indicadores fonológicos que diferenciariam o português brasileiro do português de Portugal. Desses, destaco quatro: a realização das vogais pré-tônicas; a realização de /t/, /d/ diante de [i]; a realização de /s/ em final de sílaba; a realização de /l/ em final de sílaba. O fato interessante é que esses mesmos recursos diferenciam no Brasil regiões dialetais diferentes, ainda não muito bem demarcadas.

#### **a) AS VOGAIS PRÉ-TÔNICAS**

Enquanto no português de Portugal há uma tendência muito forte para a redução das vogais pré-tônicas (talvez a grande marca identificadora do sotaque português para um brasileiro), no Brasil, elas são pronunciadas claramente.

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/>. Acessado em outubro de 2008.

<sup>5</sup> Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/>. Acessado em outubro de 2008.

Ao mesmo tempo, é nas vogais pré-tônicas que se encontra o grande traço apontado por Antenor Nascentes como definidor das duas grandes regiões dialetais do Brasil: o norte e o sul. No norte, elas tenderiam a serem abertas. A linha divisória estaria entre o Espírito Santo e a Bahia, indo, para o oeste até Cuiabá.

Além disso, as vogais pré-tônicas sofrem também um processo conhecido como o de elevação da vogal (grosso modo, /e/ -> [i] ; /o/ -> [u]) altamente variável em todo o país, com matizes sociais os mais diversos.

#### **b) A REALIZAÇÃO DA CONSOANTE /T/ DIANTE DA VOGAL [I]**

Esse é outro traço que, tanto diferencia o português de Portugal do português brasileiro, como define áreas dialetais importantes no nosso país. Não há atualmente um mapa dialetal geral do Brasil, mas pelas pesquisas já realizadas, sabe-se que a chamada realização africada [tt] se estende por todo o Sudeste brasileiro, descendo até a região Sul, com exceção do litoral catarinense e outras ilhas, subindo até a capital baiana, entrando pelo Centro-Oeste e tomando o Norte do país; nas demais regiões, assim como em Portugal e demais países de língua portuguesa, esse processo de africacão não ocorre.

#### **c) A REALIZAÇÃO DA CONSOANTE FRICATIVA /S/ FECHANDO SÍLABA**

Mais um marca lingüística que opõe Brasil e Portugal e, ao mesmo tempo, determina também áreas diferentes no território brasileiro. Trata-se da possibilidade de palatalização da consoante /s/ quando fechando sílaba, em palavras como *casca*, *seis*. Em falares como o carioca, ou o de Florianópolis, a realização é palatalizada, ou seja, o efeito acústico é algo semelhante à primeira consoante da palavra *chá*.

#### **d) A REALIZAÇÃO DE /L/ EM FINAL DE SÍLABA**

Em Portugal, em palavras como legal, leal, a última consoante é realizada como um [l] velarizado; no Brasil, haveria a forte tendência de realizá-la como uma semivogal [w], de tal maneira que se tenderia a não distinguir mal e mau. Mas o interessante é que no Brasil há ainda dialetos que usam a forma velarizada, no Sul do país.

### **2.2.2. Morfologia e sintaxe**

São muitos os lugares da estrutura morfossintática que estão em variação no Brasil e que diferencia a variante nacional dos dialetos portugueses. A morfologia verbal, especialmente a flexão de número e pessoa e a morfologia pronominal – aqui se destacando os pronomes pessoais – são palco de grandes processos de variação e mudança (em termos de dialeção brasileira, destaca-se o emprego dos pronomes tu e você como tratamento íntimo que diferencia grandes áreas lingüísticas no Brasil). Associadas a esses lugares, a sintaxe no Brasil experimenta também muitos processos de variação e mudança, com especial destaque para os fenômenos de ordem e a representação pronominal do sujeito e do objeto.

### **2.3. Há unidade lingüística no Português brasileiro?**

A independência política brasileira lançou as bases para que a regulamentação nacional atingisse também o âmbito lingüístico e normativo. No entanto, esta autonomia no plano formal não se espalhou com igual distância no campo concreto. De norte a sul, dialetos populares das mais diferentes regiões se opuseram ao português erudito, segundo um mesmo conjunto de traços na morfologia e na sintaxe. O estudo do pesquisador Emilio Pagotto revela que é nesta convergência lingüística que se localiza a unidade do português brasileiro, com base nas linhas de pesquisa de Galves e Tarallo, da tradição gerativista (PAGOTTO, 2007, p. 461).

Antes de discutir a suposta identidade do português brasileiro, Pagotto esclarece que ela não é um sinônimo de homogeneidade na sintaxe e na morfologia quanto a todos os

aspectos relevantes que caracterizam uma gramática, mas, sim, em relação ao núcleo da gramática, que apresenta um mesmo conjunto de traços a partir do qual se pode opor o português popular ao português erudito e ao português de Portugal. Segundo o autor, embora seja possível que dialetos populares divirjam quanto a determinadas partes da estrutura gramatical, há um núcleo gramatical comum, como, por exemplo, na inexistência de ênclise em sentença simples em todo o repertório oral brasileiro.

Além disso, o fato de os dialetos apresentarem um “núcleo comum” não significa terem compartilhado de uma mesma história. Tanto nos trabalhos realizados por gramáticos, quanto nas linhas de pesquisa desenvolvidas por lingüistas a partir dos anos 80, é freqüente a tendência de pensar o português do Brasil a partir de uma única hipótese histórica. Por isso, atualmente, três grandes linhas de pensamento ganharam espaço na Lingüística Geral e têm sido investigadas com o objetivo de explicar a origem do português brasileiro: a hipótese conservadora, a hipótese do contato e a hipótese da deriva lingüística.

A primeira sugere que os traços lingüísticos encontrados no português do Brasil espelhariam o português do primeiro século de colonização e que se mantiveram totalmente independentes das influências lingüísticas ao longo dos tempos. Neste sentido, enquanto o português de Portugal sofria modificações que lhe dariam os contornos atuais, o português do Brasil, pelo isolamento das populações, teria mantido as características de antes da mudança. Segundo Pagotto, esta hipótese não explica o sem número de alterações na morfologia e na sintaxe a que o idioma falado no Brasil se submeteu, mas é interessante do ponto-de-vista fonológico, já que a queda das vogais pré-tônicas, por exemplo, não teria afetado o português do Brasil - como defende Galves - apesar de ter sido legitimada gradualmente pelo português de Portugal a partir do século XVIII.

A segunda relaciona as características lingüísticas do português do Brasil, adquiridas em um período relativamente curto de sua existência, ao contato do idioma da Corte com

línguas indígenas e africanas. Elaborada pelo sócio-lingüista americano Gregory Guy, esta teoria propõe que o português brasileiro seria fruto de uma língua crioula, cuja influência teria diminuído durante o século XIX devido à pressão da norma culta das classes dominantes, com base em uma gramática de maior prestígio, como descrito no tópico I. Entretanto, Pagotto aponta que, apesar da notável influência na gramática brasileira, a corrente lingüística contemporânea tende a pensar que a origem do português brasileiro advenha de várias línguas crioulas no Brasil, já que elas, isoladamente, não seriam responsáveis pelo processo histórico de formação da língua nacional.

Ao mesmo tempo, não se deve descartar a importância que o contato com outras línguas possa ter trazido. Seguramente, profundas alterações foram introduzidas na língua a partir do contato lingüístico, sem que necessariamente tenhamos que pensar na formação de uma única língua crioula base do português do Brasil (PAGOTTO, 2007, pg. 463).

A terceira e última hipótese defende que o português do Brasil foi exclusivamente submetido ao lento, gradual e inexorável processo de mudança lingüística que afeta qualquer língua. Neste sentido, as características atuais do português do Brasil seriam fruto do jogo interno da estrutura da modalidade lingüística de origem, que portaria dentro de si a semente da mudança. Um bom exemplo, na opinião de Pagotto, seria a perda da inversão do sujeito. Na medida em que as flexões verbais se simplificam, perdem-se os pronomes acusativos e a preposição *a*, marcadora do objeto direto preposicionado, a ordem se torna rígida para fazer as marcações sintáticas necessárias.

No entanto, apesar das diferentes correntes teóricas sobre a origem do português brasileiro, muitos lingüistas concordam que o mais provável é que, nos diversos pontos do território, em momentos diferentes, houve a atuação de cada uma dessas forças – a conservação, a inovação estrutural e o contato lingüístico, que resultaram tanto nas diferenças do português do Brasil em relação ao de Portugal, quanto nas diferenças encontradas nos dialetos brasileiros. Neste sentido, não houve cenário mais adequado para lançar as bases da dialetação social no país que a escravidão colonial, cuja estrutura produtiva era baseada na

privação. Tal como no campo religioso, os negros promoveram alterações morfológicas na língua de Camões, contribuindo para o atual quadro do idioma falado no Brasil.

Para responder à pergunta formulada no título deste tópico, Pagotto lança mão de três razões (uma interna ao sistema e duas externas, ligadas à história social do português no Brasil) para justificar como se deu historicamente a unificação gramatical do idioma nacional. Relativamente à explicação interna, o autor cita Tarallo, que observando as tendências latentes no português, comuns a todas as línguas neo-latinas, afirma que alterações na morfologia levam a alterações sintáticas (posição também compartilhada por Naro e Scherre). Já as duas hipóteses de natureza externa podem ser explicadas pela suposta origem crioula, mas diferem uma da outra quanto à forma de propagação do idioma no Brasil (PAGOTTO, 2007, pg. 470).

Pela primeira delas, o português, em contato com línguas indígenas em São Paulo, teria sofrido um forte processo de dialetação e se espalhado pelo Brasil seguindo as trilhas dos bandeirantes. Além disso, teria se conservado isolado no interior do país, em função da precariedade das formas de comunicação e dos ciclos econômicos que alternavam as regiões de proeminência e contato com outras regiões (como foi o caso de cidades mineiras, ou de cidades mato-grossenses, por exemplo).

Pela segunda, o Brasil teria assistido à formação de diversos crioulos em vários pontos do país que, dada a gênese das línguas crioulas em geral, conservariam até hoje tantos traços em comum. Da mesma forma que no caso anterior, o isolamento territorial teria propiciado que este português conservasse as suas características morfossintáticas relativamente distantes do português padrão.

É em relação a esta última hipótese que o historiador Silva Neto (1977) recorre à oposição entre o rural e o urbano no Brasil-Colônia para legitimar a influência do processo de criouliização durante o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil. Segundo o autor, a

razão é óbvia: nas cidades litorâneas era constante o afluxo de portugueses, ao contrário dos rincões do interior. Além disso, nos centros urbanos se encontraria a presença de uma classe abastada que cultivaria o “bom português”, de que Vieira seria o expoente máximo. Traçando um panorama social da história externa desta época, Silva Neto enumera uma série de constatações (SILVA NETO, 1977, pg. 47):

- 1) O português desembarca no século XVI, e até o século 19, o Brasil continua a receber um constante afluxo de portugueses. Estes, por sua vez, provinham de diferentes regiões de Portugal. Ou seja, há um constante contato, pelo menos nos centros urbanos da costa, com variedades diferentes do português tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista geográfico.
- 2) Desde o começo da colonização, o país recebeu africanos escravizados, num total que ronda os quatro milhões, do século XVI ao século XIX. Pelo menos até meados do século 19, quando a importação de escravos era legal, as etnias eram misturadas. Aos africanos tem sido atribuída, mais fortemente, uma possível contribuição para a constituição de possíveis línguas crioulas.
- 3) Não se sabe exatamente qual terá sido o alcance da Língua Geral. O próprio autor se questiona se ela foi usada freqüentemente por todo o território nacional até o século XVIII ou somente em São Paulo, Maranhão e Pará. De língua franca promovida pelos jesuítas, para o contato com diversos povos indígenas, teria passado à língua materna de mestiços e mesmo portugueses, em cidades do interior ou em povoados da costa onde o contato com a metrópole fosse pequeno. O exemplo mais comumente destacado são as vilas de São Paulo.

Para Silva Neto, no período em que foi intenso o uso da língua geral, não teriam se constituído sociedades monolíngües nessa língua: segundo o pesquisador, havia uma situação de bilingüismo bem definida, em que o português era reservado a situações mais formais,



especialmente àquelas ligadas a atividades oficiais do governo português (não se poderiam incluir neste caso os ofícios religiosos, uma vez que são muitos os registros de padres que pregavam em língua geral, não necessariamente no interior de reduções jesuíticas).

No entanto, se a língua geral permanece por tanto tempo, como teria se resolvido a situação do bilingüismo? Antes de responder a esta pergunta, vale a pena discorrer sobre os processos de formação de pidgnis e crioulos, sem aprofundar a discussão na área, que, mesmo para os lingüistas, existem muito mais dúvidas que certezas:

- 1) Pidgins e crioulos são línguas que surgem de situações de colonização em que o contato é plurilíngüe: falantes de línguas diferentes tomam a língua do colonizador como fonte.
- 2) O que diferencia um pidgin de um crioulo é o fato de o segundo ser a língua materna dos falantes. O pidgin seria, por isto, uma língua de caráter mais emergencial que o crioulo, ainda que se registrem casos em que perdure por longo período, desde que conservadas as condições sociais que propiciem sua perenidade.
- 3) Os crioulos (nem sempre os pidgnis) surgem em comunidades insulares. As exceções – duas ou três – se explicam ou por um grande isolamento – mesmo no continente – ou por ter sido o crioulo transplantado após ter se formado em alguma ilha.
- 4) Tanto em pidgnis quanto em crioulos é constatada uma série de simplificações na morfologia verbal e nominal, se comparados com a língua dominadora.
- 5) Além das perdas morfológicas mencionadas, os pidgnis e especialmente os crioulos operam processos de regramaticalização de formas (tanto na língua dominadora como das línguas de substrato) para atender processos gramaticais diversos. Tantas essas características quanto as simplificações mencionadas acima

são atribuídas ou a influências das línguas que formam o substrato ou a processos lingüísticos diversos.

Segundo Pagotto, é bem possível que este bilingüismo não tenha dado origem a uma língua crioula, uma vez que um dos requisitos para a emergência de crioulos é uma situação de contato plurilingüe. Neste sentido, como podemos determinar o grau de interferência que uma língua teve sobre a outra? Para Bortoni-Ricardo, a forma como se processou tal intervenção teria sido a de um pidgin. Já para Naro e Scherre, a língua geral e seu contacto com o português teriam tido um papel bastante relevante na história do português, segundo eles, até mais relevante que os das línguas africanas. Para Silva, teria sido um papel menor, ao contrário da fala de africanos e seus descendentes, que seria responsável pelo português brasileiro popular como um todo (PAGOTTO, op.cit., pg. 473).

A pergunta ganha os mesmos – e complicados – contornos quando aplicada às línguas africanas. A hipótese de Pagotto é o surgimento de crioulos, especialmente em um contexto de formação de quilombos. No entanto, o próprio autor titubeia quando se pensa nos africanos e seus descendentes que viviam nas fazendas ou nas cidades, seja como escravos, seja como libertos. Isso porque a criouliização pressupõe de um lado uma relação funcional bastante clara em termos do uso social, e de outro a aquisição desta língua como materna. No entanto, é difícil imaginar que, dado aquele contexto, as línguas crioulas se especificaram com usos sociais específicos e, além disso, como línguas maternas dos indivíduos.

Dessa forma, segundo Pagotto, é mais apropriado pensar na formação de pidgins mais ou menos temporários em cada comunidade. A aquisição do português seria, assim, uma passagem deste pidgin para algo mais próximo da língua dominante, o que ocasionaria um quadro com alto grau de variação e, ao mesmo tempo, com a fixação de uma gramática que não é mais o pidgin original, mas também não é o português dominador. Essa fase de transição corresponderia ao que Silva Neto chamou de semicrioulo e de, certa forma, está

também em Bortoni-Ricardo. A lingüista utiliza a mesma hipótese para o caso de índios e mestiços que, a partir do bilingüismo, passariam a falar uma variedade do português pidgnizado (PAGOTTO, 2007, pg. 473).

Entretanto, a história do Brasil é ainda mais complexa, quando se observa, como destaca Silva Neto que, além das variedades pidgnizadas, o Brasil teve, desde cedo, uma elite cultural representada por Bento Teixeira, Gregório de Mattos e Padre Vieira. Se por um lado essa elite se mantinha em constante contato com a norma portuguesa européia, por outro:

É natural que ele (o português) apresentasse características que o estremariam do português lusitano (...) resultante do convívio de gente oriunda de todos os pontos de Portugal, ele apresentava notável unidade, já que, postos em contato vários falares aqui se fundiam e se mesclavam. Assim, peculiaridades regionais européias ficaram anuladas pela interação, e chegou-se a um termo médio. (SILVA NETO, op. cit., p.48)

Além desta perspectiva da evolução natural do português europeu, é necessário levar em conta, segundo Pagotto, como o próprio Silva Neto retrata a assimilação de traços de outras variedades pelos mecanismos de contato e mobilidade social. Portanto, verifica-se que o autor trabalha com dois portugueses brasileiros: um fruto do contato do português com línguas indígenas e africanas; outro, falado pela elite branca, nos grandes centros urbanos, que evoluiu a partir do português europeu e pelo contato relativamente freqüente com um português renovado que vem da metrópole.

Essa dicotomia também é analisada por Alekmin (2001) que, inspirada pelo trabalho de Silva Neto, faz um levantamento de uma série de pequenas descrições da fala de escravos, publicada em jornais do século XIX: freqüentemente associadas à fala infantil. Sob a ótica lingüística, tal associação seria motivada pelas características fonéticas gramaticais, como a quebra geral do sistema de concordância e a ocorrência de diversos processos de queda de segmento. No entanto, de um ponto de vista ideológico, permitia a infantilização do africano, que contribuía para reforçar os aparatos simbólicos que sustentavam o processo de escravidão (PAGOTO, op.cit.).

A partir destes dados, Pagotto assegura que não existiram um único crioulo ou um único pidgin com uma vida funcional claramente delimitada, que teria sido sucessivamente adquirido pelas levas de africanos que desembarcavam no Brasil. Os vários modos de constituição social – fazendas açucareiras, fazendas de café, a região das minas, os centros urbanos administrativos litorâneos, etc. – bem como as formas de interação de escravos e ex-escravos contribuíram para a polissemia de cada uma dessas comunidades lingüísticas.

É inegável que a fala pidgnizada de africanos e seus descendentes, bem como a fala de grupos indígenas trazidos para o convívio do mundo português, fez avançar enormemente as alterações fonológicas e gramaticais. Sucessivamente, segundo os lingüistas, elas teriam se formado e perecido, em função das condições sociais, mas foram deixando nas comunidades que se perenizavam o acúmulo paulatino destas alterações. Essa vernaculização do idioma da Corte foi absorvida pelos primeiros impressos, serviu de base para a popularização de idéias liberais e de independência, e colaborou para a formação do atual mosaico de fonemas que constitui o português brasileiro.

### **3. O nascimento da imprensa no Brasil**

A decisão de fugir para a sua maior colônia foi tomada às pressas por Dom João VI. Atribui-se a ela a continuidade do império português, duramente acossado pela onda napoleônica que varreu a Europa no final do século XVIII. Entre as medidas que se seguiram a sua chegada no Brasil, estão a Abertura dos Portos às Nações Amigas e a Revogação da Carta Régia, que proibia a impressão de publicações nacionais. O capítulo III indica como a difusão dos periódicos, principalmente de jornais, teve implicações na formação de um público leitor brasileiro, na difusão de tradições discursivas e de modelos de norma.

Um exemplo dessa tendência é o ‘Correio do Rio de Janeiro’. O jornal foi apenas um entre os vários periódicos que popularizaram o vernáculo ao estampar, em suas páginas, histórias folhetinescas. Elas tornaram-se, a partir de 1850, referenciais da norma escrita para a sociedade da época, uma vez que multiplicavam as rodas de leitura que funcionavam timidamente com os jornais clandestinos no final do século anterior.

O surgimento da imprensa também está intrinsecamente ligado aos movimentos de independência. No Brasil, excepcionalmente, eles tiveram seu curso controlado pela ordem dinástica, apoiada pelos ricos proprietários de terra. Isso não quer dizer, no entanto, que o português brasileiro não tenha sofrido influência dos movimentos nacionalistas. Pelo contrário, o idioma falado na colônia incorporou o tom patriótico durante o processo de emancipação de Portugal, cuja prova mais harmoniosa é a constituição de 1824, indistintamente mais proclítica.

### 3.1. A chegada da Corte Portuguesa e o fim da proibição às publicações nacionais

Até 1808, data da chegada de d. João VI, o Brasil continuava a ser um dos únicos países do mundo – excetuando os da África e da Ásia – a não ter uma imprensa nacional. As poucas tentativas de se estabelecerem tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas. Os portugueses temiam deixar entrar em sua maior colônia as teorias iluministas, popularizar o liberalismo e perder sua galinha dos ovos de ouro dos trópicos. O Brasil se mantinha, portanto, fechado às novidades do Velho Mundo e dos vizinhos latino-americanos: além de palavra escrita, não existiam aqui universidades, tampouco indústrias.

A vinda da família Real alterou o status político e econômico do Brasil. O isolamento português com a presença francesa em seu território europeu fez com que o governo investisse na criação de fábricas de ferro, pólvora, vidro na colônia americana. A abertura dos portos às nações amigas anulou o rígido sistema colonial e o país viu florescer o comércio. Neste contexto, foi necessário também se fazer imprimir os atos do governo e de divulgar notícias interessantes à Coroa. Por isso, a imprensa foi criada logo após a chegada do rei.

A transferência da Coroa portuguesa para os trópicos impôs uma mudança radical na vida e nos costumes da antiga colônia que culminaria, quatorze anos depois, na Independência. No entanto, entre a chegada do rei e o Sete de Setembro de 1822, uma sucessão de acontecimentos internacionais e locais contribuiriam para o processo através do qual o Brasil se tornou independente. Segundo a historiadora Isabel Lustosa, o elemento mais importante foi a mudança do centro de poder português de Lisboa para o Rio de Janeiro, com todas as suas conseqüências, entre as quais as mais decisivas foram: a revolução constitucionalista do Porto, em 1820, e a liberação da imprensa no Brasil. O papel do jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, difundindo na América os ideais do liberalismo e as vantagens do sistema de governo baseado na Constituição, foi também fundamental para a criação do Estado brasileiro (LUSTOSA, 2004, p. 8).

Diferentemente de seus vizinhos hispano-americanos, a imprensa brasileira nasceu no exílio, e teve como protagonista o jornalista Hipólito José da Costa Furtado. Em 1805, ele chegou a Londres após fugir de Portugal, onde estivera preso por obra e graça do Santo Ofício. Durante três anos permaneceu no cárcere submetido a longos e penosos interrogatórios. Num relato que publicou seis anos depois de chegar à Inglaterra, ele revelou aos ingleses o absurdo que era viver num país europeu submetido ao sistema da Inquisição em plena idade das Luzes.

Hipólito da Costa nasceu em 1764 na colônia de Sacramento, na Cisplatina, região que mais tarde formaria o Uruguai. Egresso de uma família que conquistara riqueza e prestígio na região de Pelotas, ele trilhou, ainda jovem, o caminho típico dos jovens “de berço” da colônia: foi estudar em Coimbra, formando-se ali em 1794. Em 1798, ele deixou Lisboa rumo aos Estados Unidos para uma missão especial do governo português. Sua tarefa consistia em recolher dados e espionar um pouco sobre os avanços tecnológicos deste país recém-independente, como a estrutura adiantada das instituições sociais, políticas e culturais, imprensa livre, processos eleitorais, além de várias universidades. Tudo na América se opunha à realidade brasileira e portuguesa: ambos os países permaneciam dominados por uma aristocracia tacanha, vivendo sob um regime absolutista em que a Inquisição, da qual ele logo se tornaria uma vítima, ainda dominava.

Dos Estados Unidos, Hipólito trouxe a vontade de progresso e o amor à liberdade, onde teve o primeiro contacto com a maçonaria, ordem secreta cujos ritos pressupunham a liberdade religiosa que Portugal não permitia. De volta a Lisboa, em 1800, passou a trabalhar na Impressão Régia, responsável pela publicação de livros de técnica e de economia. Paralelamente a seu trabalho, desenvolveu intensa atividade junto à nascente maçonaria portuguesa. Uma viagem oficial a Londres, em 1802, lhe permitiu conhecer a fundo a

maçonaria inglesa, então a mais forte e importante do mundo, da qual eram membros os filhos do rei George III.

Quando retornou de viagem, foi preso por suas ligações com a maçonaria, mas conseguiu escapar da prisão em 1805, quando fugiu para Londres. A tradicional solidariedade dos irmãos maçons lhe garantiu inicialmente a sobrevivência. Durante o recomeço de vida na Inglaterra, Hipólito trabalhou como tradutor e professor de português, colaborando em uma obra sobre a história de Portugal e em uma gramática, quando, em 1808, tomou conhecimento da mudança do príncipe regente de Portugal, o futuro rei, Dom João VI, com toda a sua Corte para o Brasil. Dom João havia fugido da onda napoleônica que se alastrara por toda a Europa. Até a invasão de Portugal pelos exércitos franceses em novembro de 1807, a política de d. João se equilibrava entre as pressões inglesas e francesas.

No começo do século XIX, direta ou indiretamente, o imperador francês Napoleão Bonaparte controlava a maior parte do Velho Mundo. Suas conquistas se estendiam por todo o território europeu e suas tropas, que já haviam conquistado a vizinha Espanha, já se mantinham nas fronteiras portuguesas. Os rumores de que o projeto francês incluía a divisão do reino lusitano, com o controle de suas ricas colônias, entre elas o Brasil, também não estimulavam a vontade de fazer aliança. Por isso, Dom João optou por aceitar a proteção inglesa e embarcou, em 27 de novembro de 1807, para o Brasil. Dois dias depois os franceses invadiam Lisboa.

O ineditismo da vinda para o Brasil do príncipe regente (que governava Portugal no lugar de sua mãe, d. Maria 1ª, desde que esta enlouquecera) foi reconhecido rapidamente por Hipólito, que viu na transferência das decisões políticas para a América com uma oportunidade única para uma transformação institucional profunda para o Brasil e para Portugal. A presença de Dom João no Brasil refletia a possibilidade de progresso e desenvolvimento para a colônia.



A forma que Hipólito encontrou para dar voz à essa alteração foi a palavra impressa e livre de censuras. Ele percebia a importância da imprensa livre e da ordem dinástica para o funcionamento de todas as outras instituições do Reino. Além disso, como gozava da amizade do filho do rei George, o duque de Sussex, quem professava também a maçonaria, se escorava nas leis inglesas e se sentia seguro para fazer observações e críticas à administração dos negócios portugueses que nenhum outro súdito português ousara até então.

Foram esses fatos que motivaram Hipólito da Costa a publicar em Londres, a partir de 12 de junho de 1808, o primeiro jornal brasileiro. O nome *Correio Braziliense* já legitimava, intrinsecamente, o propósito do fundador de enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil. No início do século XIX, eram chamados “brasileiros” aos comerciantes que negociavam com o Brasil, “brasilianos” aos índios e “brazilienses” aos portugueses nascidos ou estabelecidos na colônia, que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria.

Como a maior parte dos jornais da virada do século 18 para o 19, o *Correio Braziliense* tinha o tamanho e a forma de um livro. Era composto de longos e densos artigos onde a informação era veiculada de forma circunstanciada e analítica. Cada número tinha cerca de 100 páginas e era dividido em sessões: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, eventualmente, correspondência. Segundo Lustosa (2004), o formato dos jornais da época refletia o contexto no qual era visto o próprio papel da imprensa.

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das idéias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos (LUSTOSA, 2004, p. 15).

Na opinião da historiadora, no entanto, a parte mais interessante do jornal era onde Hipólito incluía suas “Reflexões sobre as novidades do mês”. Nesta sessão, ele expunha, de forma mais organizada e consistente, seus projetos para o Brasil e suas posições políticas. A

maior parte do jornal era dedicada à publicação de documentos relativos aos acontecimentos que iam pelo mundo afora, além de notícias que o jornalista colhia nas gazetas internacionais. Através do *Correio Braziliense*, os brasileiros puderam acompanhar o processo de independência das colônias espanholas na América e defender os movimentos nacionais de libertação da metrópole.

Mesmo cobrindo acontecimentos internacionais, todas as notícias publicadas no *Correio* tinham como alvo o Brasil e seu possível público leitor. O objetivo principal do jornal, e de Hipólito, era, portanto, informar os brasileiros sobre o que se passava no mundo e mostrar aos leitores, a partir da difusão das idéias liberais, o caráter danoso do Absolutismo ou de qualquer forma de despotismo. Por essa razão, grande parte do jornal era dedicada a comentar e a criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos. Hipólito defendia a imigração de europeus pobres para o Brasil como parte de um plano para a gradativa substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas afirmava também que para esse processo dar certo era preciso que o Brasil tivesse leis claras e eficazes e que o Estado reduzisse a sua interferência sobre as ações da sociedade. Ele era contra os monopólios que impediam o desenvolvimento do comércio e da indústria; queria a transparência das contas públicas, uma maior participação do povo na política, mas sem a liderança popular no processo de transformação do sistema de governo. Vale a pena destacar que Hipólito não era um democrata: defendia o melhor sistema de governo era o que vivenciou na Inglaterra, a monarquia constitucional, e que ele tomasse à frente das reformas antes que o povo as fizesse.

A chegada de d. João ao Brasil trouxe consigo uma onda de progresso e crescimento cultural que teve início com a abertura dos portos às nações amigas, medida que determinou o fim do monopólio comercial com Portugal. O Rio de Janeiro, que além de capital, era sede administrativa da Corte, se tornou o cenário principal de uma série de benefícios implementados pelo rei na colônia, que foi elevada à categoria de reino, em 1815.

A simpatia às transformações que marcaram o período joanino terminou em 1820, quando eclodiu em Portugal uma revolução constitucionalista. Era o resultado da profunda insatisfação dos portugueses com a situação de seu país depois da vinda do rei para o Brasil, e com o enorme prejuízo causado pelo fim do monopólio comercial. A população também se sentia desprestigiada, já que, com a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, Portugal amargava uma posição inferior a sua própria colônia no quadro político-administrativo. Incomodados com tamanha mediocridade, uma junta de revolucionários assumiu o poder no país, lançou as bases do que seria a constituição portuguesa e convocou uma assembleia constituinte. Logo seus deputados determinaram a volta de d. João VI para Portugal, que culminou em 26 de abril de 1821.

A princípio, a Revolução Constitucionalista do Porto foi recebida com entusiasmo por Hipólito da Costa. O sucesso do movimento português foi acompanhado passo a passo pelo *Correio Braziliense*: seus avanços, os debates, seus erros e acertos ganhavam as páginas do jornal. No entanto, com a volta do rei e o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, começaram a ser votadas leis para o Brasil, que evidenciariam as intenções colonialistas das Cortes para com o Brasil. As opiniões de Hipólito refletiram o andamento da revolução. De euforia, o jornalista passou a ser mais cauteloso para no final demonstrar através de seu veículo sua total oposição à volta do antigo sistema colonial ao Brasil.

Esse processo que começa em 1820 marca também os primeiros diálogos do *Correio Braziliense* com a imprensa e os liberais do Brasil. Hipólito saudou os primeiros jornais e jornalistas independentes da recém-nascida imprensa brasileira, finalmente tornada livre. Vendo coroada de êxito a nossa Independência, em 1822, Hipólito da Costa julgou encerrada a sua missão, parando de publicar o *Correio Braziliense* em novembro daquele ano.

### 3.2. Os jornais independentes e o português brasileiro

Com o surgimento da imprensa no Brasil, por conta da chegada da família real em 1808, foi lançado em setembro do mesmo ano o primeiro jornal impresso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Seguindo os moldes de sua irmã, a *Gazeta de Lisboa*, era uma espécie de folha oficial na qual se publicavam os decretos e fatos relacionados à Corte. Estes acontecimentos marcaram um passo decisivo na história do português brasileiro. Antes, quase não circulavam livros no país, todas as obras eram censuradas e impressas em Portugal. Com as mudanças ocorridas no início do século XIX, o português brasileiro deixou o campo da oralidade para ganhar forma através da palavra impressa. Os textos da Administração Pública Portuguesa foram substituídos pelos periódicos enquanto referenciais de norma escrita para a sociedade oitocentista. Este fato teve como consequência uma primeira regularização da língua, que até esta data, tinha dependido quase que exclusivamente da fala e da técnica de poucos instruídos.

Até a vinda da Corte ao Brasil, portanto, fora o circuito religioso, os brasileiros e portugueses letrados que viviam na colônia ou possuíam suas bibliotecas particulares com livros importados, ou tinham contatos esporádicos com a palavra impressa, através de um panfleto ou periódico clandestino que circulasse pelos maiores portos do país. Segundo o lingüista brasileiro Afrânio Gonçalves Barbosa, é provável que o contato cotidiano com livros, após a fase de aprendizado de primeiras letras, estivesse resumido aos materiais litúrgicos. Dessa forma, ainda que rarefeito, esse contato estabeleceria uma relação de modelo entre os impressos metropolitanos e os manuscritos. Por essa razão, Barbosa defende que o referencial de norma culta para a sociedade colonial brasileira seriam os textos da máquina burocrática portuguesa transplantados pela massa de funcionários que circulava pela colônia, já que entre as poucas necessidades de escrita para além das motivações pessoais e familiares,

a maior parte estava vinculada direta ou indiretamente às questões públicas do Brasil (BARBOSA, 2007, pg. 494).

Ao contrário de outras colônias americanas, a sociedade colonial brasileira, em sua última fase, era uma sociedade manuscrita, posto que as tipografias permaneceram proibidas até a vinda de D. João VI. A relação com os impressos era feita apenas por meio dos livros importados da Europa. Isso significa que a gigantesca máquina burocrática oficial aqui instalada devia pensar em duas ou três cópias de cada documento para comunicar ao reino todos os fatos de interesse público e privado que caíam às mãos dos escrivães. Situação igual era vivida pela administração privada. Instituições religiosas, de comércio e mesmo as de exploração agrícola, pecuária e mineral deviam reescrever boletins e relatórios a cada nova cópia. (BARBOSA, 2007, p. 494).

Com o surgimento da imprensa no Brasil, a máquina burocrática deixou de torturar escreventes-copiadores de duplicatas de cada papel administrativo. Eles foram substituídos pela produção em série das tipografias nacionais que encorajou a formação de um público leitor brasileiro, além da propagação de tradições discursivas e de modelos de norma. Foi a difusão dos periódicos, principalmente dos jornais, em todo o território imperial e republicano o grande elemento de transformação para a sociedade oitocentista, como se percebe no quadro abaixo.

**Quadro 1: Modo de circulação de textos no Brasil Colônia e no Brasil império**

MANUSCRITOS	IMPRESSOS
LIVROS	LIVROS
	JORNAIS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO PRIVADA	ADMINISTRAÇÃO PRIVADA
TEXTOS PARTICULARES	TEXTOS PARTICULARES

Segundo Barbosa, *jornais* no quadro 1 é um modo de circulação de textos. Não se deve confundir esse rótulo com o gênero textual jornalístico tal como conhecemos nos dias de

hoje, já que vários gêneros literários e não-literários circulavam por meio desse veículo que rapidamente, em menos de 30 anos, se difundiu por todas as regiões do Brasil. Se, para os padrões da atualidade, o público leitor do século XIX poderia ser visto como reduzido, ele deverá ser considerado imenso se o referencial usado for a realidade manuscrita do século XVIII para trás. A prática das rodas de leitura que timidamente funcionava com os jornais clandestinos no final do século XVIII, multiplica-se no seio familiar no século seguinte com o importante papel das histórias folhetinescas que se tornaram mania nacional. Portanto, pode-se constatar que o referencial de norma escrita para a sociedade oitocentista brasileira foram os textos veiculados pelos jornais nacionais.

No entanto, como lembra Barbosa, quando se estuda a constituição do português brasileiro, é necessário levar em conta que os padrões observados em fontes de escrita cotidiana podem não coincidir com a norma prescritivo-gramatical de uma determinada época. Um exemplo dessa tese é a regra prescritiva sobre a impessoalidade do verbo *haver*, que vigora até a atualidade e que já constava na edição oitocentista da gramática de António dos Reis Lobato, publicada no século XVII, contudo sem conseguir efeito na norma culta objetiva praticada nos jornais do século XIX. Este autor cita em 1824:

Parece que se não observa a dita regra no verbo Haver, quando pelo costume da língua lhe ajuntamos na terceira pessoa do singular nominativo do plural, v. Gr. quando dizemos: Há muitos homens, que amão as sciencias (...)  
(LOBATO, 1824, apud BARBOSA, 2007, p. 487).

Segundo Barbosa, esse é um caso de prescrição, devidamente aplicada no discurso metalingüístico em toda a gramática em foco, que não encontra eco na norma objetiva dos impressos do século XIX, na qual prevalece a concordância plural de *haver*, no sentido de *existir*. O exemplo a seguir foi retirado do folhetim *A Flor das Favas*, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1843.

Havião muitas cavalgadas no bosque; uma sobretudo era composta dos mancebos mais da moda, não d'esses dandys de trinta e cinco annos que são vistos no boulevard e nunca nas sociedades, mas sim de filhos-famílias, que todos conhecião e nomeavão alternativamente.

Por isso, o lingüista defende que para estudar a formação do português brasileiro e da norma culta brasileira é necessário conjugar resultados em diferentes tipos de textos, diferentes tradições discursivas e diferentes referenciais de norma e erudição escrita. O estudo de um dado fenômeno lingüístico apenas com base nas regras descritas/prescritas pela gramática ou documento oficial da época, por exemplo, pode conduzir a uma conclusão que tenha o alcance da língua culta e não se estenda à língua portuguesa, como é o caso da Constituição de 1892. Marcada pelo predomínio da ênclise, diferentemente da carta magna de 1824 – significativamente mais proclítica –, ela reflete a mudança de postura ideológica dos redatores cultos no Brasil, ao longo do século XIX. Vale à pena destacar, todavia, que apesar de a norma escrita codificada procurar imitar o padrão vernáculo lusitano, considerado modelo de correção – numa reação contrária aos movimentos oitocentistas de afirmação nacional – não houve uma mudança na língua, apenas nos textos. O autor conclui:

De forma alguma a passagem de próclise à ênclise ali observada refletiria uma mudança no português brasileiro do Império à República. Portanto, operar unicamente com escritos oficiais pode implicar tamanha distorção (BARBOSA, 2007, p. 489).

Pode-se, portanto, traçar um paralelo entre a análise de Barbosa e de Galves (GALVES, op.cit.), que vimos anteriormente. Ela também sustenta que o avanço do português europeu moderno no século XIX se limitou a modificar a língua de prestígio, ou Língua-Externa, e não a Língua-Interna desenvolvida no Brasil, além de introduzir um terceiro termo na competição de gramáticas instanciada nos textos. Além disso, segundo Galves, o português brasileiro já estaria na mente dos habitantes da colônia desde o século XVII.

Em comum acordo, o brasilianista Volker Noll afirma que os jornais oitocentistas corresponderiam à fase de desenvolvimento da escrita e do ensino do português brasileiro, já que o período diferenciador teria se dado no século anterior. Quanto à evolução lingüística, os periódicos nacionais serviram para acentuar o contraste com o português europeu. Em 1826, Domingo Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, que foi diplomata brasileiro em Paris, esboçou a primeira caracterização do português brasileiro, agregando duas listas de

palavras, uma contrastando a semântica das lexias contidas no português europeu, outra enumerando vocábulos desconhecidos em Portugal (NOLL, 2005, p. 128).

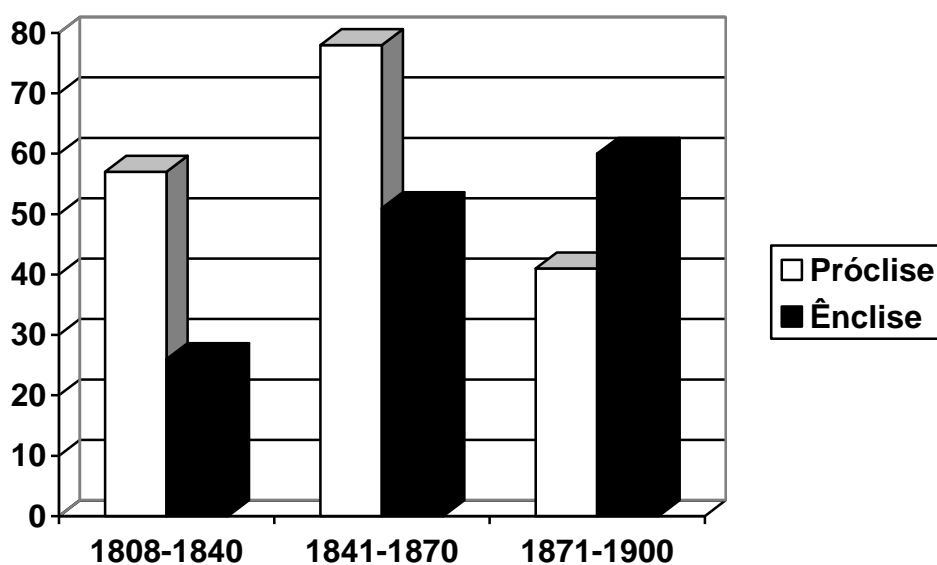
Noll cita ainda a periodização elaborada pelo historiador brasileiro José Ariel de Castro que divide em quatro fases o período que se estende do século XVII ao XX:

- 1) De 1702 a 1758, despertar de Portugal para a realidade binômio língua-sociedade no Brasil; propósito de criar seminários para os índios onde se fale unicamente português (1753);
- 2) De 1758 a 1826, solução pombalina para a questão da língua no Brasil e em Portugal; manifestações de nacionalismo lingüístico na Câmara dos Deputados (1826);
- 3) De 1826 a 1882, institucionalização da política lusófila da língua como persistência do arcadismo e como ação anti-romântica;
- 4) De 1882 a 1924, recrudescimento do purismo como reação ao nacionalismo lingüístico embutido nas idéias republicanas

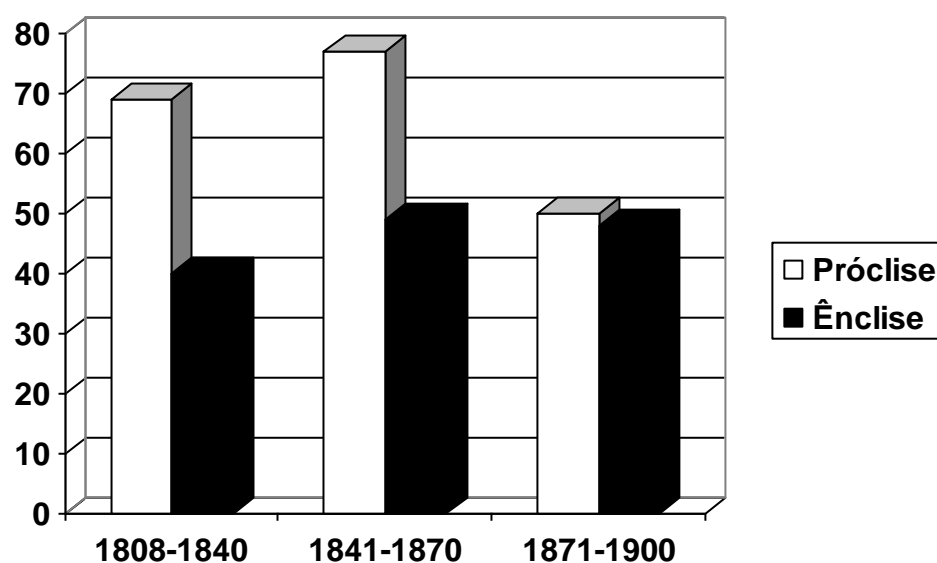
A periodização de Castro é interessante quando se verifica que nesta última fase (1882 a 1924) houve uma tentativa da norma européia para estender a ênclise nas frases nominais positivas, como na Constituição de 1892. O purismo a que autor se refere ganhou forma nos jornais brasileiros do final do século XIX, pelas mãos dos tradicionalistas, como indicam os dois quadros a seguir. Para comprovar esta hipótese, analisei a evolução da colocação dos clíticos (próclises e ênclises) em editoriais de jornais brasileiros e portugueses em três fases distintas (1808-1840; 1841-1870 e 1871-1900).

## **Quadro 2: Evolução da colocação dos clíticos em editoriais de jornais brasileiros por período**





**Quadro 3: Evolução da colocação dos clíticos em editoriais de jornais portugueses por período**



Até 1870, verifica-se, em ambos os quadros, números crescentes de próclises e ênclises. No Brasil, como vimos no capítulo 2, o aumento no número de ênclises não refletiu uma mudança gramatical, mas um empréstimo crescente durante o século XIX, de construções produzidas por uma gramática de maior prestígio, a do português europeu moderno. Pela análise dos dados, este empréstimo atinge seu apogeu no final do século XIX (1871-1900), mas segundo Noll, acaba por ser recusado posteriormente tanto nos jornais quanto nos livros (este com o Modernismo dos anos 20). Em Portugal, este mesmo período

(1871-1900) corresponde à fixação da gramática do atual português europeu, cada vez mais enclítica. Vale à pena destacar, além disso, que o purismo a que Castro se refere contribuiu para elevar ainda mais o número de ênclises no português brasileiro, que aparecem inclusive em contextos onde seu uso é impossível segundo a atual norma culta portuguesa, como neste fragmento do Diário do ‘Brazil’ de 8/12/1881: “Diz V. S. que acham-se pre-|sos diversos vendedores da nossa | folha”.

Diferentemente de sua variante européia, o português brasileiro também conservou o gerúndio com a predominância da estrutura ‘estar + V-ndo’ sobre ‘estar + a + infinitivo’. Esta construção aparece no editorial de 12/03/1822 do diário ‘Compilador Constitucional Politico e Litterario Brasiliense’, que exalta o patriotismo dos paulistas: “Se tal tem sido sempre o vosso pre- | mio; se ainda assim vós tudo fazeis pe- | la cauza da Nação, da Patria, da Constituição, que em Portugal se **está fazen- | do** com assistencia de vossos egregias | Deportados; quão dignos não sois de me- | hior sorte, e de melhores premios | Ago- | ra talvez os acheis no grato Ministerio!!”. A mesma estrutura é utilizada no semanal ‘O Catholico’ em sua edição de 24/02/1838: “**Estou | observando** as feições do animal que | se chama atheu, respondeu o Padre, | pois tendo ouvido fallar della muitas | vezes, nunca o tinha visto”. O gerúndio também está presente no editorial de ‘O Guerreiro’, de 15/01/1853, que critica o então Ministro da Guerra brasileiro, Manuel Felizardo de Souza e Melo: “E MUITO concussionario, V. Ex. **está compro- | mettendo** o MONARCHA, e arrastando a Nação a | um caos”.

A partir da análise descritiva dos jornais brasileiros do século XIX, pode-se examinar, portanto, a variação a que o português dos trópicos foi submetido, mas que, segundo uma corrente de lingüistas, conserva sua origem no século anterior. A normatização desse conjunto de regras, que diferenciava a variante brasileira da européia, ganhou tintas institucionais através do surgimento da imprensa, que possibilitou que construções típicas do português

brasileiro tivessem sua carta de alforria com a chegada da Corte e fossem difundidas por todo o território nacional.

### **3.3. Marcas de oralidade nos jornais oitocentistas**

Em 1917, o lingüista francês Ferdinand de Saussure teorizou: “o estudo da linguagem comporta duas partes: uma essencial, tem por objeto a língua (*langue*), que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala (*parole*), inclusive a formação, e é psicofísica” (SAUSSURE, 1972, p. 16). Em outras palavras, a língua, mais homogênea, representaria o código comum e a parte social da linguagem, enquanto que a fala consistiria na sua variação subjetiva, ligada à atuação daquilo é interno ao sistema. Saussure privilegia a análise sincrônica da lingüística e, portanto, seu recorte social. Essa interação entre língua e fala ganhou as páginas dos jornais do século XIX, cujos editoriais e anúncios incorporaram traços da oralidade nos textos escritos.

No início do século XIX, os jornais ainda eram um produto caro e voltado às elites. Segundo a pesquisadora Isabel Lustosa, o preço médio de um exemplar avulso era de 80 réis e sua assinatura anual variava de quatro mil a dez mil réis. Para se ter uma idéia, como afirma a historiadora Maria Beatriz Nizza, “uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel (medida antiga correspondente a 459g) de lingüiça, 280 e um quartilho (meio litro) de tinta de escrever, 320 réis” (NIZZA apud LUSTOSA, op.cit., p. 64). Em uma época em que o analfabetismo dominava, no entanto, muito do que se dizia no jornal chegava à população através de leituras coletivas em praças públicas ou em tavernas.

De folhas oficiais que imprimiam os atos do governo, os jornais passaram a abordar questões mais próximas ao público. Os anúncios presentes desde a primeira edição do primeiro impresso nacional constituíam um canal de troca e venda entre os leitores. Com um

maior número de publicações e um aumento das tiragens, o tom hermético dos textos cedeu espaço para a coloquialidade. De acordo com a pesquisadora Valéria Gomes<sup>6</sup>, os editoriais dos jornais do século XIX refletem essa transição, já que mesmo escritos pela camada letrada da sociedade, apresentavam marcas “da proximidade comunicativa entre a oralidade e a escrita que, ao longo do tempo, desapareceram, foram substituídos ou permaneceram”. Neste sentido, tanto anúncios quanto editoriais, apesar das diferenças claras quanto à estrutura e composição lingüística, compartilhavam uma mesma tradição textual que revelou a formação de uma variedade urbana em um contexto de semi-oralidade, ou, nas palavras do lingüista Martin Selig, “uma transição da oralidade para uma competência escrita”. Gomes constata cinco fenômenos presentes nos jornais oitocentistas que demonstram essa costura entre língua e fala. São eles: simulação de diálogo, referência direta aos interlocutores, pontuação e recursos gráficos convencionais, interjeição e expressões referenciais e lexicais (GOMES, 2007).

### 3.3.1 Simulação de diálogo

Um dos recursos utilizados pelos jornais do século XIX para se aproximar do público-leitor consistia em um jogo de perguntas e respostas, com o objetivo de simular as discussões do cotidiano. Os diálogos serviam para quebrar a monotonia dos editoriais muito eruditos e tinham um apelo popular.

Ora nestas Sociedades assim efeitua-|das, aonde, ou em que residia a Soberani-|a?. Não era nas mesmas Sociedades?. Que cousa era, ou poderia ser esta Soberani-|a?. Respondo: Nenhuma outra coisa poderia ser se não – A Vontade de Todos. (Diario de Pernambuco nº 127, 15/06/1829)

Nesse exemplo, percebe-se que a retórica por si só não basta. Para potencializar sua argumentação, o jornalista responde às próprias perguntas que elaborou, como se quisesse

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/130.pdf>. Acessado em novembro de 2008.

retratar as discussões do dia-a-dia. Em outros fragmentos, as simulações convidam os interlocutores citados ao debate, em um tom marcadamente provocativo.

Longe de querer-se huma reforma se | pretende acabar como todo o pacto social, eliminan-|do a forma do governo, e levando de rojo, todo o sis-|tema político da Nação Brasileira. He isto o que | determina o art. 174? Respondão os Deputados França. (Diário de Pernambuco nº 113, 01/07/1835)

Segundo Gomes, esse recurso textual ocorreu com maior frequência na primeira metade do século XIX. Após esse período, as perguntas retóricas passam a reinar quase que exclusivamente nos editoriais. Entre os elementos lingüístico-discursivos que compõem essas simulações, está o uso de vocativos, de verbos no imperativo e da segunda pessoa do plural.

### 3.3.2 Referência direta aos interlocutores

Se nas cartas dos leitores do século XIX, era comum o uso da expressão “Sr. Redator” para atingir um público amplo e heterogêneo, nos editoriais da mesma época, em algumas circunstâncias, ocorreu o inverso. As canetas dos editorialistas passaram a apontar para personalidades políticas, para outros jornais ou até mesmo para os próprios leitores, dentro de um contexto ora de exortação ora provocação.

Taes são, Illustres Senhores Deputados, | os tópicos, que, por hora podemos a-|presentar á vossa sabedoria, o patriotismo,| para delles poderdes tirar os resultados,| que forem úteis a Província, que vos ele-|geo, e que tem pregadas em vós todas as suas esperanças: estas não serão frustra-|das; estamos convencidos disto, tanto mais porque confiamos no vosso patriotis-|mo. (Diário de Pernambuco nº 50, 01/03/1839).

Nesse fragmento, o uso do vocativo e dos pronomes de segunda pessoal do plural não só identifica os interlocutores, como contribui para dar mais emoção ao texto. Gomes afirma que esse traço marcou os editoriais do século XIX, mas foi desaparecendo pouco a pouco durante o século seguinte.

Cidadãos: absterdes-vos de votar hoje, é | um acto de indiferença pelo vosso futuro e | pelo futuro de vossos filhos, pela vossa sorte | e de vossa família, que não se desculpa nem se | justifica; é um crime de lesa-patriotismo que | nenhuma consideração pode attenuar. Reagi contra isso! (Jornal do Recife nº 42, 21/02/1892).

Com o intuito de chamar o leitor ao debate e aproximá-lo das discussões cotidianas, os jornais oitocentistas abusaram da função fática. No século XIX, essa tendência de interagir com o público não se restringe ao gênero jornalístico e repercute no estilo literário, como denuncia este trecho do livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis: “Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados.” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p.55)

### 3.3.3 Pontuação e recursos gráficos convencionais

No começo do jornalismo impresso no Brasil, escrever era, em grande parte, registrar as interações como elas ocorriam na oralidade. Em uma época na qual a ortografia do português brasileiro ainda engatinhava, pontos, vírgulas, travessões, aspas e parênteses foram empregados, muitas vezes, de forma irregular e não convencional para expressar um tom mais firme ou acrescentar um comentário. Os sinais ortográficos, embora usados de forma gratuita, interferindo na articulação textual, exerceram um papel fundamental, principalmente nos artigos que refletiam o discurso panfletário e dialético da época. Seu uso favorecia a cadência textual e envolvia o leitor com o claro objetivo de provocar impacto.

O trecho a seguir revela a tendência rítmica da pontuação no início da imprensa, cuja entoação e cadência do texto são fornecidas mais pelo ato da leitura (em voz alta ou baixa) e menos pelas pistas dadas pelos sinais de pontuação.

Pelo que temos expendido sobre princípios de direito natural e a vista do nosso mesmo exemplo, ficam aniquiladas as matracadas luciferinas do monótono Cruzeiro, com que nos aturde diariamente, pondo todo o benefício da parte do Imperante, e toda a obrigação da parte da Nação; confundindo as palavras offerecer, e outorgar = S.M.I. do Brazil offereceo; e a Portugas outorgou: Sr. Cruzeiro nisto á grande differença; não confunda ideas, destruindo dest'arte o equilíbrio, e garantias da Constituição (Tit. 3º art, 9) Fica confundida a rinchada do seu Correspondente = Amigo de Todos = quando disse, que S.M.I. era Chefe dos Brasileiros ainda antes da sua Independência: se o Brazil fazia então parte da Monarchia Portugueza, se obedecia a El Rei D. João 6º, como podia ter outro Chefe alem d'Elle?. A Legitimidade começa no Brazil na Pessoa do Sr. D. Pedro Iº para sua Decendencia Legitima (const. Tit. Iº art. 4.: Cap. 4 art. 117) Dice Sr. Cruzeiro,

Sr. amigo-taes cabeças taes sentenças. (Diario de Pernambuco nº 127, 15/06/1829)

Neste fragmento, percebe-se um emprego arbitrário dos sinais de pontuação, que caracterizou de forma mais intensa os editoriais das décadas de 20, 30 e 40 do século XIX. A vírgula é o sinal mais usado, inclusive em contextos em que era permitida pelas regras gramaticais da época, mas que foram abolidas das gramáticas atuais, como antes da conjunção e na separação de apenas dois termos enumerativos: “confundindo as palavras offerecer, e outorgar”. Outro exemplo de abuso ortográfico se encontra no uso da vírgula antes do início de uma oração, considerado incorreto para os padrões gramaticais vigentes no período: “quando disse, que Sua majestade Imperial era Chefe dos Brasileiros”.

Segundo Gomes, o ponto final, também nos editoriais, é o que apresenta menor ocorrência. Sua presença mais expressiva é no fechamento dos parágrafos, exercendo a função de pontoparágrafo. Neste sentido, em determinadas passagens nas quais o emprego do ponto era esperado, ele é substituído por outros sinais de pontuação, como o ponto e vírgula: “e toda obrigação da parte da Nação; confundindo as palavras offecer, e outorgar = Sua Majestade Imperial ao Brazil offereceo”. Gomes indica que uma provável explicação seria a de que o ponto final poderia representar, segundo as normas da época, uma pausa maior, estritamente ligada a uma mudança de assunto.

Não foi apenas o ponto que teve seu uso modificado, tal como se conhece hoje. No mesmo trecho, verifica-se a presença do sinal de igualdade, que cumpre o papel do travessão que, segundo Bechara, “pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, para assinalar uma expressão intercalada” (BECHARA, 1999, p. 612).

Alguns redatores de jornais oitocentistas também fizeram empréstimos de construções do espanhol que não tiveram sucesso no português brasileiro, como o uso de sinais invertidos no início das orações para marcar frases interrogativas e exclamativas.

¿He possivel que homens de letras, que Juris-|consultos abalizados assim vão de encontro aos prin-|cipios mais triviaes do direito cosntitucional, e que |

ignorem que a única garantia para a Liberdade poli-|tica consiste no equilibrio e harmonia dos Poderes | politicos? (Diario de Pernambuco nº 113, 01/07/1835)

Outros sinais de pontuação, como as aspas, os parênteses e os colchetes não se limitaram à ornamentação textual dos jornais oitocentistas, mas permitiram estabelecer uma maior aproximação entre o autor e o leitor.

Não | pode haver huma conversação política, que | fraternise todos os homens (dizemos nós, | e parece-nos que com alguma exacção) quando existem constitucionalmente tantas ensanchas ao crime! (Diario de Pernambuco nº 1, 02/01/1838)

Itálico, negrito, caixa alta ou versal, também eram utilizados pelos redatores do século XIX por conta dos poucos recursos tecnológicos a que tinham acesso. Essas representações gráficas sugeriam informações relevantes, sinalizavam um acento mais forte ou indicavam uma entonação diferente. O trecho em itálico a seguir foi colocado ao final do texto pelo jornalista com o intuito de resumir sua idéia central.

Só a Lei he a autoridade, e a Liberdade; fora da Lei não se acha, se não a usurpação, e a revolta. (Pagès, Droit Politique) (Da Aurora Fluminense) (Diario de Pernambuco nº 60, 16/03/1829)

Segundo Gomes<sup>7</sup>, há outras funções do itálico, também exercidas pelo negrito e pelo versal, como:

- inserir citações e destacar trechos em língua estrangeira:

Já Dante havia dito: Ai regi qui son | molti e buon son rari, são muitos os | reis e raros são os bons. (A provincia nº 26, 03/12/1872)

- sublinhar títulos (função também exercida pelo negrito e o versal<sup>5</sup>)

Louca obstinação dos sectarios do poder absoluto (Diario de Pernambuco nº 148, 14/07/1829)

- ressaltar o nome do jornal juntamente com o título (negrito e versal):

O CAPIBARIBE PERFIDIA DAS PERFIDIAS (O Capibaribe nº 52, 16/12/1848)

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/130.pdf>. Acessado em novembro de 2008.



### 3.3.4 Interjeição

A presença de interjeições nos editoriais oitocentistas reafirma a forte relação entre a oralidade e a palavra escrita nesta época. Segundo o lingüista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi, “a interjeição é o único fenômeno lingüístico exclusivo da língua falada. Assim mesmo quando ocorre na escrita, geralmente em contexto de diálogo, representa uma situação de fala” (MARCUSHI, 1993, p. 221). Segundo ele, a localização da interjeição é no início de um sintagma ou oração e raramente no interior, podendo ocorrer, às vezes, no final, como no exemplo a seguir: “Ó meus filhos, deixai de fazer-vos tão funesta guerra: cessai de lacerar as entranhas da vossa Pátria, e de empregar as vossas forças em a destruir. (Diario de Pernambuco nº 167, 07/09/1835)”. Neste trecho, o uso da função fática é fundamentado pelo caráter emotivo do texto, que favorece o envolvimento do leitor.

### 3.3.5 Expressões referenciais e lexicais

Uma das formas pelas quais se confirma a relação de intimidade entre o público-leitor e os redatores nos jornais do século XIX é como são compartilhados conhecimentos referentes a lugares, tempo e pessoas. A ausência de detalhes nos textos revela que eles se dirigem a destinatários específicos que compartilhavam as mesmas vivências e que, portanto, tinham conhecimento prévio sobre os assuntos debatidos, como mostra o trecho a seguir: “Este novo Codgo | para Salvar a liberdade entregou a sua vida | política nas mãos. Nós hem sabemos de quem! (Diario de Pernambuco nº 79 07/04/1840)”.

Além de contar com a cooperação dos leitores na identificação das referências situacionais, os redatores lançavam mão de expressões do cotidiano a fim de quebrar a rigidez dos editoriais, como:

#### a) Expressões de uso coloquial

O pião sobre a visão do qual o rico metal não [exer]cia pouca influencia, e que ardia a cada momento de ver prodiglisar tantas riquezas para adquirir bagatellas das quaes elle não daria dez reis, não se pôde conter, e exclamou – “Vossa mercê, quero dizer Vossa Senhoria está muito bom em demasia, esta cousinha não merece dois vintens; os sertões estão cheios disto (Revista O Beija-flor, 1830).

Neste trecho, a marcação de respeito inicial é feita por *vossa mercê*, o que, para os padrões da época, é considerado pouco nobre. Quem recupera o tratamento marcado por cortesia foi a providencial *vossa senhoria*.

#### b) Ditos populares (provérbios)

Pelo prisma porque viam as cousas, o Bra-|sil nadava em mar de rosas e a confiança, | fora do paiz implanta-se no animo de | todas as nações. (A Província nº 150, 10/07/1891)

Os ditos populares eram típicas construções da linguagem coloquial e eram mal vistos em meio às camadas instruídas da sociedade. Possuíam forte caráter conotativo e atenuavam a formalidade dos editoriais, provocando, inclusive, ironia e humor. Segundo Gomes, “a sua ocorrência também assegurava valores comuns ao estabelecer ou restaurar uma relação social e reforçar a solidariedade de um grupo de iguais”<sup>8</sup>.

### 3.4. Imprensa e consciência nacional: diferenças entre a formação dos estados modernos europeu e brasileiro

Na história da formação dos Estados nacionais latino-americanos, o Brasil constitui um capítulo à parte. Se a América Espanhola se fragmentou em 18 países diferentes, o território ocupado pela maior colônia portuguesa praticamente não sofreu mudanças após a independência e conservou sua relação direta com o campo de abrangência do idioma trazido pela monarquia no país. Neste contexto, a formação do estado nacional brasileiro não se

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/130.pdf>. Acessado em novembro de 2008.

baseou no tripé capitalismo, tecnologia e fatalidade da diversidade lingüística humana, como ocorreu na Europa, mas em interesses políticos e econômicos de uma elite que preferiu manter a ordem dinástica e centralizada a perder sua rede de vantagens especiais e individuais. Em uma sociedade majoritariamente iletrada e sem instituições de educação (não existiam universidades no Brasil do século 18), os primeiros jornais brasileiros serviram muito mais para difundir o descontentamento com as políticas da Coroa e o ímpeto de independência do que para lançar as bases de um sentimento nacional de toda a população, consolidado apenas no século 20.

No Velho Mundo, a origem da consciência nacional no final do século 18 não teve como ponto de partida o desgaste das convicções religiosas, nem substituiu historicamente a religião. Para entender a formação do nacionalismo europeu, é necessário alinhá-lo não a políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive, para combatê-los.

Segundo o historiador britânico Benedict Anderson, os dois sistemas culturais em questão são a comunidade religiosa e o reino dinástico, pois ambos em seu apogeu foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade (ANDERSON, 2008, p. 39).

Na Antigüidade, as grandes culturas sacras incorporavam a idéia de imensas comunidades e eram imaginadas principalmente pelo uso de uma língua e escritas sagradas. Anderson afirma que as grandes comunidades clássicas se consideravam cosmicamente centrais porque compartilhavam de uma mesma língua sagrada ligada a uma ordem supraterrânea de poder. Elas eram criadas através dos signos e não dos sons, como é o caso do árabe escrito e dos ideogramas chineses.

No entanto, essas comunidades clássicas ligadas por línguas sagradas tinham um caráter diferente das comunidades imaginadas das nações modernas. Uma diferença

fundamental era a confiança das comunidades mais antigas no sacramentalismo único de suas línguas, o que influenciava as idéias que tinham sobre a admissão de novos membros. Os mandarins chineses, por exemplo, viam com bons olhos os bárbaros que aprendiam a duras penas a pintar os ideogramas do Império do Centro. Esses bárbaros estavam a pleno caminho da aceitação. Em resumo: mais valia ter um “meio-civilizado” nas fileiras de combate do que um bárbaro arredio. Segundo Anderson, essa atitude não foi exclusiva dos chineses, nem se restringiu à Antiguidade.

Se o meio de se imaginar as grandes comunidades globais do passado eram as línguas mudas sagradas, essas aparições adquiriam realidade a partir de uma idéia bastante estranha à mentalidade ocidental contemporânea: a não-arbitrariedade do signo.

Os ideogramas do chinês, do latim ou do árabe eram emanções da realidade, e não representações inventadas ao acaso. Neste sentido, a realidade ontológica só pode ser apreendida por meio de um sistema privilegiado de representação – línguas-verdade, que estavam imbuídas de um impulso estranho ao nacionalismo: o impulso à conversão. O termo conversão, segundo Anderson, não se aplica apenas à não-aceitação de determinados princípios religiosos, mas à absorção alquímica. Toda a natureza ontológica do homem era maleada, assim, pelo sagrado.

Como explicar, então, o verdadeiro alcance e a sólida formação dessas comunidades somente pelos textos sagrados se os leitores não passavam de “minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados”?

Anderson alega que é necessário evidenciar a relação entre os letrados e a sociedade. Segundo ele, as línguas não possuíam o caráter restritivo do jargão dos advogados ou dos economistas, à margem da idéia de realidade alimentada sociedade. Os letrados eram grandes iniciados, camadas estratégicas de uma hierarquia cosmológica cujo ápice era o divino. Dessa forma, pode-se constatar que a camada intelectual bilíngüe, ao mediar o vernáculo e o latim,

também fazia a mediação entre o céu e a terra- e o pavor da excomunhão refletia essa cosmologia.

Apesar de toda a magnitude e poderio das grandes comunidades imaginadas religiosamente, sua coesão inconsciente foi diminuindo num ritmo constante após o final da Idade Média. O autor britânico cita duas razões para este declínio.

Em primeiro lugar, o declínio resultou das explorações do mundo não europeu, “que ampliaram violentamente o horizonte cultural-geográfico e, simultaneamente, os conceitos acerca das possíveis formas da vida humana” (BLOCH, 1961, apud ANDERSON, 2008, pg. 44), o que ocorreu, sobretudo, mas não exclusivamente na Europa.

Em segundo lugar, houve um rebaixamento gradual da própria língua sagrada. Bloch observou que “o latim não era só a língua em que se ensina, como também a única língua ensinada” (idem, p. 46). Neste contexto, uma das principais mudanças ocorridas no século XVI foi a introdução do capitalismo tipográfico (*print-capitalism*). Febvre e Martin (ANDERSON, 2008) calculam que 77% dos livros impressos antes de 1500 ainda eram em latim (o que significa, porém, que 23% deles já eram em vernáculo). Se, entre as 88 edições impressas em Paris em 1501, apenas oito não eram em latim, após 1575, a maioria era sempre em francês. Apesar de uma retomada temporária da Contra-Reforma, a hegemonia do latim estava condenada – e não somente em relação à popularidade geral. O latim deixou de ser, portanto, a língua da alta intelectualidade européia.

Para comprovar esta tese, Anderson cita o exemplo de dois autores cujas obras têm lugar cativo nas livrarias contemporâneas: Thomas Hobbes (1588-1678), que já no século XVI era uma figura de renome continental, por ter escrito na língua-verdade, e William Shakespeare (1564-1616) que, por outro lado, escrevendo em vernáculo, era praticamente desconhecido do outro lado do Canal da Mancha. Neste sentido, Anderson lança dúvidas sobre a atual popularidade do criador de Romeu e Julieta se o inglês não tivesse se tornado,

duzentos anos depois, a principal língua do imperialismo mundial. Simultaneamente, no continente, e quase contemporaneamente a eles, Descartes (1596-1650) e Pascal (1623-62) redigiam a maior parte da sua correspondência em latim, ao passo que praticamente toda a obra de Voltaire (1694-1778) foi escrita em vernáculo. “Depois de 1640, com a quantidade cada vez menor de edições em latim, e cada vez maior nas línguas vernáculas, a atividade editorial estava deixando de ser um empreendimento internacional” (idem, pg. 48). Anderson conclui, portanto, que o declínio do latim ilustrava um processo mais amplo, em que as comunidades sagradas amalgamadas por antigas línguas sacras vinham gradualmente se fragmentando, pluralizando e territorializando.

Outro fator preponderante para a formação dos Estados Nacionais foi o fim dos reinos dinásticos. No imaginário mais antigo, os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra. Segundo o historiador britânico, é por razão que os reinos e impérios pré-modernos conseguiram manter, paradoxalmente, seu domínio sobre populações imensamente heterogêneas, e muitas vezes nem vizinhas, por longos períodos de tempo. No entanto, durante o século XVII, a legitimidade automática da monarquia sagrada começou a declinar lentamente na Europa Ocidental.

As comunidades sacras e os reinos dinásticos pertenciam a um mundo onde a representação da realidade imaginada era maciçamente visual e auditiva. Nelas, a concepção do tempo também era diferente em relação aos Estados nacionais contemporâneos. Segundo Anderson, a comunidade imaginada antiga concebe o tempo como algo próximo ao que Walter Benjamin denomina “tempo messiânico”, uma simultaneidade de passado e futuro, em um presente instantâneo.

Anderson cita novamente Benjamin para discorrer sobre a concepção medieval da simultaneidade-ao-longo-do-tempo cuja idéia central, segundo o fundador da Escola de

Frankfurt, é a do “tempo vazio e homogêneo”, em que a simultaneidade é transversal, cruzando o tempo, marcada não pela prefiguração e pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e calendário. A gênese da comunidade imaginada da nação pode ser entendida, assim, levando-se em conta a estrutura básica de duas formas de criação imaginária que floresceram pela primeira vez na Europa do século 18: o romance e o jornal. Essas formas proporcionaram meios técnicos para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação.

A idéia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo, típica do romance, por exemplo, é uma analogia exata da idéia de nação, que é também concebida como uma comunidade sólida percorrendo constante a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Os personagens têm plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles.

Neste sentido, Anderson considera o jornal como um produto cultural para a representação das comunidades imaginadas. Nele, as notícias são incluídas e justapostas de forma totalmente arbitrária de forma que seus vínculos são totalmente imaginados. Esse vínculo imaginário provém de duas fontes indiretamente relacionadas. A primeira é a simples coincidência cronológica. A data no alto do jornal, o seu emblema mais importante, fornece a principal conexão – o avanço constante do tempo vazio e homogêneo. Dentro desse tempo, “o mundo” caminha inexoravelmente em frente. Prova disso são que as reportagens aparecem num dia e somem no outro, mas devido a seu caráter romanesco, permanecem a existir em silêncio, esperando pela próxima aparição no enredo. A segunda fonte consiste na relação entre o jornal, como uma forma de livro e o mercado. Com altas tiragens, o jornal é apenas uma “forma extrema” do livro, um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera, como “best-sellers” por um dia. A obsolescência do jornal no dia seguinte a sua

edição revela que uma das primeiras mercadorias em série já prenunciava a obsolescência intrínseca dos bens duráveis modernos.

A pouca vida do jornal cria, e justamente pela razão citada, uma extraordinária cerimônia de massa: o consumo (a “criação de imagens”) quase totalmente simultâneo do jornal como ficção. A figura da comunidade imaginada secular, historicamente regulada pelo relógio, também é vista quando o leitor, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, se reassegura continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana. Segundo Anderson, a consequência direta dessa concepção é a confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas.

Em suma, a nação surgiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas muito antigas, perderam o domínio incontestado sobre a mentalidade dos homens. A primeira delas é a idéia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser uma parte indissociável do sistema dessa verdade. Foi essa idéia que gerou as grandes irmandades transcontinentais da cristandade, do Umayyad islâmico e de outros. A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados – monarcas à parte dos outros seres humanos, que governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina). Os deveres de lealdade eram necessariamente hierárquicos e centrípetos porque o governante, tal como a escrita sagrada, constituía um elo de acesso ao ser e era intrínseco a ele. A terceira é a concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas. Juntas, essas idéias enraizavam profundamente a vida humana na própria natureza das coisas, conferindo certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e a servidão) e oferecendo a redenção de maneiras variadas.



O declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob o impacto da transformação econômica, das “descobertas” (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a um brusco abismo entre cosmologia e história. Desse modo, houve uma busca, segundo Anderson, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas.

O capitalismo foi o principal fator que permitiu à popularização do nacionalismo. Em 1500, já haviam sido impressos pelo menos 20 milhões de livros, assinalando o começo da “era da reprodutibilidade mecânica” de Benjamin. Se o conhecimento pelos manuscritos era um saber restrito e arcano, o conhecimento pela letra impressa vivia da reprodutibilidade e da disseminação. O mercado inicial era a Europa letrada, uma camada ampla, mas restrita, de leitores de latim. No século XVI, no entanto, a proporção de bilíngües na população total da Europa era bastante reduzida. Assim, a lógica do capitalismo preconizava que, saturado o mercado de latim para a elite, seria a vez dos mercados potencialmente enormes das massas monoglotas. Pode-se afirmar que a Contra-Reforma propiciou uma retomada temporária das edições em latim, mas em meados do século XVII esse movimento começou a decair, e as bibliotecas fervorosamente católicas estavam repletas. Nesse contexto, a escassez geral de dinheiro na Europa levou os editores a pensar cada vez mais na venda ambulante de edições baratas em vernáculo.

Segundo Anderson, o revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo ganhou ímpeto ainda maior graças a três fatores externos, dois dos quais contribuíram diretamente para o surgimento da consciência nacional. O primeiro, e no fundo o menos importante, foi uma mudança no caráter do próprio latim pelo trabalho dos humanistas, que ressuscitaram a

vasta literatura da Antiguidade Pré-Cristã e divulgaram-na através do mercado editorial. Assim, ele adquiriu uma qualidade esotérica muito diferente da do latim eclesiástico dos tempos medievais (ANDERSON, 2008).

O segundo foi o impacto da Reforma, que deveu seu sucesso ao capitalismo editorial. A impressão das teses protestantes serviu para inaugurar a gigantesca guerra da propaganda religiosa que se alastrou na Europa no século seguinte e também criar novos e vastos públicos leitores, entre eles comerciantes e mulheres.

O terceiro foi a difusão lenta, geograficamente irregular, de determinados vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, por obra de monarcas bem posicionados, com pretensões absolutistas. Segundo Anderson, o surgimento dos vernáculos administrativos é anterior tanto ao prelo quanto à revolta religiosa do século 16. No entanto, as línguas administrativas antigas eram apenas usadas para e pelo funcionalismo, e para sua própria conveniência interna. Não havia a idéia de impô-la sistematicamente às várias populações sob o domínio dinástico. Contudo, a ascensão desses vernáculos à condição de línguas oficiais, onde elas, em certo sentido, concorriam com o latim, contribuiu para o declínio da comunidade imaginada da cristandade.

Apesar da contribuição desses fatores para destronar o latim, Anderson defende que é plenamente possível conceber o surgimento das novas comunidades nacionais imaginadas sem um desses fatores, ou mesmo, sem nenhum deles. Segundo o autor britânico, o que tornou possível imaginar as novas comunidades foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística humana. O elemento da fatalidade é essencial. As línguas particulares podem morrer ou ser exterminadas, mas não havia nenhuma possibilidade de unificação lingüística geral da humanidade. No entanto, historicamente, essa mútua incomunicabilidade não foi de grande importância até o

momento em que o capitalismo e a imprensa criaram públicos leitores de massa e monoglotos (ANDERSON, 2008).

Na torre de babel européia do século 16, o capitalismo serviu para “montar” vernáculos aparentados. Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três maneiras diferentes, revela Anderson (idem, 1983). Em primeiro lugar, e acima de tudo, elas criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados. Os falantes da enorme diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas que tinham dificuldade de se entender oralmente, puderam se entender através do papel e da letra impressa. Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados através da letra impressa, constituíram na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada.

Em segundo lugar, o capitalismo tipográfico conferiu uma nova fixidez à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à idéia subjetiva de nação. Em terceiro lugar, o capitalismo editorial criou línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores. Inevitavelmente, alguns dialetos estavam “mais próximos” da língua impressa e acabaram dominando suas formas finais.

Em resumo, Anderson enfatiza que a fixação e a obtenção de um estatuto diferenciado das línguas impressas foram, em suas origens, processos inconscientes que resultaram da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade lingüística humana.

O tripé facilita o entendimento de como surgiu o estado brasileiro, uma exceção à regra no continente americano. Isso porque, de acordo com o brasilianista Richard Graham, a formação concreta dos Estados Nacionais contemporâneos não guarda nenhuma relação isomórfica com o campo de abrangência das línguas impressas específicas, como repúblicas (não-dinásticas). Prova disso é que muitas nações modernas têm “línguas impressas

nacionais”, mas elas não se restringem às fronteiras geográficas. Em outros casos, apenas uma fração minúscula da população “usa” a língua nacional na fala ou na escrita.

O Brasil constitui, portanto, um caso à parte. Na maior colônia portuguesa, a formação do Estado nacional não dependeu de uma mudança lingüística, tampouco do advento da tecnologia. Segundo Graham<sup>9</sup>, um crescente medo de inquietação social levou líderes regionais e locais a procurarem se apoiar mutuamente através de um governo central forte o qual pudessem dominar. Os grandes proprietários de terra e homens ricos da cidade, que estavam por trás dos movimentos nacionalistas, descobriram que a formação de um Estado poderia lhes assegurar autoridade local, até mesmo sobre os indivíduos de sua mesma camada social. A intenção de fazer parte do corpo político de um país recém-nascido revelava a expectativa geral de obter favores através do Gabinete Ministerial. Das transações políticas diárias, surgia, como afirma Graham, “um sistema nervoso de lealdade que mantinha o país unido”, por trás do qual havia um senso de vantagens e experiências compartilhadas com outros através de longas distâncias (GRAHAM, 2001).

Neste sentido, o interesse de classes no Brasil foi o fator preponderante para impulsionar a formação de um estado centralizado e circunstâncias fortuitas forneceram a legitimidade da monarquia, diferentemente da América Espanhola. Na visão de Graham, a independência da colônia, em 7 de setembro de 1822, não significou o triunfo do nacionalismo. Ao contrário, os grupos do sul que se uniram a D. Pedro I em meados daquele ano simplesmente preferiram o domínio dele, com a promessa de autonomia local, ao domínio das cortes portuguesas, que ameaçava esta autonomia. Não existia, portanto, uma aspiração legítima de unir o país inteiro na época, tanto que tão logo D. Pedro I foi coroado imperador e as forças da metrópole expulsas, ele ainda enfrentou resistência local, mais acentuadamente em Pernambuco, em 1824.

---

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5\\_mesa1.html](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html). Acessado em novembro de 2008.

O Brasil nunca tinha sido uma colônia só, dentro do império português. Depois que a distinção entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil foi terminada, em 1772, muitas das 14 (ou mais tarde 18) capitanias continuavam como antes a se relacionar diretamente com a metrópole. Segundo Graham, elas prestavam contas diretamente ao rei em Lisboa e desconsideravam o Governador Geral ou Vice-rei, no Rio de Janeiro, cujo prestígio, na prática, estava muito mais ligado a seu título do que a sua jurisdição. Com cada capitania voltada para as exportações à Europa, quase inexistiam relações econômicas entre elas e o sistema político a que estavam submetidas tornava muito mais fácil a comunicação das capitanias do norte com Lisboa do que com o Rio de Janeiro.

Com abertura dos portos, em 1808, por ocasião da transferência da Corte, o monopólio colonial ruiu, mas não deu imediatamente ao país a unidade presenciada algumas décadas depois. Quando D. Pedro I declarou a independência do Brasil, a maior parte das províncias do norte foi contra e permaneceu leal a Portugal, até se defrontar com uma força vinda do Rio de Janeiro. No entanto, pelos meados do século XIX, essa situação mudou e líderes locais já se consideravam como vinculados a outros através de todo o território. O Brasil, então, emergiu como um país único. Alguns historiadores tentaram analisar a razão pela qual houve essa mudança de consciência e como isso aconteceu.

O historiador José Murilo Carvalho (CARVALHO, 1993) aponta dois fatores para a manutenção dos limites coloniais da América Portuguesa no país recém-independente: diferenças educacionais e diferentes possibilidades de carreira para os nascidos na colônia. Segundo o autor, contrariamente à América Espanhola, nenhuma universidade existia em todo o Brasil colonial. A máquina burocrática do Estado e as atividades jurídicas dependiam, portanto, dos homens educados na Universidade de Coimbra, em Portugal, que nutriam simpatia por uma autoridade central firme. Carvalho defende que advogados e juízes tiveram uma educação comum no direito romano e compartilhavam a mesma crença nas virtudes do

poder centralizado e na “ditadura monárquica”. Como funcionários do estado, eles criaram uma nação. Além disso, os portugueses nascidos no Brasil não eram tão excluídos quanto seus vizinhos espanhóis dos cargos mais altos na administração colonial. Levando-se em conta esse instrumento de orientação intelectual e moral, a classe senhorial conseguiu construir sua própria unidade e expandir seu poder, tanto horizontalmente, por todo o território brasileiro, quanto verticalmente sobre maiores segmentos da população, “não principalmente impondo a submissão, mas incorporando esses grupos à civilização”, como alega Carvalho.

Na opinião de Graham, preocupações econômicas e sociais também contribuíram para assegurar a unidade do Brasil. Segundo o autor, não foi apenas a cultura política que levou a elite a aceitar passivamente uma autoridade central forte. Pelo contrário, os grandes proprietários de terra e homens ricos da cidade foram agentes ativos do processo ao se favorecer de uma rede de vantagens especiais e individuais que obtinham do estado que construíram. Graham sustenta que dois fatores estão por trás da centralização e da unidade territorial no país independente: a ameaça da desordem social e o apelo de uma monarquia legítima.

A desunião ameaçou o firme controle social desejado pelos homens de prestígio, apesar de terem reconhecido esse perigo somente através de suas experiências nas tentativas de afirmar a autonomia regional, ou até mesmo, estabelecer repúblicas independentes. Muitas das revoltas com fins de emancipação tinham por finalidade única uma maior liberdade frente ao poder central do Rio de Janeiro. No entanto, era necessário contar com o apoio dos escravos e das classes inferiores, o que significava enfraquecer a autoridade dos próprios senhores de propriedades desgostosos com aquela situação. Por isso, segundo Graham, não era incomum chefes locais começarem a encorajar classes inferiores a fazerem exigências e, depois, se virarem contra elas quando escapavam de seu controle.

Os proprietários tinham razão em temer uma reviravolta social. Além dos exemplos vizinhos de Haiti e Cuba, que ilustram como a escravidão restringiu qualquer esforço pra formar estados independentes, o levante de escravos em Salvador, em 1835, provou ser muito organizado e com matizes de uma guerra racial. Dessa forma, eles temiam a desordem, mais do que se ressentiam da autoridade central, e viam esta última como uma maneira de prevenção. Segundo Graham, homens ricos de todo o Brasil apostaram em um poder central forte não porque seus filhos estudaram na Universidade de Coimbra, mas porque tinham interesses imediatos de se proteger.

O temor da revolução havia temperado o desejo pela autonomia. O fato de um rei, considerado legítimo por uma grande parte da população, estava à mão facilitou uma reviravolta notável, isto é, a anuência desses líderes e sua aceitação da autoridade central (GRAHAM, op.cit.)<sup>10</sup>

Neste sentido, os reis ofereciam legitimidade. Segundo Graham, chefes locais no Brasil tinham poder baseados em seus recursos econômicos, em suas alianças políticas ou na força, mas sua autoridade dependeria de serem aceitos por seus possíveis seguidores como legitimamente investidos desse poder. Sem a monarquia, a autoridade local permaneceria relativamente fraca. E todos buscavam fortalecê-la, porque ela validaria a sua própria posição local predominante.

Dessa forma, quando as elites de cada região do país procuraram estabelecer sua autonomia em relação ao governo central, eles se confrontaram com o espectro da anarquia social. Além disso, os líderes locais apoderaram-se da legitimidade que a monarquia oferecia para a construção de um sentimento de nacionalidade entre seus contemporâneos, que inicialmente teriam uma fraca percepção de sua unidade. No entanto, segundo Graham, a coroa era apenas um símbolo. A formação do estado nacional brasileiro não foi produto, portanto, do sentimento nacional de todos os setores da população, que só irá se desenvolver no século XX, como um resultado da educação, dos meios de comunicação de massa, do

---

<sup>10</sup> Disponível em [http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5\\_mesa1.html](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html). Acessado em novembro de 2008.

treinamento militar universal e de uma comunicação mais eficiente. A essência da coesão residia em “uma rede nacional de clientelismo e patrocínio, baseada nos princípios gerais da hierarquia, da lealdade e das obrigações pessoais”, como afirma o autor (GRAHAM, 2001).

Os primeiros jornais espelharam essa distinção em relação ao Velho Mundo. Eles serviram muito mais para difundir as idéias do liberalismo e instigar a autonomia econômica em relação à metrópole, do que imprimir um sentimento patriótico próprio a todas as classes, muito embora a Constituição de 1824, mais proclítica, revele um incipiente nacionalismo dentro da população letrada brasileira da época.



#### **4. Jornalismo e educação no Brasil do século XIX**

Com a chegada da família real em 1808, o Rio de Janeiro transformou-se em um grande canteiro de obras para abrigar a suntuosidade da metrópole. Ruas foram criadas e casas demolidas. Todo o acervo de livros da Coroa foi reunido na Biblioteca Nacional. A cidade conheceu um período de ascensão cultural e cosmopolitização, com um instrumento direto de circulação, a imprensa, e a elite passou a consumir os primeiros periódicos nacionais. O debate estava aberto e as gazetas e os panfletos que agora faziam parte do cotidiano dos cariocas se digladiavam em torno das diversas tendências que começavam a emergir. O vernáculo ganha as páginas dos jornais e as primeiras gramáticas são lançadas.

Mas a procela que deu cara nova à outrora – e tão-somente – cidade portuária não se estendeu à educação. Dados sobre a escolaridade dos brasileiros daquela época revelam que apenas uma pequena parcela da população possuía acesso à leitura. A maioria continuava analfabeta. Na prática, o Brasil só conhecerá políticas públicas sólidas de alfabetização no século XX, durante o governo Vargas. Até este período, no entanto, não se pode dizer que os brasileiros ficaram completamente à margem do processo de aprendizado da língua portuguesa. O ensino era transmitido longe dos bancos escolares. Neste sentido, os jornais supriam não só a carência da informação, mas também a ausência do ensinamento formal. Pouco a pouco, tornaram-se a plataforma ideal para a troca de idéias entre os autores das primeiras gramáticas – e convertiam seus leitores em alunos.

#### 4.1. Crescimento demográfico e urbanização das cidades brasileiras

A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, pegou de surpresa os administradores coloniais e a elite carioca. A segunda cidade mais rica de todo o império não estava preparada para receber em sete de março do mesmo ano 36 navios com 15 mil pessoas a bordo. As embarcações também traziam mobílias e demais pertences domésticos, bem como veículos de transporte terrestre em número considerável. A partir desse momento, a urbanização do Rio de Janeiro – até então limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, Santo Antônio e Conceição – começou a ser radicalmente transformada.

Na falta de um grande palácio para recebê-los, os casarões do Centro foram adaptados às necessidades do contingente real. No entanto, segundo o historiador e arquiteto Nireu Cavalcanti, diferentemente do que contam os livros de história, não houve uma ação de despejo coletiva. Com a chegada dos portugueses, os proprietários locais simplesmente aumentaram o preço dos aluguéis. Com a explosão no valor das locações, os novos moradores não tiveram trabalho para conseguir um teto. Em alguns casos, eram oferecidas casas gratuitamente aos nobres que chegavam. O autor contabiliza: “No centro urbano carioca, havia 8,5 mil construções, que pertenciam a 2,5 mil proprietários. Desses, 195 acumulavam 23% dos imóveis. Era uma honra para os proprietários hospedar aquelas pessoas (da Corte)”<sup>11</sup>.

Com a chegada de D. João VI, praças foram reformadas e ruas pavimentadas. A elite, motivada pela vinda do rei, remodelou e aumentou seus palacetes outrora grandes e sem luxo. Segundo Cavalcanti, antes de a família real chegar era proibido por lei exibir riqueza na colônia e as casas precisavam respeitar regras arquitetônicas locais. O alvo do dinheiro dos mais favorecidos era, então, direcionado às igrejas, que esbanjavam obras suntuosas e caras

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375711.shtml>. Acessado em novembro de 2008.

ornamentações. A urbanização a que o Rio de Janeiro foi submetido intensificou, portanto, a vida cultural já existente na cidade, como defende o historiador. Cavalcanti alega que o ambiente provinciano já havia sido há muito superada pela existência de uma elite tão culta como a de Lisboa, já que a maior parte dos funcionários coloniais era formada por portugueses que gozavam de certa importância na metrópole e cujos filhos engrossavam anualmente as fileiras da Universidade de Coimbra.

Os ricos do Rio de Janeiro se divertiam nos dois teatros que existiam em Lisboa. Além disso, aqui se tocava a maior parte das obras executadas em Portugal. D. João ficou encantado ao assistir às composições do padre José Maurício [o mais renomado compositor e pianista brasileiro de sua época]<sup>12</sup>.

Se a elite estava bem informada sobre a vida cultural da metrópole, a infra-estrutura da recém escolhida capital do império português deixava, e muito, a desejar ao modelo europeu. Quando chegou, D. João se deparou com uma cidade semelhante a uma vila africana, em que um terço da população era formado por escravos, pobre, suja, sem nenhum sistema de saneamento ou coleta de lixo. A idéia foi criar, portanto, em meio aos caos instalado, uma cidade digna de ser sede de uma Corte européia.

Entre as iniciativas que visavam colocar o Brasil mais próximo do pensamento europeu estão as fundações da Biblioteca Nacional (1808) e da Missão Francesa (1816), além da criação da Intendência Geral da Polícia, órgão de difusão de valores e códigos de comportamento social condizentes com a nova ordem que se pretendia fundar no país.

A Intendência fazia parte do projeto de ‘europeização’ do Rio de Janeiro e tinha funções que hoje pertencem à prefeitura, relativas à ocupação do espaço público. Em 10 de maio de 1808, o advogado Paulo Fernandes Viana (nascido no Rio e formado em Coimbra) foi nomeado intendente geral. O posto somava a função repressora àquelas de responsável por impor determinadas posturas urbanas. O papel principal da instituição era civilizar a cidade,

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375711.shtml>. Acessado em novembro de 2008

organizar seus espaços e disciplinar os costumes da população seguindo o modelo importado do Velho Continente.

Uma das principais atribuições da instituição nesse primeiro momento foi, justamente, a urbanização e o saneamento da cidade, aterrando pântanos, calçando ruas, ampliando o sistema de iluminação, construindo pontes. Ficou também a seu cargo expedir passaportes, fiscalizar as condições sanitárias dos depósitos de escravos e providenciar moradia para os recém-chegados com a Corte. Era o famoso carimbo “PR” - de príncipe regente, que se tornaria "ponha-se na rua", na tradução livre, mas não menos acurada, dos cariocas que resistiam em ceder suas casas aos nobres.

Logo ficou claro, entretanto, que esse acúmulo de funções não era nada razoável. A população de aproximadamente 60 mil habitantes em 1808 cresceu muito e chegou a 120 mil em 1821. A criminalidade também aumentou, com assaltos e pilhagens. Uma força de intervenção mais eficaz se fazia necessária. Em 1809 foi criada a Guarda Real da Polícia, comandada pelo coronel José Maria Rabelo. Seu imediato era o major Miguel Nunes Vidigal, cujas práticas truculentas foram exploradas em "Memórias de um sargento de milícias", de Manuel Antônio de Almeida. Mas seus métodos agradavam o poder e a Igreja. Tanto que recebeu de presente dos monges beneditinos, em 1820, um terreno aos pés do Morro Dois Irmãos.

Os oficiais e praças da Guarda Real, como afirma o historiador Francis Cotta<sup>13</sup>, provinham dos regimentos de infantaria e cavalaria da Corte. A instituição possuía, portanto, desde sua institucionalização, "característica e mentalidade fortemente militares". No mesmo período, são criadas também a Academia Real de Marinha (1808) e Academia Real Militar (1810).

---

<sup>13</sup> Disponível em:

[http://oglobo.globo.com/pais/familiareal/mat/2008/02/29/intendencia\\_de\\_policia\\_guarda\\_real\\_sao\\_criadas\\_com\\_chegada\\_de\\_joao-426033504.asp](http://oglobo.globo.com/pais/familiareal/mat/2008/02/29/intendencia_de_policia_guarda_real_sao_criadas_com_chegada_de_joao-426033504.asp). Acessado em novembro de 2008.

Em uma cidade repleta de escravos – com culturas e hábitos distintos dos europeus – e sob a sombra das rebeliões que corriam na República Dominicana e no Haiti, o braço repressor do Estado se abateu com toda força sobre os negros, segundo Cotta, na forma de imposições culturais, mas também na repressão pura e simples.

Na esteira da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, a população colonial quintuplicou ao longo do século XIX, passando de 3,5 milhões de habitantes em 1800 para 17 milhões em 1900. As razões para o crescimento demográfico deste período encontram respostas no tráfico negreiro até 1850 e na forte imigração que tem início 20 anos depois. Com o fim do comércio de escravos africanos, portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses caracterizam a nova força de trabalho do país, atraídos para a lavoura cafeeira do Sudeste e para as áreas de colonização pioneira no Sul.

A imigração, que atinge seu ápice em 1890 com um milhão e duzentos mil estrangeiros no Brasil, refletiu uma mudança étnica e lingüística do império. Eles não apenas aumentaram o contingente de trabalho nas propriedades rurais e nas cidades, mas também elevaram as estatísticas da população branca no Brasil, que até meados do século XIX não ultrapassava 30% do total, como indicam os quadros 1 e 2 dos lingüistas Alberto Baeta Neves Mussa e Tânia Lobo (PAGOTTO, 2007). Além disso, os imigrantes, tal como os negros, adquiriram o português na oralidade e sem o controle normativo da escola influenciando no repertório vocabular da época.

**Quadro 1**

<b>ETNIAS</b>	<b>1538-1600</b>	<b>1601-1700</b>	<b>1701-1800</b>	<b>1801-1850</b>	<b>1851-1890</b>
<b>Africanos</b>	<b>20%</b>	<b>30%</b>	<b>20%</b>	<b>12%</b>	<b>2%</b>
<b>Negros brasileiros</b>	<b>-</b>	<b>20%</b>	<b>21%</b>	<b>19%</b>	<b>13%</b>
<b>Mulatos</b>	<b>-</b>	<b>10%</b>	<b>19%</b>	<b>34%</b>	<b>42%</b>

<b>Branco</b> <b>brasileiros</b>	<b>-</b>	<b>5%</b>	<b>10%</b>	<b>17%</b>	<b>24%</b>
<b>Europeus</b>	<b>30%</b>	<b>25%</b>	<b>22%</b>	<b>14%</b>	<b>17%</b>
<b>Índios</b> <b>integrados</b>	<b>50%</b>	<b>10%</b>	<b>8%</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>

**Quadro 2**

<b>Séculos</b>	<b>Etnias não-brancas</b>	<b>Etnia branca</b>
<b>1538-1600</b>	<b>70%</b>	<b>30%</b>
<b>1601-1700</b>	<b>70%</b>	<b>30%</b>
<b>1701-1800</b>	<b>68%</b>	<b>32%</b>
<b>1801-1850</b>	<b>69%</b>	<b>31%</b>
<b>1851-1890</b>	<b>59%</b>	<b>41%</b>

Neste sentido, os dados revelam que tanto no período colonial (1532-1822) quanto no Brasil Império predominam etnias não-brancas, em uma média aproximada de 70%. Essa parcela da população varia ao longo do tempo. Ela é inicialmente formada por indígenas cujo percentual acompanha o desenvolvimento da colonização portuguesa. Vítimas de doenças transmitidas pelos europeus ou de chacinas intencionais, mais de dois terços dos nativos são eliminados até a independência, em 1822. Nesse período, os 4% restantes se esconderam no interior brasileiro, já que a colonização se iniciou ao longo do litoral atlântico, do Rio Grande do Norte à Bacia do Rio do Prata.

Gradativamente, os índios perderam espaço para africanos e mulatos. A partir de 1549, quando o tráfico de escravos é institucionalizado no Brasil, a população negra aumenta no país, atingindo seu ápice durante o século XVII, em parte como consequência da corrida pelo ouro e diamante no Sudeste e Centro-Oeste. Nessa época, aproximadamente mil toneladas métricas de ouro e três milhões de diamantes foram extraídos de Minas Gerais entre 1700 e 1800 estimulando o surgimento de novas cidades. A população mestiça acompanha a mesma

tendência. A miscigenação de brancos e índios e brancos e negros foi estimulada por uma política de natalidade a mando da metrópole com o intuito de delimitar mais rapidamente as fronteiras da colônia e, portanto, evitar invasões de nações estrangeiras.

Essa ocupação do território colonial, cuja consequência direta foi o surgimento de inúmeras cidades, está estritamente ligada ao desenvolvimento dos ciclos econômicos. A mobilidade populacional dos escravos, por exemplo, reflete essa tese. Nos séculos XVI e XVII, os africanos se concentravam nas lavouras de cana-de-açúcar nas capitanias litorâneas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Entre os séculos XVII e XVIII, a corrida pelo ouro e diamantes destinou grande parte deles às áreas de mineração no interior paulista, no centro e no centro-oeste do Brasil. O fim deste ciclo no século seguinte coincide com um novo impulso açucareiro, que atrai novamente os escravos para o litoral do Rio de Janeiro e São Paulo. Já no século XIX, ocupam o Vale do Rio Paraíba do Sul, além de partes de São Paulo, Rio e Minas Gerais, locais onde foram explorados o novo ouro e o café. No mesmo período, acompanham seus senhores ao Maranhão, para a colheita do algodão e do fumo, e também à Amazônia, para a exploração de especiarias.

Índios, negros e imigrantes europeus perfizeram o mosaico lingüístico que se perpetuou ao longo dos séculos no Brasil. Não é à toa, portanto, que essa diversidade de pronúncias tenha relação visceral com os ciclos econômicos no país. A ocupação gradativa do território permitiu o encontro de diferentes sons, que coloriram cada um a sua maneira o português trazido do Hemisfério Norte.

#### **4.2. A gramática no Brasil de 1800**

Até 1887, os bancos das salas de aula do Colégio Pedro II, no Centro do Rio de Janeiro, e das demais escolas do Brasil eram repletos de lições de latim e grego. O ensino do século XIX continuava preso ao método de Prisciano e Cadillac, que privilegiava a análise das

línguas sapienciais em detrimento da língua portuguesa. Cabia ao idioma falado no Brasil um castigo permanente cujo estudo era restrito à primeira série do primário, sob o título vago de ‘gramática geral e nacional’, segundo a pesquisadora Leonor Lopes Fávero<sup>14</sup>.

A palmatória a que o ensino da língua portuguesa era submetido foi aliviada com a escolha de Fausto Barreto pelo Diretor Geral da Instrução Pública para colaborar na reforma do programa do português nos exames preparatórios que habilitavam a matrícula nos cursos superiores. A ementa tratava de fonologia, morfologia, grupos de palavras (sinônimos, parônimos e homônimos), formação de palavras, etimologia, sintaxe, retórica, estilística e também de um tema que sempre foi alvo de discussões acaloradas: a diferença entre o português do Brasil e o de Portugal na questão da colocação dos pronomes pessoais.

A nomeação de Barreto representou um marco na periodização das gramáticas no Brasil. Em meio às orientações da corrente geral e filosófica vigente na época, o lingüista refletiu sobre um novo modelo teórico de análise e investigação da linguagem humana, influenciado pelo pensamento alemão e baseado no método histórico-comparativo. Foi neste período, chamado de ‘científico’ por Sílvio Elia (In: FÁVERO, 2004), que a gramática brasileira reflete um movimento de libertação e de independência de Portugal e se desenvolve sob dois aspectos: a partir de influências não mais restritas ao Velho Continente e na busca das especificidades da língua falada no Brasil.

Influenciado por Müller, cientista alemão que trabalhou com as teorias de Darwin e Haeckel, Barreto concebia a língua como organismo vivo, procurando aplicar nela o método positivista das ciências, que se tornaria referência para a gramática brasileira no período de 1880 a 1930. Segundo Fávero, a reforma promovida por Barreto com base nesse novo modelo contribuiu intensamente para o processo de gramaticalização no Brasil, já que, sob sua influência, muitas gramáticas foram publicadas, como as de João Ribeiro e Alfredo Gomes

---

<sup>14</sup> Disponível em: [www.geocities.com/gt\\_ad/leonorlopesfaver0.doc](http://www.geocities.com/gt_ad/leonorlopesfaver0.doc). Acessado em novembro de 2008.



em 1887, Pacheco da Silva e Limeira de Andrade em 1903 e a de Maximino Maciel, que reedita sua *Gramática Analítica* de 1887 e publica sete anos depois a *Gramática Descritiva da Língua Portuguesa*. Este último autor atesta a importância do programa de Barreto, em 1894:

Tornou-se Fausto Barreto o centro de onde se irradiam os delineamentos gerais, o trabalho de síntese das novas aquisições filológicas, adscritas ao ensino da língua materna (...). O que foi este programa, a influência que exerceu, o efeito que produziu pela orientação que paleava, desviando o alvo do curso das línguas, agitando questões a que se achavam alheios muitos dos docentes, é mister assegurá-lo, assinalou nova época na docência das línguas e, quanto à vernáculo, a emancipava das retrógradas doutrinas dos autores portugueses que esponsávamos. (MACIEL, 1887, apud FÀVERO, 2004)

Pouco antes de Barreto ser escolhido para redefinir o ensino da língua portuguesa no Brasil, um nome já despontava ao refletir em sua obra a nova tendência gramatical da época. Em 1881, Júlio Ribeiro publicou a *Gramática Portuguesa*, que adquire forma definitiva na sua segunda edição (1884) e que consolida no Brasil uma concepção de linguagem como um conjunto de regras científicas que devem ser seguidas como normas prescritivas invariáveis. Neste sentido, segundo Elia, a obra de Ribeiro inicia na gramática brasileira o “período científico” em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar o estudos lingüísticos no Brasil” (ELIA, 1975, pg. 121).

Na opinião do pesquisador Maurício Silva<sup>15</sup> (SILVA, 2006), essa tendência – que assinalou um longo período normativo do estudo da gramática brasileira – se estende até por volta da década de 1930, quando novas propostas lingüísticas, baseadas principalmente na inspiração literária de alguns modernistas, embora já presentes na prosa irreverente de alguns autores que os precederam, ganham força sob a bandeira da insubordinação frente às normas gramaticais puristas.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.letramagna.com/gramatica1.pdf>. Acessado em novembro de 2008.

A *Gramática Portuguesa* de Ribeiro reflete essa cultura normativa. Sua obra tinha por objetivo aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século XIX. O autor conceitua a gramática como a “exposição metódica dos fatos da linguagem”. Segundo ele, ela “não faz leis e regras para a linguagem” e seu estudo “não tem por principal objeto a correção da linguagem”. Portanto, não há como negar antigas teorias, já que o evolucionismo se restringe a explicar os fatos, além de não ter como valorizar a norma padrão e seu ensino.

Por essa razão, afirma Silva, o período que se estendeu de 1880 a 1930 foi marcado por uma tentativa de conciliar um modelo gramatical calcado numa tradição clássica de natureza filosófica, da qual a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa foi o expoente principal, e de uma nova perspectiva lingüística de natureza científica. Não por menos, esta época foi marcada por queixas pela defesa do purismo, reformas ortográficas que propunham uma simplificação de natureza fonêmica e discussões lexicais sobre estrangeirismos e neologismos por empréstimos. Tudo isso, segundo ele, acabava por criar uma espécie de cultura normativa a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período. Essa mediação é destacada no trecho a seguir, em que se constata a influência da Gramática Geral e Filosófica na obra de Ribeiro.

Nós temos mais de estudar as formas várias por que passou a nossa língua, temos de comparar essas formas com a forma atual, para que melhor entendamos o que esta é e como veio a ser o que é; não nos basta usar da linguagem, é mister saber o que constitui a linguagem e o que importa ela. Tudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a história do homem. Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem. (FÀVERO, 2002)

O mesmo ocorre nas obras de Maximino Maciel e João Ribeiro, que seguem o mesmo princípio descritivo e normativo de Ribeiro, e paralelamente defendem a dimensão geral da gramática. Se para Maciel, “gramática é a sistematização lógica dos fatos e normas de uma

língua qualquer”, João Ribeiro afirma que a “gramática é a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida”. Ambos os autores omitem, no entanto, o termo ‘ciência’, muito usado na época, que vai aparecer na tese de Alfredo Gomes: “Gramática é a ciência dos fatos da linguagem, verificado em qualquer língua” (FÁVERO, 2002).

Apesar de suas definições apresentarem ligeiras diferenças, os lingüistas mantêm a mesma tradição científica. Eles dividem a gramática em ‘geral’, que expõe os “princípios lógicos da linguagem”, e ‘particular’, responsável pelos “princípios e particularidades de cada idioma”, nas palavras de João Ribeiro. Além dessas duas subdivisões, a gramática pode ser também histórica, quando trata da “evolução da língua, nos seus diferentes períodos de formação”; comparativa, quando compara os fatos de duas ou mais línguas; descritiva, quando descreve os fatos de uma língua e prática, quando ensina a “falar e escrever corretamente, segundo os usos das pessoas dotas”.

Segundo Fávero<sup>16</sup>, seja qual for a análise, pode-se confirmar que a gramática deste período exerce até os dias de hoje o duplo papel de descrever os componentes lexical, morfológico e sintático e de estabelecer regras que orientem o usuário, determinando o que deve ou não fazer, o que comprova que ela não é apenas descritiva e prescritiva, mas também geral.

Foi, portanto, nesse período e com esses autores que as gramáticas brasileiras adquirem legitimidade enquanto fonte autoral de saber metalingüístico. Segundo Silva, a origem dessa aquisição se encontra em uma reação em cadeia: se em um primeiro momento, constata-se que a escrita das gramáticas nacionais se baseia nos fundamentos científicos dos estudos lingüísticos, sob a perspectiva da diferenciação entre o português brasileiro e lusitano, num segundo momento verifica-se o reconhecimento desse saber metalingüístico pela sociedade, concedendo às gramáticas brasileiras uma legitimidade institucional.

---

<sup>16</sup> Disponível em: [www.geocities.com/gt\\_ad/leonorlopesfaverodoc](http://www.geocities.com/gt_ad/leonorlopesfaverodoc). Acessado em novembro de 2008.

### 4.3. Políticas públicas do ensino do português brasileiro

A implementação de uma política educativa no Brasil foi um processo bastante lento. Segundo o censo de 1872, apenas 19,8% dos homens e 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever (no Rio de Janeiro, 41,3% versus 29,3%). O acesso à educação continuava restrito às elites e direcionado aos varões das famílias ricas brasileiras. Apesar desse número inexpressivo, foi durante o século XIX que o ensino, inicialmente administrado pelos jesuítas e substituído pelas aulas-régias após sua expulsão, se desenvolveu gradualmente com a criação de escolas, colégios, cursos profissionais, academias e faculdades.

A partir da independência, em 1822, verificaram-se sensíveis alterações na administração do país, necessárias para a construção do Estado Imperial. A educação estava incluída entre elas, porém, essa preocupação não era única ao governo brasileiro. Era uma questão da época.

O século XIX, também conhecido como o século da educação, instaurou a concepção que vigora até hoje na cultura ocidental de que o ensino era e é a base do desenvolvimento industrial de um país. Esse princípio difundido, sobretudo, pela burguesia industrial fez do movimento pela criação da escola pública a principal bandeira de luta na edificação do Estado Moderno. A elite intelectual brasileira daquele século partilhava igualmente dessa ideologia, entretanto, a nascente classe industrial não aglutinava ainda forças suficientes para levar adiante esse preceito, porque não tinha o respaldo da elite econômica, cuja base era agrária e, conseqüentemente, se opunha às iniciativas dos industriais.

Segundo a historiadora Celina Murasse<sup>17</sup> (MURASSE, 2006), o governo brasileiro do período imperial – em especial durante o Primeiro Reinado (1822- 1831) e o Período Regencial (1831-1840) – não realizou nenhum plano educacional com esse propósito. A atenção se concentrava na formação da elite dirigente do país, já demonstrada no governo de

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/579CelinaMidori.pdf>. Acessado em novembro de 2008.

D. João VI quando, em 1808, este transferiu a Corte de Portugal para o Brasil. Naquela ocasião, a ocupação francesa na metrópole e em grande parte da Europa impedia, temporariamente, o intercâmbio geral com aqueles países, inclusive o fluxo de estudantes brasileiros interessados em ingressar nas universidades européias, cuja demanda estudantil era bastante significativa. Assim, o Príncipe Regente D. João teve que fundar, na nova sede do Império Português, as instituições indispensáveis à formação do quadro administrativo e político que dessem sustentação à máquina burocrática do país.

Dentre essas medidas, a coroa portuguesa incluiu o estabelecimento de cursos superiores no Brasil visando proporcionar uma educação que atendesse aos interesses da elite dirigente em detrimento do ensino público de níveis primário e secundário. Várias instituições de ensino superior foram criadas naquela época:

A Academia da Marinha, criada em 1808 e a Academia Real Militar, em 1810, destinavam-se a preparar os oficiais e engenheiros encarregados da defesa militar da Colônia; os estudos médicos, assegurados pelo curso de cirurgia, criado em 1808, no Hospital Militar da Bahia e pelos cursos de anatomia e de cirurgia do Rio de Janeiro, aos quais se acrescentou, em 1809, os de Medicina, deveriam formar os médicos para a Corte, para o exército e a Marinha.”<sup>18</sup>

No entanto, o governo português não instalou nenhuma universidade em terras brasileiras. Dessa forma, após o fim da guerra iniciada por Napoleão Bonaparte na Europa, os brasileiros que desejassem seguir outra carreira – que não fosse a das armas ou a médica – retomaram a rota européia, especialmente em direção à Universidade de Coimbra.

Em 1822, ao se tornar independente da metrópole portuguesa, a antiga colônia estava diante de uma nova realidade. Murasse ressalta que antes da institucionalização do império, não se poderia esperar grandes avanços na área da educação pública. Assim, enquanto se aguardava a formulação da Lei Básica, D. Pedro I permitiu que qualquer pessoa pudesse estabelecer uma escola em nível primário, sem a necessidade de uma autorização especial.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/579CelinaMidori.pdf>. Acessado em novembro de 2008.

A julgar pelas intenções, a tarefa de massificar a educação no Brasil seria concretizada sem grandes dificuldades. No entanto, em breve se constatou uma distância entre o discurso e a prática: “[...] esse processo foi marcado, desde logo, por um escandaloso desajuste entre os objetivos proclamados e o encaminhamento de projetos, assim como entre as medidas legais definidas e as condições concretas de efetivação” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1984, apud MURASSE, 2006).

Essa realidade é evidenciada pelos trabalhos da Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823, quando a Comissão de Instrução Pública apresentou dois projetos: o Projeto do Tratado de Educação da Mocidade Brasileira e o Projeto de Criação de Universidades. Nos debates que se realizaram, era visível “o descaso pela realização efetiva de um sistema de educação popular, assim como a indisfarçável preocupação em garantir e desenvolver um sistema de educação de elite”. (idem).

Diante disso, no decorrer do Primeiro Reinado, o governo imperial manteve os estabelecimentos de ensino superior criados durante o governo de D. João VI e fundou outros. Dois deles se destacaram: os cursos jurídicos instalados em Olinda (posteriormente transferido para Recife) e em São Paulo no ano de 1827. Segundo Murasse, eles foram fundamentais para garantir a manutenção do Estado Imperial porque formariam os homens necessários para ocupar os postos de comando do país, sem as influências lusitanas absorvidas pelos estudantes brasileiros que haviam passado pelos corredores de Coimbra.

Outra instituição oficial destinada à formação da elite dirigente foi o Colégio Pedro II, criado pelo mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos políticos mais influentes do país na primeira metade do século XIX e que ocupou os cargos de deputado, senador e ministro do Império. O decreto de fundação do colégio, assinado por ele em dois de dezembro de 1837, foi considerado um marco no campo da instrução pública do país.

Neste sentido, os demais níveis de ensino foram pouco valorizados pelo governo imperial, fato já perceptível na constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, na qual se verifica que a questão da educação foi tratada apenas no art. 179. Este se limitou a estabelecer a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, porém, nela não estavam incluídas as medidas para a criação das escolas. Elas só apareceram em forma de lei, em 1827, estabelecendo “a fundação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império”. A mesma lei também determinava a formação e a contratação de professores.

Devido à fragilidade do ensino primário e secundário no Brasil, o século XIX conservou uma prática comum à elite: a educação doméstica. A manutenção dessa rotina, ainda que abalada pela interferência do Estado na educação, concorreu diretamente com os colégios particulares e as escolas públicas. O papel de educar as crianças cabia normalmente à mulher (mãe, tia ou avó), mas abrangia párocos, além de professores brasileiros e estrangeiros, cujas formações eram variadas: desde a simples alfabetização a especializações como piano, canto, dança, línguas e filosofia.

A convivência entre a educação doméstica e a estatal não era pacífica. Segundo a pesquisadora Maria Celi Chaves Vasconcelos, os debates sobre o que melhor convinha às crianças ganhavam cotidianamente as páginas dos jornais da época. Neles, se discutia tanto a competência da esfera doméstica para oferecer instrução, quanto a legitimidade do Estado para promover a educação. No entanto, pouco a pouco, a elite percebeu que podia se associar ao Estado dividindo com ele as atribuições da educação, desde que manipulasse e vigiasse o acesso à escola. Vasconcelos afirma que essa cumplicidade lançou as bases para que a escola se tornasse no século XX uma instituição de educação e ensino vitoriosa e hegemônica (VASCONCELOS, 2005).

Até meados do século XIX, a organização do ensino público no Brasil não era assunto prioritário para o Estado, fato confirmado pelo Ato Adicional de 1834 que estabeleceu a descentralização do ensino: coube ao governo central legislar sobre os cursos superiores em todo o território nacional e os demais níveis de ensino apenas na capital do Império, enquanto que os governos provinciais ficaram responsáveis pelos ensinos primário, secundário e profissional nas respectivas províncias. Verifica-se assim que o Estado manteve sob seu controle direto o ensino superior e deixou as outras esferas de ensino a cargo das províncias. Essa situação perdurou até o final do governo imperial.

Segundo Murasse<sup>19</sup>, naquele momento histórico, a elite dirigente do país tinha outras prioridades: enfrentava lutas armadas, tanto internas quanto externas, atreladas à consolidação do estado nacional. Por essa razão, o ensino público ficou fragilizado. O argumento da pesquisadora é compartilhado pelo historiador Arnaldo Niskier: “Convém lembrar que, na época, o Brasil tinha pesados compromissos financeiros decorrentes da guerra contra argentinos e uruguaios na província Cisplatina e no rio da Prata.” (NISKIER, 1995, apud MURASSE, op.cit.).

A pesquisadora cita também as historiadoras Maria Elizabete Xavier, Maria Luiza Ribeiro e Olinda Maria Noronha, que apresentam uma justificativa para o estado em que se encontrava o ensino:

A escola pública não se colocava, [...], no Brasil pós-Independência, como um requisito para a própria manutenção e reprodução das relações estruturais. A sua qualidade e extensão eram bastante limitadas, destinandose aos poucos elementos da minoria dominante, para quem fornecia um mero ornamento, e estendendo-se, quando muito, à camada média, a quem conferia status. Daí a preocupação maior com a sofisticação ou complexificação do que com a ampliação do ensino, implícita nos projetos apresentados no período de que tratamos, e que eram formulados por ‘literatos’ oriundos da classe média que, através da atividade política, representavam os interesses dominantes em nome dos interesses nacionais ou populares (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, op.cit, apud MURASSE, 2006).

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/579CelinaMidori.pdf>. Acessado em novembro de 2008.



Em 1870, não se percebia mudanças significativas na esfera da educação pública, conforme relatório do Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro dos Negócios do Império, no qual reconheceu que em poucos países a instrução pública se encontrava em circunstâncias tão pouco satisfatórias como no Brasil:

A instrução primária foi garantida pela Constituição a todos os Brasileiros. É tempo de desempenharmos a palavra do Legislador constitucional, que confiou às gerações que se sucedessem a realização de suas promessas. Quando todas as nações procuram hoje no desenvolvimento da inteligência pública a elevação social pelo aperfeiçoamento individual, não nos é lícito presenciar impassíveis o estado da educação intelectual em nosso país; sem que ponhamos em levá-la todo o esforço e cuidado. Se o progresso nacional não é, como tive a honra de vos dizer em outra ocasião, senão a soma das atividades e das aptidões dos indivíduos, a distribuição da instrução em todos os seus ramos é indubitavelmente a mais segura base do engrandecimento de qualquer nação. Entre nós, força é dizê-lo, não é esta base tão larga e sólida quanto deveria ser e desejaríamos que fosse. (SOUZA, 1870, apud MURASSE, 2006)

Apesar da escassez de estabelecimentos de ensino no país, é possível perceber, no decorrer do século XIX, um aumento gradativo do interesse da sociedade pela educação do povo. Machado de Assis, por exemplo, utiliza a escola como cenário para ambientar seus contos e retratar a sociedade da época. Eles refletem as características da escola no período colonial, na regência e no império, como através da punição pelo castigo físico, prática comum aos escravos. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o autor recorre à figura da palmatória para criticar os métodos educacionais em voga na época.

Ó palmatória, terror dos meus dias pueris, tu que foste o compelle intrae com que um velho mestre ossudo e calvo, me incutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe, e o mais que ele sabia, benta palmatória, tão praguejada dos modernos, quem me dera ter ficado sob teu jugo, com a minha alma imberbe, as minhas ignorâncias, e o meu espadim, aquele espadim de 1814, tão superior à espada de Napoleão!” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 38).

Segundo Murasse, a imprensa oitocentista também assumiu de certa forma uma função educadora. A pesquisadora cita os estudos da biografia e da obra de Frei Caneca, cujos artigos assinados no jornal *O Typhis Pernambucano*, editado entre 25 de dezembro de 1823 e 5 de agosto de 1824, mostravam um homem preocupado em divulgar pedagogicamente suas expectativas sociais. O objetivo do pároco era mobilizar a população para um enfrentamento

contra a ordem estabelecida que ele considerava autoritária e contrária à independência do Brasil. Frei Caneca contribuiu, sobretudo, para a formação da consciência crítica dos letrados.

Na mesma década, no ano de 1828, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos apontou para a necessidade da educação para a construção de uma nação na “Carta Aos Senhores Eleitores da província de Minas Gerais”. O político acreditava que a melhor forma de difundir o conhecimento útil entre os homens seria através da imprensa. Assim, via uma estreita vinculação entre a instrução pública e a liberdade de imprensa.

Esse posicionamento acerca da necessidade da difusão dos conhecimentos úteis estava presente também na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN), publicada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), entidade civil que congregava, dentre os seus associados, os homens mais influentes do país, como fazendeiros, engenheiros, médicos e advogados. O número de estréia, em 15 de janeiro de 1833, içava a bandeira do impresso do impresso mensal: propagar as luzes para produzir o melhoramento da nascente indústria e conduzir à prosperidade pública. (AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, 1833, p. 9-10)

A apresentação inicial da revista já revelava sua intenção de que o Estado brasileiro alcançasse a prosperidade econômica através da difusão das luzes e da adoção de hábitos civilizados. Havia, portanto, uma preocupação em modernizar o país, embora o desenvolvimento das indústrias no Brasil não fosse uma questão prioritária para o governo imperial.

Além d’O Auxiliador, outros impressos mantidos por associações civis foram veiculados com propósitos educativos. Muitas vezes, esses grupos sustentavam estabelecimentos de ensino gratuitos destinados à educação popular.

No entanto, a educação pública ainda não era tarefa prioritária do Estado, o que incentivou a proliferação de escolas privadas, especialmente as de ensino secundário. Um dado interessante é que elas não entraram em disputa com as escolas públicas. A razão para esse convívio harmonioso é justificada pela historiadora Teresa Fachada Cardoso:

sequer durante o Império brasileiro se observa essa disputa, uma vez que a escola pública nunca preencheu as necessidades da população, portanto a escola particular mantinha um espaço de atuação que era complementar e não concorrente (CARDOSO, 2004, p.183).

A tímida presença do poder público na esfera educacional, aliado à riqueza advinda da indústria do charque, potencializou, por exemplo, a abertura de escolas femininas em Pelotas. As aulas particulares e os ‘collegios femininos’ privados representaram, através de um conjunto de anúncios, segundo Faria Filho e Vidal uma “multiplicidade de modelos de escolarização realizados nas escolas do século XIX”. Segundo os autores, “espaços eram improvisados nas casas das famílias ou dos professores e em prédios públicos ou comerciais.” (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 22)

As aulas particulares eram, portanto, aulas individuais, ministradas por uma professora que oferecia, geralmente, uma disciplina e que utilizava as residências das famílias ou das próprias professoras como espaços de escolarização. Essas características são evidenciadas nos anúncios em jornais da época:

D. Anna da Silva Carvalho lecciona francez pelo methodo Hollendorf, para o que poderá ser procurada em casa do Sr. Boaventura da Fontoura Barcellos. (Correio Mercantil, 11 de Março de 1878).

e

Florinda Maria da Costa professora normalista offerece-se para ensinar meninos e meninas, em suas casas, ou em casa de sua residencia rua do General Victorino n.60 a 3,000 por mez. Fora de sua casa pelo que se convencionar.

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, marca uma nova etapa para o ensino no Brasil. Sob a influência do positivismo e a força política dos cafeicultores e pecuaristas, a nova ordem social faz brotar idéias para ampliar e melhorar o ensino. A Reforma Benjamin Constant, de 1890, tem como inspiração a liberdade e a laicidade de

ensino, além da escola primária gratuita. A escola primária é dividida no 1º grau para crianças entre 7 e 13 anos e no 2º grau para a faixa de 13 a 15 anos. É também criado o exame de madureza. Ocorre queda, ainda que limitada, no número de analfabetos, que era de 85% da população total em 1890 para 75% em 1900.

Segundo lingüistas, essa estatística não apenas reflete a ausência de uma política educacional sólida no Brasil do século XIX, como explica em parte a polarização sociolingüística que caracterizou o português brasileiro desta época, com o convívio de normas cultas e vernáculas, ou segundo Silva Neto, com a existência de dois portugueses brasileiros: um fruto do contato do português com línguas indígenas e africanas; outro, falado pela elite branca, nos grandes centros urbanos, que evoluiu a partir do português europeu e pelo contato relativamente freqüente com um português renovado que vem da metrópole (SILVA NETO, 1977).

## **5. A literatura nos jornais**

Foi com a publicação das crônicas do cotidiano que o Brasil viu seu público-leitor aumentar exponencialmente. Os folhetins, chamados de “romances no jornal”, eram escritos por autores conhecidos do público, como José de Alencar e Machado de Assis, e ganharam apelo popular pela ambientação, contextos e disputas. Como não havia regulamentação da profissão de jornalista, eram escritores de renome, como Machado e Alencar, que desenvolviam as atividades de redação, edição e checagem de notícias nos jornais, que no início do século XIX se assemelhavam a verdadeiros livros. Por essa razão, não é à toa que a função do jornalista se assemelhava nesta época àquela praticada pelo educador.

Com a literatura nacional articulada à produção noticiosa, os jornais serviram de cenário para evidenciar debates importantes sobre o uso do português brasileiro. Os escritores Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet protagonizaram algumas dessas acaloradas contendas. Mais do que simples discussões, elas opunham conservadores a representantes da nova geração no final do século XIX.

A polêmica é atemporal. Um de seus resquícios ganhou forma no ano passado, quando foi assinado o acordo de reforma ortográfica entre Brasil e Portugal. Antes disso, tentou-se chegar, com sucesso limitado, a consensos para a uniformização lingüística.

### 5.1. Escritores e jornalistas

No Brasil, o surgimento dos jornais no século XIX aposentou definitivamente os escreventes-copiadores e substituiu a realidade manuscrita pela palavra impressa. Isso significou um passo enorme rumo à consolidação do português brasileiro, já que os impressos se tornaram o referencial de norma escrita para a sociedade oitocentista. No entanto, até meados daquele século, o conteúdo do que era veiculado nos editoriais e nos artigos pouco retratava o cotidiano popular, os formatos eram rígidos e a leitura cansativa.

A mudança veio com o aparecimento das histórias folhetinescas. Elas se dedicavam aos mais variados eventos, como teatros, anúncios de espetáculos, efemérides políticas e literárias, além de notícias sobre moda. Muitas delas eram narradas e abusavam de personagens caricatos. O retrato do povo na imprensa acabou por reacender a prática de rodas de leitura, que funcionava em doses homeopáticas com os jornais clandestinos dos séculos anteriores. Assim, as revistas de entretenimento dos anos 50 se tornaram, em pouco tempo, mania nacional, ao unir informação à literatura.

Essa associação entre gêneros literário e não-literário é explicada pelo papel desempenhado por seus autores, que se dividiam entre o lirismo das narrativas e a objetividade das notícias. Eles eram escritores e também jornalistas. O acúmulo das funções se justifica pelo contexto da época, segundo a historiadora Isabel Lustosa (LUSTOSA, 2004). Influenciado pelas idéias vanguardistas do Iluminismo, o jornalista se confundia com o educador e via como sua missão suprir a falta de escolas e livros através dos seus artigos jornalísticos.

O carioca Machado de Assis é o retrato fiel da cumplicidade entre esses dois papéis na imprensa oitocentista. De família humilde, não tinha dinheiro para arcar com os estudos. Mesmo assim, em 1855, com 16 anos incompletos, publicou seu primeiro trabalho literário, o poema “Ela”, na Marmota Fluminense, jornal de Francisco de Paula Brito. No ano seguinte,

entrou para a Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo, e lá conheceu Manuel Antônio de Almeida, que se tornou seu protetor. Em 1859, ingressou no Correio Mercantil como revisor e colaborador para, em 60, aceitar o convite de Quintino Bocaiúva, do Diário do Rio de Janeiro. Machado também escrevia regularmente para a revista ‘O Espelho’, na qual estreou como crítico teatral, para ‘A Semana Ilustrada’, na qual colaborou por 15 anos, e para o ‘Jornal das Famílias’, em que publicou majoritariamente contos.

A função de jornalista casou oficialmente com a de escritor em 1872, quando publicou seu primeiro romance, ‘Ressurreição’. Pouco tempo depois, foi nomeado primeiro oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, cargo do qual tirava seu sustento. No entanto, a formalidade da burocracia governamental não diminuiu o gosto de Machado pelo popular. Em 1874, passou a publicar, em ‘O Globo’, o romance ‘A mão e a luva’, em folhetins. Também intensificou a colaboração em jornais e revistas, como ‘O Cruzeiro’, ‘A Estação’ e ‘Revista Brasileira’. Crônicas, contos, poesia e romances do autor acompanharam a tendência da época saindo inicialmente em folhetins e depois publicados em livros, da qual uma de suas obras mais conhecidas, ‘Memórias Póstumas de Brás Cubas’, é um bom exemplo. Machado a publicara em folhetins na ‘Revista Brasileira’ de 15 de março de 1879 a 15 de dezembro de 1880 antes de ganhar forma encadernada.

Em 1864, quando cobria as atividades do Senado para o ‘Diário do Rio’, Machado conviveu com outro escritor e jornalista, Bernardo Guimarães, que trabalhava para o ‘Jornal do Comércio’, no Rio de Janeiro. Natural de Ouro Preto, Guimarães também fez parte do efetivo do jornal ‘Atualidade’, órgão do Partido Liberal e fundado por Lafayette Rodrigues Pereira e Flávio Farnese Paixão. Cabia ao jornalista, que relutou a aceitar o cargo, já que não demonstrava o menor apreço pela política, a seção literária do periódico. A publicação marcou época no jornalismo brasileiro. O jurista José Luís de Almeida Nogueira (NOGUEIRA, 1977), contemporâneo de Guimarães, justifica as razões para esse prestígio.

Essa folha política e literária, na qual também colaborava Bernardo Guimarães, gozou durante certo tempo das auras da popularidade e deveu essa vantagem aos princípios de adiantado liberalismo que doutrinava, ao estilo colorido e empolgante em que era escrita e ao prestígio resultante da pureza da vida pública dos seus jovens e talentosos redatores (NOGUEIRA, 1977, pg. 221).

Foi no ‘Atualidade’ que Guimarães destilou seu humor ácido e colecionou desafetos. Um de seus alvos prediletos era o escritor Gonçalves Dias. O mineiro sempre foi contrário ao indianismo e não poupou críticas àquele que cantava as belezas naturais do país. No entanto, segundo historiadores, por trás desses ataques, se escondia uma profunda admiração pelo autor da ‘Canção do Exílio’. Quando ele morreu, Guimarães o homenageou no conto ‘Morte de Gonçalves Dias’, longo poema publicado pelo jornal ‘Reforma’ e depois incluído no volume do romance ‘O Índio Afonso’, em apêndice. Os versos, escritos em 1864 e publicados em 1869, protestavam contra a atitude da Câmara dos Deputados que recusou ao Maranhão o auxílio para erguer a estátua do cantor dos ‘Timbiras’.

Gonçalves Dias também era escritor e jornalista. Ele nasceu no Maranhão em 10 de agosto de 1823 e tinha raízes branca, indígena e negra, das quais se orgulhava. Em 1840, foi estudar Direito na Faculdade de Coimbra e lá entrou em contato com os principais escritores da primeira fase do Romantismo português, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho. A saudade da terra natal lhe deu inspiração para escrever, três anos depois, um dos mais famosos hinos à pátria brasileira, a ‘Canção do Exílio’. De volta ao Brasil, trabalhou no Rio de Janeiro como professor de história e latim do Colégio Pedro II e contribuiu para diversos periódicos. Dias publicou crônicas, folhetins teatrais e críticas literárias no ‘Jornal do Commercio’, ‘Gazeta Oficial’, ‘Correio da Tarde’ e ‘Sentinela da Monarquia’. Em 1849, junto com Araújo Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo, fundou a revista ‘Guanabara’, que divulgava o movimento romântico da época.

Joaquim Manuel de Macedo também não foi poupado por Bernardo Guimarães em ‘Atualidade’. Apesar de o poema “A Nebulosa”, de Macedo, ter conquistado os aplausos dos



críticos da época, o jornalista mineiro se manteve irredutível em seu ataque à obra daquele autor. A ofensiva trouxe péssimas conseqüências para Guimarães. Irritado com a postura do colega, Macedo se utilizou de sua rede de contato para impedir a apresentação, na Corte, de uma peça de cinco atos de autoria de Guimarães. Intitulada “A voz do Pajé”, ela já havia sido executada com grande êxito em Ouro Preto em 1860 e trilhava seu caminho rumo ao estrelato no Rio de Janeiro. O drama emocionado, muito ao gosto das platéias de então, contava a história da filha de um oficial que se apaixona por um índio. A monumental apresentação nem chegou a abrir as cortinas na capital do país por um acordo feito por Macedo nos bastidores do Império.

Guimarães também colaborou com outros jornais do Rio, como a ‘Reforma’, o ‘Jornal do Commercio’, o ‘Correio Mercantil’ e ‘O Ipiranga’, em que publicou seus “Disparates rimados”. No entanto, sua obra literária é menos extensa se comparada a de seus contemporâneos já que a grande quantidade de tarefas e o acúmulo de cargos nos jornais em que trabalhou lhe tiravam a maior parte do tempo disponível para os versos.

Além de nomes de peso como Bernardo Guimarães, Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo, outro expoente da literatura nacional foi lançado desde a redação do ‘Correio Mercantil’. Em setembro de 1854, o jornal trouxe uma seção nova de folhetim – Ao Correr da Pena – assinada pelo jovem escritor José de Alencar, que aos 25 anos estréia como jornalista. O sucesso do autor, que havia publicado seu primeiro romance, Os Contrabandistas, sete anos antes, é imediato, mas efêmero. Com a proibição de um de seus artigos pelo jornal, o escritor, decepcionado, se desliga de sua função.

A mágoa é substituída pela motivação da nova empreitada no ‘Diário do Rio de Janeiro’, que no passado havia sido um jornal bastante influente, mas que passa naquele momento por uma série crise financeira. Alencar e outros amigos resolvem, então, comprar o jornal e tentar ressuscitá-lo, investindo dinheiro e muito trabalho. A razão que levou o autor a

assumir o controle do periódico foi a possibilidade de expressar livremente suas idéias através de um veículo de comunicação. Não é à toa que foi nesse jornal que Alencar travou sua primeira polêmica literária e política. Nela, o escritor confronta-se indiretamente com o imperador D. Pedro II.

No ‘Diário’, acontece sua estréia como romancista com a publicação em folhetins de ‘Cinco Minutos’, em 1856. Com esse romance e, logo em seguida, ‘A Viuvinha’, Alencar inaugurou uma série de obras em que busca retratar e questionar a forma de vida na Corte. Em 1857, ele estréia como autor de teatro, com a peça ‘Verso e Reverso’, na qual reproduz o Rio de Janeiro de sua época. No entanto, ela é vítima da censura. Para o escritor, o motivo seria o simples fato de ser uma "... produção de um autor brasileiro...".

A reação mais concreta do embate entre Alencar e o Império viria quatro anos mais tarde, por intermédio do romance em que o autor retoma a mesma temática: ‘Lucíola’. A obra resume sua crítica a uma sociedade que transforma amor, casamento e relações humanas em mercadoria: a prostituição mostra a degradação que o dinheiro pode levar o ser humano a fazer.

Outras polêmicas envolvem o romancista. Com relação à literatura, duas delas ficaram famosas: a primeira, em 1856, em torno do livro ‘A Confederação dos Tamoios’, de Gonçalves de Magalhães. Alencar se manifesta duramente contra o indianismo do poeta. A segunda, em 1873, em debate com Joaquim Nabuco no jornal O Globo, na qual defende o fato de o público se revelar desinteressado pelo escritor nacional. Falecido em 1877, José de Alencar deixa como legado uma obra de extraordinária importância e, principalmente, a realização de um projeto que sempre acalentou: o abasileiramento da literatura brasileira.

‘Iracema’, um de seus romances mais populares, é um exemplo profundo dessa mudança tão desejada pelo autor. A odisséia da musa tupiniquim combina um perfeito

encontro do colonizador português com os nativos da terra. A obra representou um marco na literatura brasileira e é elogiada por Machado de Assis no ‘Diário do Rio de Janeiro’:

Tal é o livro do Sr. José de Alencar, fruto do estudo e da meditação, escrito com sentimento e consciência... Há de viver este livro, tem em si as forças que resistem ao tempo, e dão plena fiança do futuro... Espera-se dele outros poemas em prosa. Poema lhe chamamos a este, sem curar de saber se é antes uma lenda, se um romance: o futuro chamar-lhe-á obra-prima.

O ‘Jornal do Commercio’ também serviu de incubadora para jornalistas-escritores, como Raul Pompéia. Ainda menino, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e distinguiu-se como aluno estudioso, bom desenhista e caricaturista. Na época, redigia o jornalzinho ‘O Archote’. Prosseguiu seus estudos no Colégio Pedro II e publicou em 1880 seu primeiro romance, “Uma tragédia no Amazonas”. Na Faculdade de Direito de São Paulo, ligou-se a Luís Gama e participou intensamente das agitações estudantis. Paralelamente, iniciou a publicação no ‘Jornal do Commercio’ do Rio de Janeiro, dos poemas em prosa ‘Canções sem Metro’, onde também escreveu crônicas, folhetins e contos. Em 1888, deu início à publicação de um folhetim na Gazeta de Notícias e no mesmo ano publicou o romance ‘O Ateneu’, que lhe deu a consagração definitiva como escritor.

Fora da capital do Império, um autor catarinense também se dividiu entre a literatura e o jornalismo, apesar de não ter tido o merecido destaque em sua época. João da Cruz e Souza ingressou na restrita roda da intelectualidade brasileira por meio de outro ilustre catarinense, contista e escritor: Virgílio Várzea, com que formou um audacioso grupo literário na pequena Florianópolis oitocentista. Juntamente com ele, Cruz e Souza dirige, de 1883 a 1889, a ‘Tribuna Popular’, de apoio à campanha abolicionista. Em 1885, em parceria com Várzea, lança seu primeiro livro ‘Tropos e Fantasias’ e nesse mesmo ano funda o jornal ‘O Moleque’, de vida efêmera.

Em Florianópolis, Cruz e Souza também trabalhou para os jornais ‘Folha Popular’ e ‘Cidade do Rio’, este último de propriedade de José do Patrocínio. Em 1893, publicou o livro ‘Broquéis’, muito bem aceito pela crítica e com o qual marca a presença do Simbolismo na

poesia brasileira. No entanto, sem se firmar como jornalista nem conseguir subsistência como poeta, o grande ‘Cisne Negro’, como ficou conhecido, caiu em um estado profundo de sofrimento e angústia. Sua situação financeira era tão grave que as despesas de seu enterro foram cobertas pela contribuição de amigos, como citam os jornais da época.

Em suma, esses escritores encontraram no jornal um meio de se profissionalizarem e também buscarem uma oportunidade para publicar seus romances nos rodapés dos impressos e quem sabe, posteriormente, terem a chance de transformá-los em livros. Segundo o lingüista Wellington Pereira, o uso da literatura na imprensa oitocentista atendeu a três aspectos:

[Primeiramente], o jornal significa o único meio de profissionalização dos literatos; [em segundo lugar], as manifestações artísticas tinham no jornal diário um laboratório para o reconhecimento de sua maturidade estética; [em terceiro], havia um pequeno número de leitores (...). Estes leitores representavam um novo espaço para o lucro, como também o consumo de bens culturais (PEREIRA, 2004, p.66).

## 5.2. Folhetim: o romance no jornal

No século XIX, a imprensa associou-se à literatura. Entre poemas, romances, contos e novelas, a intelligentsia brasileira foi acolhida pelos jornais, que veiculavam seus textos em meio a anúncios os mais variados, a notícias de guerra, de fuga de escravos, de assassinatos. Dessa combinação entre os homens das letras e os impressos, nasceram os folhetins, como explica o historiador Nelson Werneck Sodré:

O grande público iria sendo lentamente conquistado para a literatura principalmente pelo folhetim, que se conjugou com a imprensa e foi produto específico do Romantismo europeu, aqui imitado com sucesso amplo, nas condições do tempo. O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo na Corte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria. (SODRÉ, 1999, pg. 242-243)

O folhetim, do francês *feuilleton*, era antes de tudo uma seção de jornal criada, em 1800, pelo *Journal des Débats et loix du pouvoir législatif, et des actes du gouvernement*. Enquanto as outras seções ocupavam o corpo principal da página, o *feuilleton* situava-se no

rodapé (o *rez-de-chaussée* do jornal), separado por um traço horizontal que o destacava nitidamente do resto da página. Nessa seção, eram publicados textos diversos sobre teatro, anúncios de espetáculos, efemérides políticas e literárias e notícias sobre moda.

Levando-se em consideração a diretriz preponderantemente política do *Journal des Débats*, o *feuilleton* não era, segundo o pesquisador Marcus Vinícius Soares<sup>20</sup> (SOARES, 2006), o espaço do jornal que o leitor procuraria se quisesse tomar conhecimento dos debates políticos. Neste sentido, o folhetim corresponderia a um suplemento autônomo que, embora inserido no interior das páginas principais, encontra-se separado do resto do jornal: materialmente, por conta de sua disposição horizontal; tematicamente, na medida em que não lida com os temas políticos. A descrição de Soares é semelhante àquela feita pela lingüista Marlyse Meyer.

De início, ou seja, começos do século XIX, le *feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – *rés-do-chão*, rodapé – geralmente o da primeira página. Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio destinado ao entretenimento. E pode-se já antecipar, dizendo que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica (“Se eu soltasse as rédeas à imprensa”, explica Bonaparte ao célebre Fouché, seu chefe de polícia, “não ficaria três meses no poder”) (MEYER, 1996, pg. 57-58).

No Brasil, a novidade é introduzida na imprensa brasileira em 1836, por Justiniano José da Rocha, então redator de *O cronista*. Na edição de cinco de outubro deste ano, ele inaugura a seção com o propósito de:

Fazer aparecer em nossa população a primeira necessidade da civilização moderna – o desejo de ler – dar-lhe incremento, e fomentá-lo, oferecer leitura que distraia das lidas da existência, das amofinações dos trabalhos, dos tédios da inocupação, eis o que temos em vista, eis o que esperamos conseguir (ROCHA, 1836, apud SOARES, 2006).

Esse incentivo à leitura só foi possível com o desenvolvimento e difusão dos jornais diários que, ao reproduzirem o cotidiano da cidade em seus mais diversos aspectos,

<sup>20</sup> Disponível em: [www.idelberavelar.com/abralic/trabalhos/MarcusVinicius.doc](http://www.idelberavelar.com/abralic/trabalhos/MarcusVinicius.doc). Acessado em novembro de 2008.

consagraram o folhetim como espaço para assuntos de entretenimento. Se, inicialmente, como se viu no *Journal des Débats*, o folhetim dedicava-se à divulgação dos mais variados eventos, em particular os teatrais, aos poucos foi tornando-se cada vez mais independente: no interior da seção, começava a se constituir uma modalidade textual específica na medida em que deixava ser mero veículo de divulgação para se tornar um espaço de produção discursiva. Essa transição, apesar da precedência de Justiniano José da Rocha, ganha contornos mais nítidos com José de Alencar, na série “Ao correr da pena”. Já no terceiro folhetim, publicado em 24 de setembro de 1854, o autor reflete sobre o gênero, a que ele chama de “novo Proteu”:

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma nonchalance com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum, com toda finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho! (ALENCAR apud SOARES, 2006)

Não é ocasional tampouco despropositado que o folhetim tenha servido de instrumento para a divulgação da produção textual de Alencar. O Romantismo – do qual este escritor foi um dos principais nomes – encontrou neste gênero um meio para a reprodução de seus preceitos, dando-lhe o tom pela configuração da ordem do discurso literário brasileiro. O folhetim se propôs, então, a narrar a representação da oralidade, ou melhor, a representação do que é considerado próprio de um povo. O anedótico desse fato é que neste momento a língua brasileira também se institui enquanto língua nacional, imbuída pelo processo de gramatização. Neste sentido, o folhetim tornou-se símbolo de uma nova estética lingüística na escritura literária brasileira, uma vez que transpõe para o papel tanto a língua escrita quanto aquela falada no país. Essa convergência contribuiu, segundo a pesquisadora Eni Puccinelli Orlandii, para o redimensionamento da língua portuguesa no Brasil.

Se a questão da oralidade – embora tenhamos, com o movimento de gramatização do século XIX, legitimado nossa escrita e nossa escritura – permanece em um imaginário mal resolvido, produzindo efeitos sobre a imagem que temos da escrita em nossa sociedade, também a questão da legitimação do português deste lado

do Atlântico tem sua história [...] O português assim transportado acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: no Brasil/ em Portugal. Tem início então a produção de um espaço de interpretação, com deslizamentos, efeitos metafóricos que historizam a língua. [...] A língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza, agora deste lado do Atlântico, a relação unidade/variedade: a unidade aqui não mais refere o português do Brasil ao de Portugal, mas à sua unidade e às variedades existentes no Brasil (ORLANDII apud ALMEIDA, 2006, p. 14).

Vale à pena ressaltar, ainda, que essa nova prática discursiva - tornada pública pelos folhetins principalmente no final do século XIX - foi favorecida pelo momento de independência cultural e política de Portugal, além da formação e constituição do estado brasileiro. É por essa razão que, inexoravelmente, tanto os ideais do Romantismo (como por exemplo, o de popularizar o conhecimento e a arte) quanto o processo de gramatização produziram efeitos sobre a língua/escrita e literatura/escrita deste período. Segundo a lingüista Eliane de Almeida, coube aos jornais, então, popularizar a produção discursiva própria desses novos tempos. Ela alega que os periódicos permitiram a todos, indistintamente, o acesso à letra, uma vez que fizeram circular o conhecimento formulado pela elite e para as elites na intersecção com as escritas literária e jornalística (ALMEIDA, 2006). Em outras palavras, a publicação literária através dos jornais – que por si só já é uma característica típica do Romantismo – serviu para instituir conhecimentos sobre a língua que ora se instaurou no Brasil. Almeida cita Fragoso, que aponta o Romantismo no Brasil como um fato de linguagem e afirma que:

[...] o Romantismo inaugura uma posição discursiva para o autor nacional que poderá interpretar a sua própria língua, ou seja, os escritores românticos criam um saber lingüístico específico da língua nacional. A literatura romântica está diretamente ligada à questão da língua nacional. Trata-se de um discurso (o literário) que fixou uma entalidade para o povo brasileiro. Construiu uma imagem para a língua nacional e para a nação brasileira. Criou uma identidade para a língua e para o povo desta nação (FRAGOSO, 2001, apud ALMEIDA, 2006, p. 21).

É inegável, portanto, a contribuição do folhetim para a emancipação de uma língua nacional no Brasil oitocentista, resultado da convergência de duas forças: de um lado, o Romantismo, que organizou e estruturou a estética literária do folhetim, ao permitir o

funcionamento de um discurso com diferentes instâncias de representação da oralidade, de outro o processo de gramatização, que institucionalizou um repertório vocabular nacional, na medida em que se produziam dicionários e gramáticas no país. Dessa forma, a publicação do folhetim pelo jornal, afirma Eliane de Almeida, constitui-se “prática discursiva do Romantismo, de certo modo, agenciada pelos instrumentos lingüísticos homogeneizantes do processo de gramatização” (ALMEIDA, 2006, pg. 26). Pode-se dizer, então, que o Romantismo inaugura na literatura uma prática discursiva específica: a publicação do folhetim. A propósito da implantação da norma culta no Brasil, Pagotto considera:

[...] é um processo que se integra historicamente ao modelo de sociedade que uma certa elite implanta, calcado na manutenção da estrutura da dominação. [...] a literatura foi, no século XIX, o grande motor da promoção de novas formas lingüísticas e o grande palco sobre o qual se constituiu o discurso sobre a norma culta (PAGOTTO, 1999, p. 56).

Não por acaso, é nesse momento de instituição da língua nacional brasileira que se intensifica o embate travado entre escritores brasileiros e portugueses: enquanto uns defendem a pureza lingüística, importada da gramática lusitana, outros preconizam o discurso da oralidade, tão presente nos folhetins, como veremos no próximo tópico. Segundo Eliane de Almeida, no entanto, “quanto mais a língua portuguesa precisa acomodar-se ao sabor brasileiro das palavras, mais a escrita literária trabalha a estética da língua em relação ao efeito de oralização da oralidade, produzindo a quase identidade empírica entre a língua literária e a fonética do português falado” (ALMEIDA, 2006, p. 34).

### **5.3. Polêmicas lingüísticas**

Um bem-vindo sopro nacionalista tomou conta das terras brasileiras logo após a Independência, em 1822. Duas décadas mais tarde, ele ganhou robustez com o movimento romântico, que defendia as riquezas do país e criticava as arbitrariedades da antiga metrópole. Foi nesse contexto que os debates sobre a língua portuguesa se intensificaram, opondo



puristas e reformistas, como o português Camilo Castelo Branco e o brasileiro Carlos de Laet. Ambos refletiam a polaridade entre conservadores e representantes na literatura do Brasil.

Segundo a lingüista Regina Célia Carbonari<sup>21</sup>, a polêmica entre os dois escritores tem início devido a uma pequena introdução-comentário escrita por Castelo Branco em uma antologia de poetas brasileiros e portugueses, chamada *Cancioneiro Alegre de Poetas Portugueses e Brasileiros* (1879). Nela, o autor cita dois “erros” gramaticais cometidos pelo poeta Fagundes Varela: o emprego da forma verbal *havam* em vez de *havia* no trecho “havam brisas e passarinhos” e o uso de *lhe* em vez de *o* no trecho “lhe favoreçam” (CARBONARI, 2007).

A primeira das questões levantadas por Castelo Branco diz respeito ao verbo haver, empregado de forma impessoal. Ele comenta o que considera um erro gramatical imperdoável do poeta:

Qual é o estadista, o homem de negócios que não se sentiu alguma vez na vida poeta, que aos ouvidos de uma pallida Magdalena ou Julieta, esquecendo-se dos algarismos e da estatística, não se lembrou que haviam brisas e passarinhos, ilusões e devaneios. E grammatica. Tambem seria bom lembrar-se, aos ouvidos das Magdalenas e Julietas, que havia regras para o verbo haver, além de brisas para refrigério da epiderme, e passarinhos para deleite dos ouvidos (CASTELO BRANCO, 1879, apud CARBONARI, 2007, p. 93).

Ofendido em seu nacionalismo, Laet sai em defesa de Fagundes Varela, em artigo da Revista Brasileira (1879). Apesar de admitir que o poeta se equivocara, ele argumenta:

Não é que eu tome partido pelo prólogo do Varella contra a gramática. Erros grammaticaes! feia cousa na verdade, mas que, como peccado da adultera, podem ser levados á conta da humana fragilidade e perdoados por não se encontrar quem lhes atire a primeira pedra! (LAET, 1879, apud CARBONARI, 2007, p.93)

Do ponto de vista gramatical, segundo Júlio Ribeiro, a conjugação utilizada pelo poeta é incorreta. Em 1883, Ribeiro publicou a ‘Grammatica Portugueza’, um compêndio de regras ortográficas contemporânea aos dois contendores. O lingüista, que acreditava na gramática

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5893](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5893). Acessado em novembro de 2008.

como exposição metódica dos fatos da linguagem, baseia-se no método histórico-comparativo para esclarecer a ocorrência da impessoalidade do verbo haver:

O verbo impessoal, verdadeiro verbo defectivo, porque só é usado na terceira pessoa do singular; encerra em si um sujeito impessoal que não se exprime. Art.530:São verdadeiramente impessoais os verbos que indicam a realização de fenômenos astronômicos e meteorológicos, tais como amanhecer, anoitecer, gear, nevar, relampejar, trovejar, ventar, chover, etc.Art. 531: Existem, sem que sejam impessoais por sua natureza, muitos verbos que são usados impessoalmente. Destacam-se: acontecer, bastar, convir, constar, correr, costumar, cumprir, dar, dever, haver. Art.534: O verbo haver em sentenças como Ha homens – Ha fructas - Ha Leis, conservando-se transitivo, assume o caráter de verdadeiro verbo impessoal, e não pode ter sujeito claro (RIBEIRO, 1885, apud CARBONARI, 2007, p.94).

Segundo Silvio Elia, essa flexão verbal é popular na época, sendo utilizada inclusive por Eça de Queirós. O lingüista alega que o poeta se apropriara de uma forma em extinção e ressalta que Castelo Branco, mesmo depois de rejeitar essa sintaxe, faz uso dela várias vezes. Não por acaso, Laet traz à discussão um “houveram cousas terríveis”, escrito por Castelo Branco. Este último reconhece o erro, mas culpa a tipografia por sua ocorrência (CARBONARI, 2007).

Castelo Branco retoma o assunto do verbo haver em sua última participação na polêmica e justifica:

É de supor que a intelligencia que presidiu á paginação fiscalizasse as provas, e, no benigno intuito de me corrigir, em vez de houve cousas terríveis emendasse houveram.e eu desculpo quem quer que foi; porque, se o sujeito era lido em Francisco Manuel do Nascimento, corrigiu-me authorisado pelo grande clássico que em prosa tinha escripto:”Houveram alguns que alumiados da graça do Espírito Santo abraçaram o culto e a fé de Christo” (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 94)

Evanildo Bechara pondera que, nas orações sem o sujeito, o verbo assume a forma de 3ª. pessoa do singular e exemplifica: “Há vários nomes aqui; Deve haver cinco premiados;Não o vejo há três meses. Observa que os exemplos literários que apresentam esses verbos no plural não ganharam foros de cidade, como no exemplo: *Houveram coisas terríveis*” (BECHARA, 2004, apud CARBONARI, 2007, p. 97).

De acordo com Celso Cunha, o verbo haver é usado em todas as pessoas ou apenas na 3ª- pessoa do singular: “emprega-se como impessoal, isto é, sem sujeito, quando significa existir, ou quando indicar tempo decorrido. Nestes casos, em qualquer tempo, conjuga-se tão somente na 3ª- pessoa do singular”. Cunha recorre a trecho de obras de autores famosos, como Lima Barreto, para exemplificar a regra gramatical: “Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo” (CUNHA, 2007, apud CARBONARI, 2007, p. 97).

Outra questão gramatical que culminou em um debate acalorado entre os dois autores foi a transitividade do verbo favorecer, uma vez que Varela trocou o pronome *lhe* por *o* na construção: *lhe* favoreçam por *o* favoreçam.

Segundo Júlio Ribeiro, o verbo favorecer enuncia uma ação que se exerce diretamente sobre o objeto e, portanto, requer um objeto direto, sem auxílio da preposição, pois o ato de favorecer produz um efeito sobre um outro objeto, que se beneficiará da ação (CARBONARI, 2007).

Levando-se em consideração as regras definidas por Ribeiro, pode-se concluir que o poeta se equivocou ao utilizar o pronome-substantivo *lhe* como se houvesse uma relação objetiva indireta que juntamente com *me*, *te*, *se* são, hoje, complemento de um verbo transitivo indireto. Varela, portanto, deveria ter utilizado o pronome substantivo átono *o*.

Segundo Celso Cunha, a ligação do verbo com seu complemento pode ser feita: diretamente, sem uma preposição intermédia, quando o complemento é Objeto Direto e indiretamente, mediante o emprego de uma preposição, quando o complemento é Objeto Indireto (CARBONARI, 2007).

Sílvio Elias acrescenta que, em meio à polêmica sobre a transitividade de favorecer, Laet satiriza seu interlocutor ao destacar a forma pronominal “esvoaçarem-se” utilizada por Castelo Branco como reflexiva. Laet insinua:

O mesmo crítico que á citada pg. 519 tanto leva a mal o lhe favoreça de Varella, á pg. 102, no artigo em que patrioticamente disputa o titulo de portuguez para o Sr. Gonçalves Crespo, encarniçando-se em dar caça aos peregrinismos brazilicos, que erradamente suppõe feição característica da hodierna poesia brasileira, vae cair sobre umas phalenas a esvoaçarem -se nos anda-assús - novidade importante , porquanto até o penúltimo paquete não constava neste paiz de Botocudos que o esvoaçar também fosse reflexivo (LAET, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 99).

C. Castelo Branco, em réplica a Laet, se defende:

Eu não imponho ao snr. Laet a minha infallibilidade em pureza da língua; mas afouto-me a pedir-lhe que aceite a de Antonio Feliciano de Castilho, que escreveu( Chave do Enigma, p.210-2110) “Vivo como que emprestado, semi-pagão, semi-classico, semi-republicano dos Gracchos, semi-conviva de Mecenas, semi-Titiro, semi-captivos Corinnas e Delias, e, com tudo isto, a esvoaçar-me sempre da poesia que foi, ou que se nos figura lá traz, para outra, que lá adiante ri aos tantos amigos da humanidade, aos utopistas (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 99).

Ele dá seguimento à justificativa e recorre à argumentação de Filinto Elysio:

Ahi tem o snr. Laet o verbo reflexo.O visconde não foi quem creou o esvoaçar-se: achou-o em Filinto Elysio; mas se o creasse, a sua authoridade é tão poderosa que nenhum de nós póde rejeitar moeda nova cunhada por Castilho. O verbo reflexo, portanto, deve estar ha muito tempo no Rio. Será bom procural-o na alfândega (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 100).

Castelo Branco não se dá por vencido e na Carta ao Cruzeiro (1880) volta a debater a questão da reflexividade do verbo esvoaçar-se:

Ficou o snr. Laet de procurar na alfândega o esvoaçar-se, mas, a despeito da authoridade de Filinto e Castilho, não tenciona enthesoural-o no cofre dos seus verbos reflexos, porque não acha no esvoaçar-se razão para que seja reflexo (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 100).

C. Castelo Branco argumenta:

O illustre escriptor não quer recordar-se das liberdades com que os regeneradores da lingua portugueza faziam, a bel-prazer da euphonia, verbos reflexos. Por exemplo, João de Barros, quando usa o verbo escapulir. Uma vez diz: “Teve Martim Affonso modo de escapulir d’aquella multidão” III,VIII,5)”s outros arrenegados quando souberam o concerto quizeram escapulir”.(II,VII,5)Outras vezes diz: “Os que não puderam escapulir-se punham em salvo quanto podiam”. (I,X,4)Outro exemplo no escoar methaphoricamente: “Tiveram os nossos modos de se escoar d’elles”.( II, VII, 9). E d’outro feitio:”Não curou de ir de rosto onde elle estava, e foi escoando para aquella parte onde tinha uma pequena porta”. (II,IX,1) (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 100).

E, no mesmo estilo irônico do oponente, retruca:

O snr. Carlos Laet não mandou pitanga nem papagaio. Insiste em presentear-me economicamente com prelecções de língua portugueza , em um bello folhetim do Jornal do Commercio (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 100).

O lingüista Celso Cunha explica que, na voz reflexiva, o verbo vem acompanhado de um pronome oblíquo que lhe serve de objeto direto ou, mais raramente, de objeto indireto, representando a mesma pessoa que o sujeito. Ele exemplifica: “Eu me lavo (ou lavo-me) e salienta que a próclise é preferida no Brasil e a ênclise em Portugal” (CUNHA, 2007, apud CARBONARI, 2007).

Castelo Branco também se queixa de ter sido injustiçado pelo escritor português Arthur Barreiros ao ter escrito no Cancioneiro “contentar-se” em vez de “contentar-se de”. São essas as palavras do autor:

Parece querer indicar-me que eu, se soubesse portuguez, escreveria contentar-se de. Ora eu, ás vezes, gosto de escrever mal a minha língua como D. Francisco Manuel de Mello; e então escrevo como elle nos Relógios Fallantes: “Nenhuma arvore vereis que se contente em ficar no estado em que a plantaram” (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 102).

No âmbito gramatical, Júlio Ribeiro afirma que se utiliza a preposição “de” com o verbo quando ele indica lugar, como “(eu) parto de Roma” (RIBEIRO, 1885, apud CARBONARI, 2007).

Segundo Evanildo Bechara, a preposição “de” indica ponto de partida de um movimento ou extensão. Para Celso Cunha (2007), ela designa afastamento de um ponto, de um limite, procedência ou origem. O autor estende essa regra ao uso da preposição “em” utilizada na citação de Francisco Manuel de Mello; que se aplica à questão estudada. Não cabe razão, portanto, segundo Cunha, a Arthur Barreiros, pois ambas são corretas (CARBONARI, 2007).

C. Castelo Branco encerra a discussão em tom jocoso e ferino como lhe é peculiar:

Os senhores escriptores brasileiros, que me enviam prelecções de linguagem portugueza, se me quizerem obsequiar d’um modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cotia e alguns frascos de pitanga.Quanto a linguagem, muito obrigado, mas não se incomodem (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 103).

Os escritos publicados pelos dois autores também evidenciam uma divergência quanto à ordem dos pronomes átonos. Se Castelo Branco prefere a próclise, Laet privilegia a ênclise, como quando este escreve:

Com pezar o digo: após alguns momentos de rapida leitura cruel foi o desencanto. Entibiou-se o fervor dos entusiastas; e a gratidão dos que jubilavam-se com ver o princepe dos novelleiros portuguezes fraternalmente applicado ao estudo da litteratura brasileira, transformou-se em desgosto, e logo depois em cólera que já fez explosão em duas cartas-descomposturas- e ameaça provocar mais serias represálias (LAET, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 109).

Não são poucos os exemplos em que Laet utiliza a ênclise em detrimento da próclise:

[...] protesto sómente, porque doe-me ver o talento deprimido pelo talento e o merito real espisinhado pelo immoderado e truanesco desejo de galhofa. (1879: 218) Até aqui quanto á litteratura brasileira, de que com mais individuação competia-me tratar...

Quanto ao outro, é realmente engraçado que o Sr. Castello Branco averbe se suspeito o Sr. Silva Tullio, em cuja autoridade apoei-me, e não duvide dizer que elle é “muito docil discipulo do antiquado D. Frei Francisco de S. Luis”.

[...] não li adereços onde estava adresse nem houve onde encontrava-se houverão.

Os typographos e revisores são uns homens despiedosos que muitas vezes põenos em talas.

Se o Sr. Castello Branco der-se ao trabalho de tornar a abrir o seu Constâncio. Todos esses varões, como apurou-se da recente indagação do Sr. Castello, fizerão concordar o verbo haver com o pseudo-sujeito do plural...(op.cit.,1880b) Qualquer que seja a decisão do Sr. Castello Branco, desde já apresto-me para reconhece-la excellente (LAET, 1880, apud CARBONARI, 2007, pg. 109).

Pelos exemplos acima citados, verifica-se que Laet lança mão de uma estrutura constantemente presente em seus escritos de início de carreira: a ênclise do pronome átono em orações subordinadas. Apesar de o procedimento ir de encontro ao que determinam as gramáticas (que estabelecem a próclise); acometia muitos escritores de envergadura da época, como Rui Barbosa.

Segundo Regina Célia Carbonari, foi com a publicação da Réplica de Rui (1902) e dos consultórios de linguagem de Cândido de Figueiredo, publicados em seção do Jornal do Comércio, além de suas outras obras, como O Que Se Não Deve Dizer (1903) e O Problema

da Colocação dos Pronomes (1909), que essa estrutura ganha destaque, na qual o estilo prevalecia ante a gramática (CARBONARI, 2007).

E. Bechara afirma que alguns estudiosos da língua, com o intuito de privilegiar a influência dos dialetos indígenas e africanos no Brasil, atribuíam a colocação de pronome ao ritmo pausado, quando, na realidade, essas características são do português pré-clássico. Até o século XVI, predomina na escrita a próclise, posteriormente, com o fortalecimento da sílaba tônica, prevalece a ênclise; pois, por ser a átona final, o acento frásico apóia-se na sílaba tônica da palavra, logo torna as palavras átonas enclíticas. Essa tendência oriunda do século XVI prevalece no português em uso no Brasil e nas modalidades africanas (idem).

Se Laet despreza a próclise, quem a utiliza com mais frequência é Castelo Branco, seguindo as normas determinadas pelas gramáticas consultadas:

É bastante citado este paulista, e tão lido cá, ao que parece, que a especulação o reimprimiu no Porto em 1875. (1879: 203)  
 [...]Fagundes não reputa indivíduos escorreitios os fabricantes de rimas, e applaude os que lhes cospem sarcasmos. (op.cit.: 204)  
 Os senhores escriptores brasileiros, que me enviam prelecções de linguagem portugueza, se me quizerem obsequiar d' um modo mais significativo e proveitoso, mandem-me um papagaio, uma cotia e alguns frascos de pitanga (1880: 12, n.3). Isto não se percebe; mas se o snr. Laet ler adereços(atavios), como eu escrevi, entende a idéa, e o erro typographico.(1880:14, n.3)  
 [...] porque me parece muito copioso ,diffuso e quase ridículo dizer-lhe á portugueza [...]( op.cit: 14)  
 Se o revisor que me fez do houve um abominável houveram, me corrigiu atido á authoridade de tal mestre, procedeu judiciosamente[...] (CASTELO BRANCO, 1879, apud CARBONARI, 2007, pg. 112).

Engana-se, no entanto, quem limite a polêmica travada entre Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet às acaloradas – e, por vezes, anedóticas – alfinetadas protagonizadas por ambos os autores no decorrer da segunda metade do século XIX. Na prática, segundo a pesquisadora Regina Célia Carbonari, as divergências lexicais de Castelo Branco e Laet opõem os ressentimentos gerados pela Independência do Brasil com a perda da colônia produtiva, por parte de Portugal, à autonomia sócio-político-econômica de que os brasileiros passaram a gozar. Esse ideal de liberdade também se estendeu à cultura, por meio da defesa

de um padrão lingüístico “genuinamente” nacional, diferente daquele professado em Portugal (CARBONARI, 2007).

Neste sentido, Castelo Branco critica o tímido nacionalismo presente em uma das primeiras poesias de Fagundes Varela:

[...] que havia regras para o verbo haver, além de brizas para o refrigerio da epiderme, e passarinhos para deleite dos ouvidos. Em poesia, um sabiá não substitue a syntaxe, e as flores de ingá que rescendem no jequitibá não disfarçam a corcova d’um solecismo (CASTELO BRANCO, 1879, apud CARBONARI, 2007, p. 116).

A apreciação do autor sobre o poeta motiva reação imediata de Laet, que o censura por escolher a medíocre poesia ‘Canção Lógica’ ao invés dos ‘Cantos do Ermo e da Cidade’.

[...] e por isso deixa de fazer-lhe justiça para apontar com dedo inexorável as corcovas de um solecismo de um prologo escrito ao correr da penna, e produção dos primeiros annos, acabando por dar ao autor dos Cantos do ermo e da cidade a galante denominação de sujeito hybrido dos Brazis (LAET, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 116).

De fato, o apoio a Varela vai muito além do que uma simples camaradagem de compatriotas; ele evidencia a insatisfação de Laet quanto ao tratamento dispensado pelos portugueses, e inclusive Castelo Branco, a tudo o que é próprio do Brasil. Não por menos, Laet critica o comportamento preconceituoso de seu adversário em relação aos portugueses que após ganharem dinheiro no Brasil voltavam orgulhosos àquele país. Nas palavras de Castelo Branco, no entanto, eles eram “mercieiros brasileiros”, que tinham em Fagundes Varela seu principal intérprete.

A forma como Castelo Branco trata o poeta brasileiro (“sujeito hybrido dos Brazis”) reflete, segundo Carbonari, o clima de descontentamento reinante em Portugal. Não há melhor exemplo para ilustrá-lo do que a própria literalidade da expressão, que resume a diversidade étnica da população brasileira e indica o surgimento de uma nova nação, permeada pelo temor do nascimento de uma língua local.

Esse pensamento é sintetizado na frase em que Castelo Branco se refere à falta de inspiração do poeta:



Não o faz por menos, e prova-o n'esta canção que denota paiz novo e arvore nova de muita seiva um pouco atacada de pulgão e lagarto, em que faz referência à nação brasileira como país novo, representada na língua portuguesa árvore nova de muita seiva, mas contaminada por pulgões e lagartos trazidos pelos povos e culturas que compõem a raça brasileira (CASTELO BRANCO, 1880, apud CARBONARI, 2007, p. 117).

À primeira vista, portanto, a polêmica travada entre o brasileiro Carlos de Laet e o português Camilo Castelo Branco refletiria desavenças irreconciliáveis no tocante à norma culta. Carbonari argumenta, no entanto, que, levando-se em consideração a antologia de ambos, não são percebidas gritantes diferenças em relação às regras gramaticais, à ortografia e ao vocabulário. Neste contexto, segundo a especialista, elas decorreram muito mais de questões de estilo do que de alterações gramaticais ou ortográficas. Ou seja, as escolhas lexicais de Castelo Branco e Laet foram fruto, quase que exclusivamente, de seus nacionalismos lingüísticos (CARBONARI, 2007).

Carbonari explica que, do ponto de vista da linguagem, a identidade nacional ensejada pelos românticos - e que marcou a última década do século XIX - depende menos do que é chamado “genuinamente brasileiro”, do que foi em sua origem o português. A linguagem dos textos da polêmica revela o conservadorismo que caracteriza os dois contendores, e também que a identidade brasileira se embasa nos valores da cultura portuguesa, sendo a primeira resistente às mudanças lingüísticas, o que, segundo a estudiosa, impediria a existência de “uma língua brasileira”.

Cabe ressaltar, ainda, que a pluralidade lingüístico-cultural presente no Brasil, proporcionada, por um lado, pelos diferentes costumes e línguas que aportaram em território nacional após a chegada dos colonizadores e, por outro, pelas distâncias territoriais que dificultaram o processo de propagação de um único uso do idioma, não impediu a unidade da Língua Portuguesa no país, uma vez que esta uniformidade não exclui a diversidade; na prática, como afirma Celso Cunha, só existe a partir dela (CUNHA, 1994).

Um exemplo claro de que essa discussão não se limitou aos impressos oitocentistas é a reforma ortográfica da língua portuguesa assinada por Brasil e Portugal em 2008. Ela não é inédita. A primeira incursão rumo à unidade lingüística ocorreu em 1911 quando o governo português nomeou uma comissão formada por Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Augusto Epifânio da S. Dias, Candido de Figueiredo, entre outras personalidades, para estabelecer um conjunto de regras ortográficas para o idioma de Camões. Na época, o grupo apenas referendou a reforma de Gonçalves Viana, tornando-a obrigatória para Portugal e seus domínios. Ela foi marcada, no entanto, por um autoritarismo excessivo de Portugal ao não considerar as divergências gráficas e fonéticas entre os dois países. Além disso, não houve consultas aos lingüistas brasileiros.

Anos depois, com o objetivo de sanar as dificuldades surgidas com a implantação da reforma, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa celebraram um Acordo Ortográfico, que o governo brasileiro tornou obrigatório para o território nacional, em 1931. Dois outros acordos foram celebrados posteriormente, mas em consonância com representantes dos dois países, um em 1943 e o outro, em 1945. O Congresso Nacional referendou o de 1943, enquanto Portugal optou pelo de 1945. Em dezembro de 1971, foi elaborada uma nova Reforma Ortográfica que mantinha a ortografia vigente nos anos 40.

## 6. Conclusões

Meio século de história não foi suficiente para concluir as pesquisas sobre as origens do português brasileiro. As intervenções a que a língua dos descobridores foi submetida com o passar dos anos em sua maior colônia conferem musculatura a esse emaranhado de opiniões conflitantes e, de certa forma, justificam a existência de duas ortografias oficiais de ambos os lados do Atlântico. No Brasil, como vimos ao longo desta análise, os estudiosos de filologia não se colocam de comum acordo a respeito da periodização do idioma falado no país – e de que português a variante brasileira se apropriou. No entanto, há um consenso quanto a sua normatização: se a proibição do ensino das línguas gerais por Marquês de Pombal em 1758 edificou as bases para o uso oficial do português na colônia, é inegável a contribuição dos primeiros impressos, que se seguiram à chegada da Corte ao Brasil, à difusão do idioma trazido pelas caravelas.

Contata-se, também, que o português brasileiro ganhou tintas nacionalistas com essas publicações. Apesar de atingirem um parco público-leitor, os impressos produzidos em solo brasileiro permitiram a divulgação de pensamentos de vanguarda e ilustraram animosidades políticas, culturais e lingüísticas da época. Não há melhor maneira, portanto, de descrever e analisar a variação do português brasileiro senão através da tímida imprensa nacional oitocentista. À medida que ganhou corpo, lançou, ainda, a pedra fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas do ensino do português no país, fato que será concretizado durante o governo Vargas no século XX.

Neste sentido, seria precipitado afirmar que a institucionalização do português brasileiro ocorreu em sua totalidade durante os idos de 1800. No entanto, como vimos ao longo deste trabalho, foi nesta época que floresceu a primeira semente para o estabelecimento um conjunto de regras sobre a língua no país. A publicação de gramáticas, como a de Júlio Ribeiro, em 1881, não poderia constituir melhor exemplo ao compilar os mandos e

desmandos ortográficos para uma imprensa que ainda engatinhava – e formada, em grande parte, por escritores-jornalistas.

Do ponto de vista lingüístico, no entanto, de nada serviriam as gramáticas se não fossem os folhetins. As chamadas ‘crônicas do cotidiano’ afagaram os anseios de um público-leitor desfavorecido economicamente que, mesmo majoritário, permanecia às margens da efervescência cultural e política. Os folhetins multiplicaram as rodas de leitura daquela época, que funcionavam acanhadamente com os jornais clandestinos do século XVIII. Ao colorirem as páginas dos impressos com um texto mais frívolo e dinâmico, eles incentivaram paralelamente a divulgação dos ideais românticos, do qual o nacionalismo era a principal palavra de ordem. O português, portanto, não ficou de fora desse processo. Os debates sobre a língua, que já exibia modestas diferenças em relação à variante européia, se tornaram mais acalorados - e públicos -, como aqueles protagonizados por Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco.

Na prática, as razões para o surgimento dessas polêmicas foram – e continuam sendo – inerentes ao próprio processo de evolução lingüística. Nem o maior dos otimistas acreditaria que o português trazido ao Brasil em 1500 permaneceria imutável frente às influências dos dialetos indígenas, africanos e europeus com as quais manteve contato ao longo dos séculos. Vale lembrar, como se constatou neste estudo, que tampouco o português europeu dispensou mudanças lexicais. Pelo contrário, apropriou-se ao longo do século XIX de uma variação do português, a qual os lingüistas chamam de “português europeu moderno”, e que influenciou, pelo seu prestígio, os escritos brasileiros. O resultado também foi observado nesta linha de pesquisa: ênclises e próclises misturavam-se nos impressos nacionais, muitas vezes, sem a lógica determinada pelas gramáticas.

A análise das publicações oitocentistas sinaliza, assim, um sem-número de alternâncias na formação do português brasileiro. Se a Constituição de 1824, por exemplo, é

mais proclítica ao reproduzir em suas páginas o ardor nacionalista motivado pela independência política de Portugal, a Carta Magna de 1889 privilegia as ênclises refletindo a postura dos redatores cultos do final do século XX. O estudo do idioma falado no Brasil com base nos impressos do século XIX configura-se, portanto, como um marco identificador não apenas da periodização lingüística, mas das mudanças sociais, econômicas e políticas desta época no país.

Outro modelo ao qual se pode recorrer para ilustrar tamanha polissemia são as marcas de oralidade presentes em diversos jornais oitocentistas. Elas espelharam o cenário sócio-político dos períodos em que surgiram e foram, por conseguinte, absorvidas pelos impressos, mas muitas caíram diante da ação do tempo. Tal fato é uma prova de como se deu o processo de aquisição da língua pela população brasileira, muito bem exemplificada na antologia de Machado de Assis.

Os resultados obtidos por esta pesquisa constituem-se, portanto, como um documento histórico-lingüístico de um século prolífico para o Brasil, que se iniciou com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e terminou de forma arrebatadora com a Proclamação da República. Eles pressupõem um retrato da variação e normatização do português brasileiro, além de um estudo mutualístico entre as disciplinas de letras e jornalismo. No entanto, haja vista a extensão do tema bem como a pluralidade de opiniões que o cercam, este assunto não se esgota nesta linha de pesquisa, pela qual se espera ter contribuído para o esclarecimento de um conteúdo cuja matéria prima é tão cotidianamente presente na vida dos brasileiros.

## 7. Referências bibliográficas

### LIVROS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BARBOSA, Afranio G. . Normas Cultas e Normas Vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: A. Castilho; Maria Aparecida T. Morais; R. E. V. Lopes & S. M. L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 483-498.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CARDOSO, Teresa Fachada. As aulas régias no Brasil. In: Maria Stephanou e Maria Helena C. Bastos (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language*. New York: Praeger, 1986.

CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1994.

ELIA, Silvio. *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GALVES, Charlotte M. C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: A. Castilho; Maria Aparecida T. Morais; R. E. V. Lopes & S. M. L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 513-528.

MACHADO DE ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1997.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NOGUEIRA, J. L. de Almeida, *A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas. In: A. Castilho; Maria Aparecida T. Moraes; R. E. V. Lopes & S. M. L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 461-482.

\_\_\_\_\_. Norma e Condescendência; Ciência e Pureza in: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes Editora, 1999.

PEREIRA, Wellington. *Crônica: a arte do útil e do fútil*. Salvador: Calandra, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1972.

SILVA NETO, Serafim da. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro, 1950

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. Machado de Assis: folhetim e crônica. In: João Cezar de Castro Rocha (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. “A casa e os seus mestres” in: *A educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: GRYPHUS, 2005.

## TESES

ALMEIDA, Eliane de. *Folhetim: uma crônica da língua*. Tese para obtenção de Doutorado em Lingüística na Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2006.

CARBONARI, Regina Célia. *Brasil e Portugal: Duas culturas em polêmicas*. Tese para obtenção de Mestrado em Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2007.

FAVERO, Leonor. *A gramática no Brasil: o período científico*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

GOMES, Valéria Severina. *Marcas de oralidade em editoriais da imprensa pernambucana do século XIX ao XXI*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

MURASSE, Celina Midori. *História comparada da educação pública: Brasil e Japão no século XIX*. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia-MG. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

## ARTIGOS

CARVALHO, José Murilo de. Political Elites and State-Building: The case of nineteenth-century Brazil. In: Daniel H. Levine (Org.). *Constructing Culture and Power in Latin America*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 403-428, 1993.

NOLL, Volker. *A periodização do português brasileiro*. Munique: Ibero-Romania, p. 118-134, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *A língua Portuguesa no Brasil*. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, 2005.

PAGOTTO, Emilio Gozze. *Variedades do português no mundo e no Brasil*. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 31-34, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Notas Sobre A Interjeição. In: *Investigações – lingüística e teoria literária*, Recife, v. 3, p. 221-236, 1993.



GRAHAM, Richard. "Constructing a Nation in Nineteenth-Century Brazil: Old and New Views on Class, Culture, and the State," *The Journal of the Historical Society*, v. 1, no. 2-3, p. 17-56, 2001.

SILVA, Maurício. *A Gramática Brasileira Novecentista: Uma História*. Letra Magna, v. 03, p. 01-09, 2006.